

**A INDETERMINAÇÃO PRAGMÁTICA:
PROCESSOS DE ENQUADRE EM UM DEBATE
POLÍTICO- ELEITORAL TELEVISIONADO**

por

CARLA MACEDO MARTINS
Departamento de Linguística - Filologia

Tese de Doutorado em Linguística-Filologia apresentada à Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
Orientadora: Professora Doutora Lucia Quental.

Rio de Janeiro, 1º semestre de 2001

SUMÁRIO

<i>Convenções de transcrição</i>	7
Introdução	9
1. A indeterminação pragmática	15
1.1. Dimensões da indeterminação pragmática.....	15
1.1.1. O carácter estratégico da língua.....	16
1.1.2. O carácter interpretativo da língua.....	20
1.1.3. O carácter negociado da língua.....	22
1.1.4. O carácter metafórico da língua.....	23
1.2. Tipos de indeterminação pragmática.....	26
2. Indeterminação e teorias do discurso	30
2.1. Indeterminação e contexto.....	32
2.2. Indeterminação e comunicação.....	43
2.3. Indeterminação e significado.....	47
3. Indeterminação e debate político televisado	54
4. Metodologia	60
4.1. Princípios teórico-metodológicos.....	60
4.2. Definição do evento.....	63
4.3. Apresentação do <i>corpus</i>	66
4.4. Princípios de análise.....	69
4.5. Categorias de análise.....	70
4.6. Hipóteses e procedimentos de análise.....	77
5. Descrição das ações verbais no debate político-eleitoral televisado	81
5.1. Citação.....	83
5.2. Auto-citação.....	86

5.3. Verdade universal	87
5.4. Consenso.....	88
5.5. Voz do eleitor.....	89
5.6. Experiência.....	90
5.7. Pedido de posicionamento.....	90
5.8. Pedido de informação.....	92
5.9. Posicionamento.....	93
5.10. Informação.....	95
5.11. Opinião.....	96
5.12. Legitimação.....	97
5.13. Comentário.....	98
5.14. Concordância.....	99
5.15. Ataque.....	100
5.16. Deslegitimação.....	101
5.17. Defesa.....	104
5.18. Discordância.....	105
6. A indeterminação pragmática no debate político-eleitoral televisionado	110
6.1 Pedido de posicionamento e ataque.....	111
6.2. Pedido de informação e ataque.....	122
6.3. Legitimação e deslegitimação.....	132
6.4. Concordância e discordância.....	139
Conclusão.....	147
Bibliografia.....	156
Resumo.....	163
<i>Abstract</i>	164

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a José Rodrigues, pelo incentivo permanente e pelo companheirismo nos dilemas da construção do conhecimento; a Lúcia Quental, pelo diálogo sobre este objeto tão “vulnerável” que se chama língua; a Ana Lucia Abrahão, pelas idas à biblioteca da UNICAMP; aos amigos da FIOCRUZ, pelo incentivo constante; e aos meus pais, pela ajuda concreta.

DEFESA DE TESE

MARTINS, Carla Macedo. A indeterminação pragmática: processos de enquadre em um debate político-eleitoral televisionado. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, 2001. 164 fl. mimeo. Tese de Doutorado em Linguística-Filologia.

BANCA EXAMINADORA

Professora Doutora Lúcia Quental - UFRJ
Orientadora

Professora Doutora Maria Cecília de Magalhães Mollica - UFRJ

Professora Doutora Liliana Cabral – PUC-RJ

Professora Doutora Lilian Ferrari - UFRJ

Professor Doutor Pedro de Moraes Garcez – UFRGS

SUPLENTES

Professora Doutora Diana Pinto – UFJF

Professora Doutora Cristina Abreu – UFRJ

Defendida a Tese:

Conceito:

Em:

CONVENÇÕES DE TRANSCRIÇÃO

SÍMBOLO	DESCRIÇÃO
..	pausa observada ou quebra no ritmo da fala, com menos de 0,5 segundo
...	pausa de meio segundo, medida com cronômetro
....	pausa de um segundo
(1,5)	números entre parentêses indicam a duração da pausa acima de um segundo durante a fala, medida com cronômetro
.	descida leve (sinalizando final de enunciado)
?	subida rápida (sinalizando uma interrogação)
,	subida leve (sinalizando que mais fala virá)
/	mudança de tom (para mais alto) no enunciado, mantido até a indicação por pontuação (vários destes sinais indicam mudança maior)
\	mudança de tom (para mais baixo) no enunciado, mantido até a indicação por pontuação (vários destes sinais indicam mudança maior)
-	parada súbita
:	alongamento de vogal (um maior número de sinais indica maior alongamento)
<u>sublinhado</u>	ênfase
MAIÚSCULAS	muita ênfase ou acento forte

SÍMBOLO	DESCRIÇÃO
---------	-----------

/palavras/	fala em voz baixa (um maior número de sinais indica uma redução maior)
()	transcrição impossível
(palavras)	transcrição duvidosa
=	não pausa na fala entre dois enunciados
fala 1	
[falas justapostas
fala 2	
[acc]	fala acelerada
[dec]	fala mais pausada
[não-verbal]	descrição dos movimentos não-verbais
←	indica segmento ou local relevante à questão discutida
{continua}	indica continuidade do turno, não reproduzida por não ser relevante para fins de análise
[camp]	campainha que sinaliza o fim do tempo destinado à fala do candidato

SINOPSE

Indeterminação pragmática e teorias do discurso. Tipos de indeterminação pragmática: ambivalência e duplo vínculo. Indeterminação pragmática, enquadre e *footing*. O debate político-eleitoral televisionado: indeterminação pragmática e imagem pública.

Introdução

Este trabalho tem como objetivo analisar os processos de construção da indeterminação pragmática em um debate político-eleitoral televisionado. A tese se inscreve, assim, nas tradições de estudo do significado lingüístico em interações verbais, consubstanciadas nas áreas de análise do discurso de linhas como a etnografia da fala, a sociolingüística interacional, a pragmática e a análise da conversa etnometodológica.

Ao tratar desta temática, a tese busca resgatar a discussão de três objetos centrais à ciência lingüística: o “significado”, o “contexto” e a “indeterminação”.

Embora o interesse pelo significado tenha ocupado, na maior parte século XX, um papel marginal na lingüística, esta ciência vem recuperando, nas últimas duas décadas, a relevância deste objeto. Mesmo nas teorias da sintaxe, como o gerativismo, observaram-se os limites de investigar a gramática sem relacioná-la a processos semânticos.

Ou seja, tem sido superado o pouco interesse em relação ao significado demonstrado pelo estruturalismo e gerativismo, os dois paradigmas dominantes na lingüística no século passado. A incorporação da pragmática e o renascimento da semântica como área de investigação relevante expressam a importância que a discussão do significado vem assumindo na lingüística.

Contudo, apesar deste resgate, a pragmática e a semântica encontram-se em tensão, pois ainda não formalizaram, com rigor, princípios teórico-metodológicos, não se firmaram como domínios específicos, e não definiram, de forma sistemática, seus problemas centrais. Assim, a necessidade de elaborar teorias sobre o significado continua um desafio à ciência lingüística.

Um passo relevante na constituição destas teorias seria a investigação da relação entre língua e contexto. Assim como o significado, o estudo do contexto também foi marginalizado pelas correntes lingüísticas dominantes no século XX; mesmo os estudos em semântica foram

desenvolvidos a partir da exclusão do contexto como categoria pertinente. Este cenário vem se modificando, pois mesmo os teóricos gerativistas vêm defendendo a necessidade de incorporar fatores contextuais na construção de uma teoria sobre os processos de interpretação do significado (Lappin, 1997).

A pragmática, a etnografia da fala, a sociolinguística interacional e a análise da conversa têm desempenhado um papel de destaque neste resgate do contexto, ao enfocarem a produção, a interpretação e a negociação dos significados. Para estas linhas, coloca-se como meta desenvolver teorias e modelos sobre o discurso, cujo foco são exatamente as estruturas sociolinguísticas subjacentes às estratégias de compreensão e construção dos enunciados e das ações verbais. Tais linhas de análise do discurso partem do princípio que o contexto apresenta um caráter interpretativo e/ou negociado. Este princípio implica na consideração da indeterminação como um aspecto inerente às interações verbais e à língua em uso.

Cabe apontar que o enfoque na “indeterminação”, assim como no “significado” e no “contexto”, também é relativamente recente. A indeterminação foi considerada um objeto marginal à língua, a ser resolvido, explicado, e - principalmente - desfeito através de regras de desambiguação (Ferreira, 1994). Assim, foram exceções, na maior parte do século XX, estudos como o de Ullman (1964), que aponta a polissemia como uma característica fundamental e inerente à fala.

Entretanto, hoje, a indeterminação vem sendo considerada um fenômeno relevante às investigações discursivas, especialmente pelas linhas de análise do discurso mencionadas. Fenômenos como o “mal-entendido” vêm sendo apontados como objetos centrais à análise do discurso, exatamente por revelarem processos de construção, interpretação e negociação do significado linguístico.

O destaque dado à indeterminação, inclusive, não é exclusivo das linhas de análise do

discurso apontadas. São exemplos duas outras vertentes da Linguística: o funcionalismo e a análise do discurso de linha francesa (AD). A linha funcionalista de estudos sobre os processos de gramaticalização considera a imprecisão contextual intrínseca à língua em uso, sendo tal imprecisão um dos fatores que desencadeiam mudanças gramaticais. Para a análise de discurso de linha francesa (AD), é no “equívoco” e no “silêncio” que se situaria o próprio processo de constituição do ato de linguagem (Orlandi, 1997; Ferreira, 1994).

Neste panorama de valorização da indeterminação, teóricos chegam a afirmar que a (possibilidade de) compreensão mútua é quase um “milagre”, o que torna “bastante irracionais” as teorias que defendem a comunicação em termos de codificação e decodificação de idéias (Green, 1996: 10-1). Tal é o destaque dado aos fenômenos vinculados à indeterminação que já se apontaram os riscos de um “não-literalismo” ou “contextualismo” exarcebado (Dascal, 1987) e os perigos da “pluralidade absoluta” (Ferreira, 1994, *op. cit.*).

O presente trabalho busca se situar neste fluxo de investigação dos processos de construção do significado, do contexto e da indeterminação discutidos pela ciência linguística.

Para o tratamento da indeterminação do significado, é central a noção de contexto, que nos remete, por sua vez, à categoria *enquadre*. O enquadre consiste em uma metacomunicação sobre o que está “acontecendo” na interação ou sobre o que está sendo “feito” pelos participantes, sob o ponto de vista dos mesmos. O enquadre se vincula, assim, às expectativas dos participantes a respeito da atividade em curso, servindo de base à interpretação e produção dos significados.

Cabe enfatizar que, ao mesmo tempo que serve de base à interpretação e produção dos significados, o enquadre é também um resultado da negociação destes mesmos significados pelos participantes. Ou seja, apesar de vinculado a determinados eventos sociais relativos a dada cultura, o enquadre não é definido *a priori*. Uma questão central ao estudo do contexto consiste, assim, em analisar, em eventos específicos, o processo dinâmico de construção dos significados. À linguística,

caberia precisamente a tarefa de estudar as pistas de enquadre, auxiliando na identificação de elementos concretos de análise da categoria.

Alguns estudos discursivos vêm aplicando a noção de enquadre a eventos diversos. Tannen e Wallat (1984) analisam uma entrevista médica à luz deste conceito. Tannen (1993) reúne algumas destas aplicações a contextos interacionais específicos, tais como entrevista psiquiátrica (Ribeiro, 1993), brincadeiras imitativas de criança (Hoyle, 1993) e sermões religiosos (Smith, 1993). Estes trabalhos concretizam a tentativa de realizar a hipótese de Goffman (1981: 157) de que a lingüística poderia fornecer subsídios para a análise do enquadre. No entanto, há ainda um vasto trabalho a ser feito.

A tese almeja contribuir exatamente nesta direção, investigando os processos de enquadramento que estão na base da indeterminação pragmática em um debate político-eleitoral televisionado. Nossa análise argumentará, assim, que as indeterminações pragmáticas podem ser criadas e descritas discursivamente a partir da análise dos processos de enquadre. A indeterminação pragmática seria inerente a tais processos, dada a natureza negociada e dinâmica dos mesmos.

Para a análise dos processos de enquadre, a tese considera o conceito de *footing*: o alinhamento que os participantes projetam para si mesmos e para os outros na interação, em relação à estrutura de participação e aos formatos de produção da fala (Goffman, 1981: 128). Tais alinhamentos definem as identidades discursivas, que, por sua vez, contribuem para a interpretação e a construção dos significados das ações verbais. Alinhamentos mudam dinamicamente ao longo da interação, construindo a negociação do significado e, portanto, da indeterminação pragmática.

Enquadre e *footing* são categorias vinculadas, pois o enquadre também é definido, pelos participantes, a partir das relações interacionais e das formas de produção da fala. O *footing* é, neste sentido, um elemento na construção dos enquadres, sendo, por esta razão, uma categoria central à análise da indeterminação pragmática em nossos dados.

Para a análise da indeterminação pragmática, a investigação considera ainda as ações verbais. Uma ação verbal é aquela que objetivamente altera a situação, em termos das identidades, das relações interpessoais, e da relação dos falantes com o enunciado. A ação verbal é a unidade de nossa análise, pois representa o resultado de processos de enquadre e constitui estes mesmos processos.

Em suma, a tese visa a analisar a indeterminação pragmática entre as ações verbais componentes de um debate político-eleitoral televisionado, a partir da construção do *footing* pelos participantes. Os processos de construção de *footing* são complexos e dinâmicos, podendo, assim, gerar a indeterminação pragmática entre as ações verbais. A tese objetiva, em última instância, contribuir para a investigação dos processos de construção do significado das ações verbais neste evento específico.

A tese se organiza em seis capítulos.

O primeiro capítulo apresenta um panorama das áreas de análise do discurso de tradição norte-americana no tocante à questão da indeterminação. O objetivo deste capítulo é demonstrar que a indeterminação pragmática vem sendo considerada um fenômeno lingüístico-discursivo relevante aos estudos da língua em uso ou interação. O capítulo visa também a apontar, na literatura, as motivações para a indeterminação e os conceitos relacionados a este fenômeno.

O segundo capítulo identifica as diferentes perspectivas sobre a indeterminação, a partir das divergências entre os trabalhos de Grice e Searle e a tradição da sociolingüística interacional. Este capítulo busca definir os princípios teóricos para a análise da indeterminação pragmática em nossos dados.

O terceiro capítulo revisa os estudos sobre debates políticos televisionados, no sentido de identificar a contribuição da tese no que concerne à análise da indeterminação pragmática neste evento em particular.

O quarto capítulo discute os princípios teórico-metodológicos, o debate político-eleitoral televisionado como um evento específico, o *corpus* analisado, e os princípios, as categorias, as hipóteses e os procedimentos de análise.

O quinto capítulo descreve as ações verbais componentes do debate político-eleitoral televisionado, a partir da organização dos *footings* e das atividades no evento em questão. Tal descrição constitui a base para a análise das indeterminações pragmáticas na negociação interacional, implementada no capítulo seguinte.

O sexto capítulo consiste da análise da indeterminação pragmática nos dados. Neste, identificamos a negociação das ações verbais e as indeterminações pragmáticas resultantes, tendo como base, mais uma vez, os processos de organização de *footing*.

1. A Indeterminação Pragmática

A literatura das áreas da pragmática, da etnometodologia e da sócio-interacional vem indicando a indeterminação do significado como inerente à língua em uso.

Nas áreas referidas, o fenômeno da indeterminação se relaciona com termos como “ambigüidade” (Goffman, 1974, 1981; Schegloff, 1984; Blum-Kulka e Weizman, 1988; Green, 1996), “polissemia” (Green, 1996), “indiretividade” (Labov e Fanshell, 1977; Tannen, 1981, 1986; Brown e Levinson, 1986; Blum-Kulka, 1987), “sub-especificação” (Green, 1996), “vagueza” (Goffman, 1974), “mal-entendido” (Tannen, 1981, 1986; Blum-Kulka e Weizman, 1988; Dascal, 1999; Weigand, 1999), “ambivalência” (Wajnryb, 1998), “comunicação paradoxal” (Bateson, 1972) e, inclusive, “indeterminação” (Green, 1996, Chang, 1999). A profusão de termos nos revela o quanto a indeterminação pragmática, embora de forma não sistematizada, vem sendo tratada como um fenômeno central ao discurso e à interação.

O objetivo deste capítulo é, portanto, apresentar a indeterminação como um fenômeno relevante às teorias do discurso e da interação, envolvendo diversos níveis de análise da língua e do discurso. Para tal, organizamos o capítulo em dois itens. No primeiro, buscamos sistematizar as motivações apontadas pela literatura para a indeterminação do significado lingüístico-interacional, apresentando quatro dimensões do fenômeno. No segundo item, buscamos definir, na literatura, os conceitos relacionados à indeterminação discursiva.

1.1. Dimensões da indeterminação pragmática:

Não se observam, na literatura sócio-pragmática sobre a indeterminação, estudos que estabeleçam divergências teóricas sobre o fenômeno. Os estudos revisados descrevem instâncias de

ocorrência da indeterminação pragmática ou defendem a centralidade do fenômeno no discurso. Mesmo os estudos de caráter mais abrangente não estabelecem explicitamente polêmicas entre modelos de discurso, e sim oposições a um campo externo – a semântica. Por exemplo, Green (1996) discute a “ambigüidade pragmática” em função do conceito de “ambigüidade semântica”.

Assim, nossa revisão não está organizada cronologicamente, e sim a partir de quatro dimensões da indeterminação: o caráter estratégico, o caráter interpretativo, o caráter negociado e o caráter metafórico das línguas.

O caráter estratégico é relativo à língua enquanto construção de valores culturais. O caráter interpretativo é referente às limitações da língua enquanto um aparato sintático-semântico restrito. O caráter negociado diz respeito à língua como uma interação entre indivíduos, com interesses e ações diversificados. Por fim, o caráter metafórico enfoca a língua enquanto um aparato simbólico.

Estas quatro dimensões, pelas razões apontadas, não são excludentes nem tampouco conflitantes. Em muitos estudos identificamos, inclusive, mais de uma das dimensões apontadas, sem que haja, com isso, uma incoerência ou contradição teórica.

1.1.1. O caráter estratégico da língua:

Uma primeira dimensão da indeterminação diz respeito à língua como um instrumento de criação, preservação e consolidação de valores culturais. Na dimensão estratégica da língua, explicar a indeterminação equivale a identificar as razões para o fenômeno da indiretividade: “o modo como os indivíduos sinalizam aquilo que eles não dizem exatamente” (Tannen, 1986: 55).

A indiretividade, nesta dimensão, se originaria de três fatores sócio-culturais interligados: a preservação da face; a burla e a consolidação do poder social; e a identificação grupal. Estas três motivações, assim, explicariam não só a indiretividade, mas também a indeterminação do

significado, embora nem todos os autores citados se refiram diretamente a este último fenômeno.

Dentre os inúmeros estudos que tratam da relação entre preservação da face e indiretividade, destacamos Brown e Levinson (1978; 1986), Tannen (1981), Tannen (1986), Blum-Kulka e Weizman (1988) e Wajnryb (1998).

Brown e Levinson (1987), redimensionando o conceito de face de Goffman (1967)¹, apontam duas necessidades dos indivíduos: a de ser aceito socialmente (face positiva) e a de preservar seu território (face negativa). A negociação entre estas duas necessidades opostas define os mecanismos de “polidez”. Brown e Levinson colocam a indiretividade como uma estratégia de polidez, pois aquela minimiza a imposição no ouvinte e preserva a face do falante. A indiretividade é eficaz exatamente por gerar uma indeterminação, que possibilita ao ouvinte desconsiderar o ato indireto, preservando seu território e sua face (negativa). A indeterminação também possibilita que o falante preserve sua face (positiva), no caso de o interlocutor desconsiderar o ato.

Assim, no estudo de Brown e Levinson, a indiretividade e a indeterminação são fenômenos que contribuem para preservar e criar solidariedade, por possibilitarem uma evasão dos conflitos, tanto aos falantes quanto aos ouvintes. Outros estudos seguem esta mesma perspectiva.

Tannen (1981) também defende que indiretividade tem sua origem na necessidade de preservar a face dos participantes da interação. Nestes termos, a preservação da face é uma das razões para o caráter indeterminado do discurso.

Tannen (1986) explora as motivações para a indiretividade discursiva – e, portanto, para a indeterminação. A autora aponta, entre os vários “benefícios” deste processo, dois que poderíamos classificar como intrinsecamente relacionados à preservação da face: a auto-defesa e a evasão do conflito.

Blum-Kulka e Weizman (1988) apontam a inevitabilidade da indeterminação - o “mal-

entendido” - nas conversas cotidianas. As autoras indicam que este não se restringe a tipos específicos de discurso, nos quais a fonte do mal-entendido está vinculada a questões sociais – como “poder” - ou culturais – como “etnia”. A razão para a indeterminação e a indiretividade está, segundo as autoras, na necessidade de gestão da face.

Wajnryb (1998) aponta três razões para a indiretividade, todas vinculadas à face. Resumidamente, a indiretividade resolve o conflito entre a necessidade de dizer algo impositivo e a de minimizar a imposição, como ocorre com pedidos e ordens. Estas necessidades opostas levam, portanto, os falantes a construírem enunciados indeterminados – “ambivalentes” – para que haja um espaço para a negociação de significados.

Portanto, observamos que, segundo os estudos indicados, os fenômenos relacionados à categoria face – a busca de envolvimento e a preservação do território – explicariam a indiretividade e, conseqüentemente, a indeterminação do significado lingüístico-interacional.

Uma segunda motivação para a indiretividade estratégica seria a preservação e a burla de poder e *status* social. Por um lado, as estratégias de indiretividade seriam uma forma de corroborar, de forma implícita, estratificações específicas a determinados grupos sociais ou determinadas culturas. Observa-se esta perspectiva nos estudos sobre contextos educativos excludentes, sobre interações assimétricas no trabalho ou ainda sobre culturas com hierarquias sociais fortemente marcadas (Erickson e Shultz, 1982; a coletânea de Gumperz, 1982b; Chang, 1999). Por outro lado, a indiretividade pode ser vista ainda como uma forma – contraditória - de oposição às estruturas de poder arraigadas (Chang, *op. cit.*).

Assim, nestes estudos, a indeterminação apresenta a razão estratégica de lidar com o poder e com a assimetria entre os falantes, tendo como resultante tanto formas de manutenção do *status quo* quanto de resistência ao mesmo.

1 A face é o “valor social social positivo assumido pelo indivíduo a partir daquilo que os outros participantes supõem que este indivíduo tenha assumido ao longo de uma interação” (Goffman, 1967: 5). A face é, assim, uma “imagem do

Uma terceira motivação para a indiretividade na dimensão estratégica – e, portanto, para a indeterminação do significado – está na construção da identificação grupal.

Tannen (1986), em estudo sobre os conflitos entre os sexos, aponta três “benefícios” da indiretividade relacionados à identificação grupal: o prazer estético, a busca da harmonia e a brincadeira. A indiretividade define os indivíduos que compartilham códigos, e, portanto, é um instrumento de fortalecimento de laços grupais².

Gumperz (1982a; 1982b) aponta que convenções lingüísticas indiretas – como a entoação – fortalecem os laços grupais, pois definem a identidade comum entre os falantes que compartilham as mesmas “pistas” de criação do significado.

Lakoff (1990; *apud* Wajnryb, 1998) aponta que a indiretividade pode sugerir intimidade, por sinalizar que os participantes compartilham códigos e conhecimento sobre situações sociais. A indiretividade – e a indeterminação resultante – seria uma forma de fortalecimento grupal, por reafirmar a capacidade deste grupo em criar conhecimentos lingüístico-culturais particulares.

Em suma, a dimensão estratégica da indeterminação está intrinsecamente vinculada à indiretividade, cujos sinais são característicos de identidades sociais - como gênero, etnia, grupo social e comunidade cultural. Os processos discursivos de indiretividade constituem estratégias sócio-culturais para a criação da solidariedade, da polidez, e do *status quo*. Nesta dimensão, a indeterminação do significado se explica tanto pela necessidade de preservação de laços grupais e estruturas de poder, quanto pela de resistência implícita aos mesmos.

‘eu’ delineada em termos de atributos pessoais aprovados” (Goffman, *op. cit.*).

2 Evidentemente, estes “benefícios” podem ser concomitantes com a preservação da face discutida. A ironia, por exemplo, apresenta benefícios de harmonia – prazer grupal de compartilhar um estilo de humor – e auto-defesa – a possibilidade de definir o ato como “mera brincadeira” (Tannen, *op. cit.*).

1.1.2. O caráter interpretativo da língua:

O caráter interpretativo da língua constitui uma segunda motivação para a indeterminação do significado. Nesta dimensão, a indeterminação se origina no fato que nenhuma sentença ou enunciado codifica todas as informações necessárias a sua interpretação.

Este fato exige que os falantes implementem processos de decodificação das informações em contextos específicos. Como esses processos são complexos e os contextos discursivos são imprecisos, a interpretação é um terreno fértil para a indeterminação do significado. A natureza desses processos interpretativos varia de acordo com a concepção de “contexto” em cada tradição de análise do discurso.

Para a linha etnometodológica, a indeterminação tem sua origem na natureza interpretativa da estrutura conversacional, que define, em última instância, o significado. Assim, para Schegloff (1984), um enunciado é identificado como uma pergunta ou uma afirmação em função dos outros enunciados componentes da conversa.

Para os estudos de linha pragmática, a indeterminação do significado está intrinsecamente vinculada ao contexto como “intenção” do falante. A intenção não é codificada explicitamente, exigindo do ouvinte a dedução da mesma por processos de ordem racional. Assim, para Green (1996), a procura de significado para uma palavra ou sentença ambígua é determinada por aquilo que o ouvinte antecipa em termos do que o falante intencionou comunicar. Portanto, em Green, a indeterminação tem como origem os processos interpretativos inerentes à língua em uso, sendo estes processos relacionados especificamente à intenção do falante.

Numa perspectiva sócio-interacionista, a indeterminação do significado se vincula à natureza da categoria “enquadre”. O enquadre apresenta um caráter interpretativo, o que originaria a indeterminação do significado.

Assim, para Bateson (1972), os enquadres têm um caráter indireto, pois a definição do mesmo não é anterior nem externa ao ato verbal concreto. Por exemplo, o enquadre de “brincadeira de luta” é uma “mudança de regra” do enquadre “luta”: a brincadeira nega a luta, apesar de “encenar” movimentos desta última atividade. Contudo, a metagemagem “isto é uma brincadeira, e não uma luta” está codificada no decorrer da atividade propriamente dita, o que exige que os participantes interpretem a atividade no curso da mesma. Nas palavras de Bateson, a “proposta de mudar as regras é implícita, é em si uma parte do jogo que se desenvolve” (p. 192; grifo nosso). A natureza indireta do enquadre gera, portanto, a indeterminação de significado.

Seguindo Bateson, Tannen (1986) também aponta a natureza dos enquadres como origem da indeterminação: para a autora, os enquadres só podem ser sinalizados de forma indireta. Ao se tentar nomear um enquadre, necessariamente se evoca um outro, pois o próprio ato de identificar explicitamente um enquadre transmite uma metagemagem. Tannen fornece um exemplo do contexto familiar: quando o pai informa ao filho que desejaria ter “uma conversa amigável”, há uma possibilidade de o filho interpretar o ato de explicitar o enquadre como exatamente o oposto (“não é uma conversa amigável” ou “algo de errado ocorreu”).

Em suma, apesar das divergências quanto ao conceito de contexto nas diferentes linhas de análise do discurso, a dimensão interpretativa enfatiza a indeterminação como imanente ao discurso e à interação. Dadas as limitações do ato de falar, a resolução das indiretidades e da indeterminação é inerente a qualquer processo lingüístico-interpretativo. Observe-se que a indeterminação, nesta dimensão, se diferencia da estratégica, pois é parte de qualquer atividade lingüístico-discursiva, inclusive daquelas em que não está em questão um conflito de ordem sócio-cultural.

1.1.3. O caráter negociado da língua:

Na dimensão negociada, a indeterminação da língua está calcada na multiplicidade de contextos e significados construídos e interpretados pelos diversos participantes do evento comunicativo. Nesta dimensão, os estudos sócio-interacionais têm destaque, além do trabalho de Labov e Fanshell (1977).

Nesta direção, Goffman indica que o simples ato de tomar o turno já implica em re-interpretar o que foi dito e, portanto, em explorar significados possíveis (Goffman, 1974).

Labov e Fanshell (1977) vêem o discurso como uma matriz de enunciados e ações. O discurso, nesta perspectiva, é complexo, pois a maior parte dos enunciados desempenha, simultaneamente, vários atos de fala, relativos a diferentes níveis discursivos. De forma coerente, o ouvinte reage a estes atos de fala, respondendo, também, a diferentes níveis discursivos. Portanto, para Labov e Fanshell, a multiplicidade de significados e de contextos é inerente à língua em interação.

Schiffirin (1994) sugere a existência de múltiplos contextos interacionais, o que gera diversidade de interpretações e significados. Este fato se opõe à certeza de uma única e correta interpretação: na verdade, tal interpretação está baseada em apenas um dos muitos contextos disponíveis em dada interação.

Schiffirin (1997) prova esta hipótese, analisando a diversidade de contextos - enunciados, turnos, atos, ações, histórias, listas, descrições, registros – disponíveis aos participantes de uma interação específica. As reanálises do contexto, apresentadas pelos participantes ao longo da interação, revelam os processos de construção do significado. Assim, podemos concluir que, para Schiffirin (*op. cit.*), a indeterminação é um fenômeno imanente ao discurso, criado pela diversidade de níveis contextuais.

Em suma, o caráter negociado das línguas explica a indeterminação do significado pela multiplicidade de contextos disponíveis aos participantes da interação. A negociação se refere a vários elementos da atividade interativa: papéis, tópicos, segmentação dos enunciados, tipos de atos de fala. Portanto, a dimensão negociada da indeterminação adiciona, às duas anteriores, uma terceira motivação da indeterminação: o caráter conflituoso da interpretação, pela multiplicidade dos contextos.

Por um lado, a dimensão negociada não se confunde com a das motivações estratégicas, porque não se preocupa com fatores culturais, como etnia, gênero ou *status* social. Na dimensão negociada, interagir implica necessariamente em negociar significados. Por outro lado, a dimensão negociada também se diferencia da dimensão interpretativa, pois considera a multiplicidade de contextos e significados, e não apenas o caráter indireto de um único contexto.

1.1.4. O caráter metafórico da língua:

O caráter metafórico diz respeito à língua enquanto um instrumento de construção de conhecimento sócio-cultural. Ao denominar esta dimensão como tal, seguimos Lakoff e Johnson (1980: 5), que entendem a metáfora como o ato de “compreender e experienciar” X em termos de Y. Na dimensão metafórica, portanto, a língua é um aparato comunicativo instável exatamente por sua natureza simbólica. São centrais a esta dimensão os trabalhos de Goffman (1974) e Bateson (1972)³.

A indeterminação, para Bateson (*op. cit.*), é criada pelo caráter de negação e permanência no

³ É relevante apontar que a vinculação entre indeterminação e natureza simbólica da língua não foi inaugurada por Bateson e Goffman. Ullman (1964), citando Urban (1939), relaciona a natureza simbólica da língua com as polissemias e ambigüidades: “o fato de um signo poder designar uma coisa sem deixar de ser outra, o fato de que, por ser um signo expressivo da segunda, tenha também de o ser para a primeira, é precisamente o que faz da linguagem um instrumento de conhecimento. Esta “tensão acumulada” das palavras é a origem fecunda da ambigüidade, mas é também a origem desta predicação analógica, causa única do poder simbólico da linguagem.” (Urban, *apud* Ullman, p. 338).

processo de contextualização das mensagens. Tomando como exemplo o enquadre “brincadeira”, o estudioso observa que “a dentada [de brincadeira] refere-se à mordida, mas não representa aquilo que seria representado pela mesma” (p. 180). Ou seja, no (re-)enquadre, marcas de identificação são simultaneamente neutralizadas e discriminadas.

Assim, a discriminação entre as esferas de “combate” e “brincadeira” é sempre passível de se anular, pois os golpes usados na brincadeira podem ser confundidos com os golpes usados no combate. Acrescente-se, ainda, a esta complexidade, a possibilidade de falsificar os sinais de enquadre, por exemplo, escondendo a hostilidade sob a capa de uma brincadeira (metafórica).

Cabe frisar que, para Bateson, a necessidade de discriminar entre ordens de mensagens está presente em inúmeras situações de comunicação: na brincadeira, a não discriminação pode levar à luta; no humor, para haver graça, é necessário entender que há diversos enquadres em jogo, com mudanças repentinas; na poesia, é fundamental a decodificação de metáforas; no ritual, é imprescindível lidar simultaneamente com o real e o simbólico.

Também em Goffman (1974) identificamos o caráter metafórico dos enquadres como a base da indeterminação – em suas palavras, das “vulnerabilidades” discursivas. Uma instância de vulnerabilidade se encontra na relação entre “enquadre primário” e *key*. Os enquadres primários são aqueles que transformam situações sem significado em situações socialmente significativas. O *key* é o conjunto de convenções pelo qual dada atividade, já significativa em termos de enquadre primário, é transformada em algo mais, embora nos moldes do enquadre primário. Portanto, a representação de uma luta é um enquadre primário; a brincadeira de luta é o *key* da luta. Encenar, analisar ou descrever uma luta são também exemplos de *key* do enquadre primário.

A vulnerabilidade do *key* está, exatamente, no fato de este envolver elementos de um outro modelo significativo - o enquadre primário. Tal vulnerabilidade pode gerar um conflito na

identificação do enquadre de referência – ou seja, uma indeterminação. Assim, as fronteiras entre enquadres são tênues, na medida que *keys* mantêm elementos do enquadre original, muitas vezes alterando-o apenas superficialmente. Tal fato dá margem a conflitos de interpretação entre os participantes da interação.

A fala, como outros eventos sociais, está também sujeita às vulnerabilidades apontadas, e, por conseguinte, ao equívoco de enquadres (“*misframings*”). Nas palavras do autor, “da mesma forma que um muro pode ser conduzido na forma uma pilhéria, uma ordem pode ser transmitida como uma brincadeira” (1974: p. 496). Na verdade, para Goffman, a fala é a mais fluida das atividades, dado o fato que esta co-ocorre, com frequência, com inúmeras outras atividades, estando, assim, sujeita a interstícios. Ou seja, a mudança de enquadre na fala é mais dinâmica que nas outras atividades humanas.

Portanto, o caráter metafórico da língua explica a indeterminação de forma diferenciada das três dimensões anteriores. Na dimensão metafórica, a indeterminação da língua não está necessariamente vinculada a divergências entre os participantes de um evento, como nas dimensões “interpretativa” e “negociada”. A dimensão metafórica também se distingue da “estratégica”, por não enfatizar a língua como um instrumento de construção da identidade sócio-cultural de um grupo específico.

Na dimensão metafórica, a indeterminação relaciona-se à natureza dinâmica da língua como constituidora da e constituída pela realidade sócio-cultural. Nesta dimensão, a língua está sujeita a indeterminações, que são resultado dos processos de enquadre. Tais processos geram, concomitantemente, permanência e transformação de elementos, podendo, portanto, gerar também indeterminações.

1.2. Tipos de indeterminação pragmática

Neste item, procuramos sistematizar, a partir da literatura, os diferentes conceitos relacionados à indeterminação. Este inventário é necessário, pois se observa uma falta de rigor no emprego dos termos. Green (1996), por exemplo, coloca a “ambigüidade” e a “polissemia” como termos intercambiáveis, sem justificar esta alternância. Outro exemplo dessa falta de rigor se encontra na comparação entre os trabalhos de Blum-Kulka e Weizman (1988) e de Goffman (1974): o primeiro utiliza o termo “ambigüidade” como sinônimo de “vagueza”, enquanto o segundo inclui a “vagueza” como um sub-tipo de “ambigüidade”.

Selecionamos, na literatura, quatro conceitos vinculados à indeterminação pragmática: a “ambigüidade pragmática”, a “vagueza”, a “ambivalência” e o “duplo vínculo”.

A literatura, inclusive da área da semântica, vem consolidando o termo “ambigüidade pragmática” ou ainda “ambigüidade discursiva”. A maior parte destes estudos defende a “ambigüidade pragmática” ou “discursiva” enquanto um objeto específico (Blum-Kulka e Weizman, 1988; Green, 1996; Illari, 1997; Fredsted, 1998; Wajnryb, 1998), diferenciado da “ambigüidade semântica”. A única exceção neste quadro é Green (1996), que defende que a polissemia sistemática – a ambigüidade “semântica” – é apenas um dos sub-casos de mecanismos gerais de uso da língua. Estes mecanismos, de caráter inferencial, funcionariam da mesma forma seja na ambigüidade gramatical, seja na lexical, seja na discursiva.

Em termos genéricos, a ambigüidade pragmática é relativa à totalidade do discurso, e não a itens lexicais ou sentenças. Assim, por exemplo, itens lexicais polissêmicos isolados de um contexto não configurariam esse tipo de ambigüidade.

Nesta direção, Wajnryb (1998) afirma que a “ambigüidade semântica” refere-se à ambigüidade de significado referencial. Já a “ambigüidade pragmática” consiste na ocorrência de

duas forças ilocucionárias, embora o falante tenha intencionado apenas uma destas. Definida a “ambigüidade pragmática” nestes termos, fica claro que ela se vincula com o conceito de “mal-entendido” (Dascal, 1999; Weigang, 1999), pois, neste caso, a ambigüidade consiste de uma falha entre codificação de intenções (pelo falante) e de dedução destas mesmas intenções (pelo ouvinte).

Em Goffman, encontramos um segundo tipo de indeterminação pragmática – a “vagueza”. A “vagueza” seria a dúvida sobre qual enquadre primário deve ser aplicado, para imprimir significado a determinado ato (verbal). Assim, a vagueza se diferenciaria da “ambigüidade”, pois esta última se vincularia aos processos de re-enquadramento, como *keyings*.

Um terceiro conceito relacionado à indeterminação pragmática é a “ambivalência” (Brown e Levinson, 1987; Leech, 1977, *apud* Wajnryb, 1998). Esta se diferenciaria da “ambigüidade” por ser deliberadamente indeterminada. Na ambivalência, o falante indica que vários significados ilocucionários são possíveis, de forma a abrir espaço para uma negociação de significados.

Podemos apontar ainda o “duplo vínculo” (Bateson, 1972) como um quarto conceito relacionado ao fenômeno da indeterminação pragmática. O “duplo vínculo” é um tipo de comunicação paradoxal associado a fenômenos como humor e esquizofrenia.

Neste padrão comunicativo, ocorre um entrelaçamento de contextos e de metagensagens associadas a contextos, gerando um paradoxo que inclui os seguintes elementos (Bateson, *op. cit.*: 206-7):

(a) um paradoxo contendo (1) uma injunção primária do tipo “não faça isso ou será punido”, ou “faça isso, senão será punido”;

(2) uma injunção secundária que entra em conflito com a primeira em um nível mais abstrato, sendo comunicada para a criança por meios não verbais e tendo como um de seus elementos quaisquer das partes da primeira, como em “isso não é uma punição”, “não me

identifique como punidor” ou “não se submeta a minha punição”; “não questione o meu amor por você”; “não pense naquilo que você não deve fazer”;

(b) uma injunção terciária negativa que proíbe o sujeito de escapar da situação paradoxal: esta última injunção elimina a possibilidade de a vítima fazer qualquer afirmação metacomunicativa: ela não pode comentar sobre a situação, de forma a ajudar a corrigir a interpretação sobre as mensagens e decidir a qual delas responder.

Observe-se que, nestes quatro conceitos revisados, há divergências no que diz respeito à natureza da indeterminação. A “ambigüidade” se expressa em termos de uma disjunção absoluta (“*um ou outro*”), relacionando-se à concepção de falante como portador de uma única intencionalidade. Já a “ambivalência” e o “duplo vínculo” resultam em uma conjunção (“*um e outro*”), apontando para a possibilidade de múltiplas intenções do falante. A “vagueza” seria o caso mais extremo de indeterminação, pois consiste na própria dúvida se há indeterminação ou não.

Neste capítulo, dimensionamos a indeterminação pragmática como um objeto das tradições de análise do discurso.

Em primeiro lugar, a revisão da literatura demonstrou a centralidade do fenômeno no âmbito dos estudos discursivos. Podemos afirmar, assim, que a indeterminação se apresenta como um problema teórico relevante, por revelar processos inerentes à interação, ao discurso ou ao uso da língua.

Em segundo lugar, observamos, a partir da revisão, que a literatura não apresenta estudos que sistematizem diferentes concepções sobre o fenômeno em questão, vinculando tais divergências a teorias de análise do discurso.

Em terceiro lugar, a análise da literatura revelou a indeterminação como um fenômeno

multifacetado, para o qual convergem vários aspectos discursivos - o cognitivo, o social, o cultural - agregados em quatro dimensões da língua - estratégica, interpretativa, negociada e metafórica.

Neste sentido, identificamos quatro razões básicas para a indeterminação: o papel da língua na criação e consolidação de laços grupais; o caráter restrito da língua como instrumento de codificação; a interação verbal como um palco de negociação de múltiplos contextos; e a natureza da língua como um instrumento metafórico de codificação e criação do conhecimento sócio-cultural. Dentre estas quatro motivações da indeterminação, a última – que denominamos metafórica - ainda não foi explorada, de forma mais aprofundada, pelos estudos sócio-pragmáticos.

Neste capítulo, identificamos, ainda, os termos “ambigüidade pragmática”, “vagueza”, “ambivalência” e “duplo vínculo” como noções que traduzem a indeterminação pragmática na literatura. Demonstramos que tais categorias expressam diferentes visões do fenômeno, no que diz respeito à concepção de falante. O conceito de ambigüidade relaciona-se à concepção de falante como portador de uma única intenção, enquanto as noções de ambivalência e duplo vínculo apontam a possibilidade de múltiplas intenções por parte deste mesmo falante.

Assim, observamos que os termos referidos revelam abordagens diferenciadas da indeterminação. Buscaremos, no próximo capítulo, definir as possibilidades de tratamento do fenômeno à luz dos diferentes modelos discursivos.

2. Indeterminação e teorias do discurso

Este capítulo visa a estabelecer os princípios teóricos de abordagem da indeterminação pragmática em nossa análise do debate político-eleitoral televisionado. Para tal, neste capítulo, apontamos oposições entre a perspectiva sócio-interacional e os modelos discursivos de Grice e de Searle, no que diz respeito aos conceitos de “contexto”, “comunicação” e “significado”¹. Tais oposições implicam em diferentes concepções do fenômeno da indeterminação pragmática.

Em linhas gerais, a sociolinguística interacional coloca como foco central de análise o conhecimento sócio-cultural-cognitivo que se constrói e se expressa nas interações face a face. Tal conhecimento está na base das interpretações sobre a situação comunicativa, dos papéis desempenhados e dos enunciados produzidos pelos participantes.

A questão básica desta tradição de análise sociolinguística é o quão bem sucedida é a comunicação e como este sucesso está relacionado ao conhecimento sociolinguístico. Assim, são focos centrais da sociolinguística interacional a forma como os membros de uma comunidade identificam os eventos de fala, como o *input* social varia no curso da interação e como o conhecimento social produz a interpretação das mensagens. O significado é, portanto, construído por um processo complexo de sinais linguísticos e não linguísticos ancorados no contexto (Schiffirin, 1994).

Grice desenvolveu um modelo de significado baseado na noção de “cooperação” e nos mecanismos racionais de dedução de significados. Já Searle, a partir dos estudos de Austin, aprofundou a teoria dos atos de fala, que parte do princípio que a função da língua é executar ações,

¹ Para a distinção entre os modelos discursivos, Schiffirin (1994) considera três aspectos: “estrutura e função”, “texto e contexto”, e “discurso e comunicação”. Assim, seguiremos parcialmente a proposta de Schiffirin, considerando os dois primeiros aspectos e agregando um terceiro - a “natureza do significado” - em que tratamos especificamente da noção de “literalidade”.

tais como “pedidos”. Assim, o trabalho de Searle focaliza as formas pelas quais significado e ação são desenvolvidos através da língua.

Antes de estabelecermos a distinção entre a sócio-interacional e as teorias de Grice e de Searle no tocante à noção de indeterminação, três observações se fazem necessárias.

Em primeiro lugar, destacamos que nossa análise, neste capítulo, não se propõe a realizar uma revisão exaustiva e aprofundada destas concepções de discurso, e sim a relacioná-las à questão da indeterminação, objeto de nosso trabalho.

Em segundo lugar, observamos que autores apontados como “sociolinguistas interacionais” - Goffman e Bateson – não se auto-denominaram como tal. Os estudos de Goffman, inclusive, não almejam, em última instância, a formular uma teoria a respeito da estrutura da língua, e sim a respeito da organização da experiência social, na qual se inclui a comunicação via língua². A consideração destes autores se deve a sua contribuição para a construção de uma perspectiva sócio-interacional do discurso (Schiffrin, 1994).

Em terceiro lugar, é relevante apontar que nossas observações sobre as teorias de Grice e de Searle não se estendem à totalidade dos estudos intitulados “pragmáticos”. A fronteira entre a pragmática e a sócio-interacional não é clara e definida, pois muitas das tradições incorporadas pelos dois campos são comuns.

Levinson (1983) agrupa sob o rótulo de pragmática não só as linhas de tradição filosófica – de Grice e Searle – como também os estudos da análise da conversa de origem etnomedológica (Sacks, Schegloff e Jefferson), os trabalhos na área de etnografia da fala (Hymes) e os estudos de caráter interacionais (como o de Labov e Fanshell, 1977). Em trabalho mais recente, Verschueren (1999) discute, sob o rótulo “pragmática”, conceitos relativos a várias tradições de análise do discurso –

² Na obra de Goffman, dois escritos tratam diretamente da fala: “The frame analysis of talk”, capítulo componente do livro *Frame analysis* (1974) e os artigos compilados em *Forms of Talk* (1981) (para um levantamento da produção de Goffman, referir-se a Malufe, 1992).

“função”, “intencionalidade”, “cooperação”, “polidez”, “contexto”, “cultura”, “estilo”, “conversa” e “intertextualidade” – o que nos leva a crer que a pragmática efetivamente incorporou como perspectiva as tradições de análise apontadas por Levinson (*op. cit.*) na década anterior.

Muitas destas referências são também encontradas na tradição da sócio-interacional. Segundo Figueroa (1984), a sociolinguística interacional de Gumperz tem sua base especialmente na sociologia interacional (Goffman), na análise da conversa etnometodológica, na pragmática (Austin), e na etnografia da fala (Hymes). Schiffrin (1994), embora destaque Gumperz e Goffman como pilares da sócio-interacional, considera que esta resgata outras tradições de estudos sobre o discurso, como a própria pragmática.

Em suma, neste capítulo, não oporemos pragmática e sócio-interacional, pois esta distinção criaria divergências artificiais que não refletem a riqueza dos estudos sobre a língua em uso ou em interação. Por esta razão, este capítulo considera especificamente os trabalhos de Grice e Searle como diferenciados da perspectiva sócio-interacional do discurso. Neste universo de autores, buscamos identificar as diferenças teóricas que podem implicar em abordagens distintas da indeterminação pragmática.

2.1. Indeterminação e contexto:

Apesar da consideração de contexto ser comum aos trabalhos de Grice e Searle e à perspectiva sócio-interacional, podemos afirmar que o tratamento dado a esta noção é diferenciado. Segundo Schiffrin (1994: 378), a teoria dos atos de fala de Searle e a pragmática griceana vêm o contexto como “conhecimento”, enquanto a sócio-interacional considera contexto como “conhecimento” e “situação”.

Grice estabelece uma distinção entre dois tipos de significado, o “significado do falante” - de

caráter pragmático - e o “significado convencional” - de natureza semântica. Na proposta de Grice, o primeiro está relativamente desvinculado do segundo, ou seja, o que o falante intenciona comunicar não está necessariamente relacionado ao significado convencional (Grice, 1957).

O significado do falante, não estando totalmente subordinado ao código, pode ser inferido por processos bastante diferentes da decodificação gramatical e lexical. Nas palavras de Grice:

Para deduzir que uma implicatura conversacional determinada se faz presente, o ouvinte operará com os seguintes dados: (1) o significado convencional das palavras usadas, juntamente com a identidade de quaisquer referentes pertinentes; (2) o princípio da cooperação e suas máximas; (3) o contexto, lingüístico ou extralingüístico, da enunciação; (4) outros itens de seu conhecimento anterior; e (5) o fato (ou fato suposto) de que todos os itens relevantes cobertos por (1) - (4) são acessíveis a ambos os participantes e ambos sabem ou supõe que isto ocorra. (Grice, 1957: 93).

Em Grice, é central o conceito de ‘implicatura’: uma inferência sobre a intenção do falante, que resulta da decodificação de significados e da aplicação de princípios conversacionais. Ou seja, as implicaturas do tipo conversacional são inferências não convencionais e não marcadas discursivamente por conectivos como “portanto”, sendo fruto da capacidade racional dos falantes (Grice, 1980). A base das implicaturas formuladas pelo ouvinte é o “princípio da cooperação”: “faça sua contribuição conversacional tal como é requerida, no momento em que ocorre, pelo propósito ou direção do intercâmbio conversacional em que você está engajado” (Grice, *op. cit.*, 86).

Sustentado por este princípio, Grice estabelece ainda uma lista de máximas conversacionais: quantidade (*seja informativo como requerido*), qualidade (*não diga o que você acredita ser falso e*

não diga senão aquilo para que você possa fornecer evidência adequada), relação (*seja relevante*) e modo (*seja claro*) (Grice, *op. cit.*, 86-7).

É importante reiterar que Grice deriva estas quatro categorias do princípio que a conversa é uma variedade da conduta racional. A conduta racional supõe que o participante conduz uma conversa de forma efetiva e cooperativa. Assim, as implicaturas se baseiam na crença, compartilhada por falantes e ouvintes, de que as máximas não são, em geral, burladas durante a conversa. Por exemplo, um diálogo do tipo (Grice, 1980: 93):

A - Estou sem gasolina.

B - Há um posto na próxima esquina.

é coerente, na medida que A não interpretaria que B estaria infringindo a máxima da relação. Portanto, B intencionou informar, de forma implícita, que o posto pode estar aberto, vendendo gasolina.

Se as máximas são burladas, este fato é significativo, produzindo também uma implicatura. A burla das máximas, portanto, na verdade mostra que estas são efetivamente operacionais. Assim, uma sentença como “Você é o açúcar do meu café”, que contém uma falsidade categorial, quebraria a máxima da qualidade. Esta quebra implica na interpretação pelo ouvinte que o propósito do falante não é definir o referente “você” nos termos da sentença, e sim remeter a outro significado (Grice, 1980)

Apesar do destaque dado ao contexto, podemos afirmar que um limite da pragmática griceana é exatamente o não tratamento desta noção. Embora Grice se refira aos contextos “extra-lingüísticos” e ao conhecimento de mundo dos falantes (respectivamente nos itens (3) e (4) do trecho destacado na página 33), ele não oferece elementos para analisá-los. Esta limitação é

assumida pelo próprio autor, ao apontar que não foram tratadas por ele

questões a propósito de que tipos de focos de relevância podem existir, como se modificam no curso da conversação, como dar conta do fato de que os assuntos da conversação são legitimamente mudados, e assim por diante. Considero o tratamento de tais questões excessivamente difícil e espero retornar a elas em um trabalho posterior. (Grice, 1980: 87)

Em suma, Grice considera o contexto fundamental à análise do significado, entendendo-o como “conhecimento de mundo”. Contudo, este autor não investigou em que consiste este conhecimento, limitando-se a apontar mecanismos dedutivos racionais dos falantes, independentes da “situação de fala” específica. Isto resulta na idealização da categoria “contexto”. Observe-se que duas críticas apontadas pela literatura à perspectiva de Grice referem-se exatamente a esta idealização: sua exclusão de fatores sócio-culturais e seu caráter etnocêntrico (*apud* Attardo, 1998).

A teoria de Searle (1969; 1995) também carece de uma análise mais aprofundada do contexto enunciativo. Passemos, portanto, a uma breve exposição dos pressupostos deste estudioso.

Conforme já apontado, Searle propõe o ato de fala como a unidade básica da comunicação. O objetivo final é estabelecer uma teoria geral do significado, identificando de quantas formas diferentes a língua pode ser usada. Uma questão básica consiste em explorar as relações entre o significado da sentença e o significado do falante, já que uma mesma emissão pode desempenhar diferentes atos de fala.

Para identificar e distinguir tais atos, Searle propõe doze aspectos, dentre os quais destacamos o propósito do ato, o *status* do falante e do ouvinte, as relações com o resto do discurso, e o conteúdo proposicional. A partir destas considerações, o autor estabelece cinco tipos de atos de fala

diretos (assertivos, diretivos, compromissivos, expressivos e declarativos) e suas respectivas estruturas sintáticas. Nos atos de fala diretos, portanto, não há tensão entre significado literal e não literal, sendo o primeiro um dos aspectos que define o significado comunicativo do enunciado.

Mais complexos são os atos de fala indiretos, isto é, aqueles em que o significado da emissão do falante e o significado da sentença divergem. Um ato de fala indireto é, portanto, um ato ilocucionário realizado indiretamente através de outro. Por exemplo, no enunciado “Você quer abrir a porta?”, o propósito do falante não é requerer uma informação do ouvinte, e sim criar no mesmo um efeito que o leve a executar a ação em questão.

Searle levanta quatro aspectos para a análise dos atos de fala indiretos:

Para ser mais específico, o aparato necessário para explicar a parte indireta dos atos de fala indiretos inclui uma teoria dos atos de fala, alguns princípios gerais de conversação cooperativa (alguns dos quais foram discutidos por Grice (1975)) e a informação factual prévia compartilhada pelo falante e pelo ouvinte, além da habilidade para o ouvinte fazer inferências. (Searle, 1995: 50)

Searle compreende a habilidade para fazer inferências como uma estratégia que consiste em estabelecer, primeiramente, que o propósito ilocucionário diverge do literal e, em segundo lugar, qual é o propósito ilocucionário.

Podemos afirmar que Searle não fornece elementos para a construção de uma teoria a respeito do contexto, pois não está definido, na obra deste autor, como o ouvinte toma a decisão que “o propósito ilocucionário primário diverge do literal” e como a “informação prévia factual” atua na definição do ato de fala em questão. Portanto, não está claro, em Searle, como se operacionalizam, em interação reais, as habilidades do ouvinte para inferir. Esta perspectiva resulta, assim como em

Grice, em uma visão idealizada do contexto.

Em suma, podemos afirmar que Grice e de Searle não incorporam efetivamente fatores sócio-culturais específicos à noção de contexto, limitando esse conceito a um “conhecimento de mundo” idealizado. Neste sentido, estes autores criam uma teoria reificadora do significado. Esta perspectiva resulta, especificamente, em três problemas na operacionalização dos modelos.

Uma primeira limitação das teorias de Grice e Searle está na excessiva ênfase no conceito de “intencionalidade”. O conceito de intenção, embora tenha auxiliado, por um lado, a resgatar a dimensão de uso da língua, limitou, por outro lado, esta mesma dimensão, ao colocar a intenção do falante como o critério definitivo do significado (Verschueren, 1999).

Um segundo limite da abordagem de Grice e Searle é a idealização do ouvinte. Este, apesar de estar presente nas representações dos atos de fala, constitui apenas uma projeção das atitudes e intenções dos falantes, e não um participante atuante no evento. Ou seja, o ouvinte existe como uma “ordem internalizada”, mas não como um participante com a possibilidade de guiar a interação – e a interpretação da fala – em uma direção não intencionada ou prevista pelo falante (Duranti e Goodwin, 1992).

Uma terceira restrição destas tradições se encontra nos tipos de dados utilizados nas análises: sentenças e contextos criados pelo próprio analista, para ilustrar os argumentos em foco. Ou seja, os processos de interação entre os participantes não são efetivamente examinados (Labov e Fanshel, 1977; Duranti e Goodwin, 1992).

Portanto, a partir destas críticas, coloca-se a necessidade de investigar empiricamente o dinamismo dos contextos sócio-culturais. Neste sentido, um ato só pode ser identificado, concretamente, como uma asserção ou uma crítica em função do contexto definido nestes termos.

Os estudos sócio-interacionais buscam exatamente investigar a forma como os participantes focalizam, constroem e manipulam aspectos do contexto, sendo tais ações constitutivas das

atividades nas quais estes participantes estão engajados. Na tradição dos estudos interacionais, o contexto é uma forma de *práxis* interacionalmente constituída. Por esta razão, na sócio-interacional, o contexto é “conhecimento” e “situação”.

É central à discussão do contexto, na sociolinguística interacional, os conceitos de ‘enquadre’ (Bateson, 1972; Goffman, 1974; Tannen e Wallat, 1982), de “esquema” (Tannen, [1979], 1993; Tannen e Wallat, 1982) e de “atividade de fala” (Gumperz, 1982b). Embora revisemos, numa linha cronológica, todos os autores mencionados, daremos destaque à obra de Goffman, dada a ênfase de sua obra na definição do contexto como categoria socialmente situada.

Bateson (1972) demonstrou que qualquer situação comunicativa só pode ser entendida à luz de uma “metamensagem” sobre como categorizar e interpretar a situação e as ações componentes. A esta metamensagem, Bateson denominou “enquadre” (“*frame*”). O enquadre define o conjunto de mensagens incluídas no mesmo e fornece instruções ao receptor sobre como entendê-las.

Na mesma linha de Bateson, Goffman (1974: 10) afirma que o significado das ações sociais é definido em função de princípios – os enquadres - que governam e organizam os eventos sociais. Os enquadres são macro-representações sociais, expressas na organização ritualizada das interações. Neste sentido, a análise do contexto em Goffman se ancora em uma preocupação básica: o processo pelo qual o conhecimento social produz a interpretação das mensagens.

O enquadre expressa o contexto tanto como “situação” como quanto “conhecimento”. Por esta razão, para Goffman, é necessário analisar o enquadre nestas duas dimensões. Nas palavras do autor:

Minha perspectiva é situacional, significando uma preocupação com aquilo a que o indivíduo está vinculado em um momento específico; esta vinculação freqüentemente envolve outros indivíduos específicos, não estando necessariamente

restrita à arena dos encontros face a face (...) (Goffman, 1974: p. 8)

Ao ampliar o conceito de contexto, o programa teórico proposto por Goffman busca

(...) isolar algumas das estruturas de enquadres de significado básicas, disponíveis em nossa sociedade para imprimir significado aos eventos e analisar as vulnerabilidades específicas às quais estes enquadres estão sujeitos (Goffman, *op. cit.*: p. 10)

Estas considerações exigem a construção de uma teoria consistente sobre a relação entre “contexto” e “significado”, a partir da análise da estrutura social dos enquadres que compõem dada cultura ou sociedade. Tais estruturas são sistematizáveis e finitas, o que possibilita a construção de uma teoria consistente sobre o contexto. Nas palavras de Goffman,

Digamos que, em dada cultura, há um conjunto limitado de esquemas básicos de interpretação (cada um, evidentemente, realizado num número infinito de formas), de tal forma que o conjunto como um todo é potencialmente aplicável ao “mesmo” evento. Suponha, também, que estes enquadres fundamentais formam, por sua vez, um enquadre – um enquadre dos enquadres. A partir, portanto, de um único evento em nossa cultura, neste caso, um enunciado, devemos ser capazes de mostrar que uma miríade de significados é possível, que estes se identificam com classes distintas e limitadas em número, (...) fornecendo não um mero catálogo infinito, mas uma perspectiva da estrutura da experiência. (...)

É este enquadre dos enquadres que nós devemos buscar; é um meta esquema

desta natureza que irá permitir que nós acumulemos um conhecimento sistemático sobre os contextos, e não meras advertências de que, em outro contexto, o significado poderia ser diferente (Goffman, op. cit: 68-70)

A consideração destes macro-enquadres sociais é fundamental para analisar o significado de enunciados específicos. O significado de um enunciado como “*o quê?*” se organiza em várias camadas – o sinal de que algo não foi decodificado, de que há uma intenção do falante em recuperá-lo e, talvez, de que o falante esteja discordando do que foi dito. Esta discordância, por sua vez, pode ser irônica ou “respeitosa”. A decisão entre um e outro significado só pode ser implementada a partir de uma análise do contexto, em função de estruturas mais amplas de significado – os enquadres.

Assim, tal programa teórico não tem sua raiz em meras “preocupações sociológicas adicionais”. O contexto social – como, por exemplo, os papéis interacionais desempenhados pelos participantes em dado evento – não está, para este autor, apenas “circundando” a interação. Para Goffman, sem a análise de enquadres, não é possível explicar o quanto o significado de um ato se aproxima do “significado literal”; não é possível explicar, inclusive, por que um ouvinte opta por interpretar um ato de fala como direto ou indireto.

Esta observação é retomada em Goffman (1983), ao elaborar uma crítica direta às teorias pragmáticas que dão destaque aos mecanismos dedutivos baseados nas “pressuposições”. O autor afirma que não há polêmica a respeito da existência destes mecanismos: a questão é a análise deste “conhecimento”. Ou seja, o objetivo do analista deve ser identificar quais são os enquadres sociais que definem a “racionalidade” em dada situação: quem pode interagir com quem, em que circunstâncias, com que preâmbulos, e com que forma lingüística, sem ser considerado “insano” (p. 48).

Tannen e Wallat (1982) seguem a perspectiva de Goffman de analisar estas macro-estruturas sociais de produção do significado sob o aspecto da “situação” e do “conhecimento”. Para tal, as autoras distinguem “enquadre” e “esquema”. O primeiro refere-se à noção antropológica e sociológica de interpretação, enquanto o segundo é relativo à noção cognitiva e psicológica de estruturas de conhecimento.

Gumperz (1982a) toma como base dos estudos interacionais o conceito de “atividade de fala” (*speech activity*) e as “pistas de contextualização” (*contextualization cues*). Gumperz define “atividade de fala” como a unidade básica da interação, socialmente significativa, em termos da qual o significado é avaliado. As “pistas de contextualização” constituem qualquer marca lingüística, paralingüística e não-verbal que contribua para a sinalização de pressuposições contextuais.

De maneira semelhante a Bateson e Goffman, Gumperz enfoca a conversa não como um evento coeso, mas como uma sucessão de atividades contextualizadas - ou “enquadradas”. Uma forma de sinalizar a mudança de enquadre é o “*code switching*” (Gumperz, 1982a: 59): “a justaposição de passagens de fala pertencentes a dois sistemas ou subsistemas gramaticais distintos”.

Em suma, a partir dos estudos mencionados, podemos definir enquadre como uma metacomunicação sobre “o que está *acontecendo* numa interação” ou sobre “o que está sendo *feito* pelos participantes”, sob o ponto de vista dos mesmos. O enquadre está associado às expectativas dos participantes a respeito de qual atividade está sendo construída e de como interpretar e produzir significado nos enunciados.

O conceito de enquadre como definidor do contexto diferencia a sociolingüística interacional dos estudos de Grice e Searle: para a primeira tradição, o contexto é algo socialmente constituído. Assim, analisar o contexto e o significado das ações verbais implica em investigar a construção

social de ambos, não se limitando a considerar um “conhecimento de mundo” apriorístico e reificado. Por esta razão, o analista deve descrever, inclusive, como os enquadres primários são indicados pelo contexto.

As diferenças concepções de contexto, identificadas entre os estudos de Grice e Searle e os estudos sociolinguísticos-interacionais, implicam em visões distintas sobre o fenômeno da indeterminação.

Em primeiro lugar, a indeterminação seria, na perspectiva de Grice e Searle, um fenômeno limitado à dúvida sobre qual das intenções é a mais plausível em dado contexto. Para Grice e Searle, as falhas nas máximas conversacionais não levam, a rigor, à indeterminação, e sim à operação de mecanismos dedutivos: a implicatura.

Já para a perspectiva sócio-interacional, a indeterminação não se restringe à dúvida sobre as intenções do falante em dado contexto. A indeterminação pode ser vista, na perspectiva sócio-interacional, como inerente aos próprios processos sócio-culturais de construção do significado. A indeterminação não apenas revela os mecanismos dedutivos dos falantes em dado contexto, mas coloca, para o campo da análise do discurso, uma outra questão teórica: a construção do significado nos eventos sociais.

Em segundo lugar, para Grice e Searle, os ouvintes deduzem racionalmente as intenções do falante a partir de elementos contextuais. Assim, o contexto tem o papel de resolver os enunciados indeterminados, a partir de deduções calcadas no “conhecimento de mundo”.

Na sociolinguística interacional, o contexto pode criar a indeterminação, pois não é algo reificado. Embora a sócio-interacional não negue a existência de significados sociais pré-estabelecidos, esta perspectiva aponta que a “situação” também cria conhecimento. Por esta razão, para os estudos da linha sócio-interacional, o contexto é um dado para solucionar a indeterminação, mas é também gerador de indeterminação.

2.2. Indeterminação e comunicação:

Segundo Schiffrin (1994: 386), tanto os estudos de Grice e de Searle quanto a sócio-interacional são teorias que relacionam discurso e comunicação. Outro ponto em comum entre estas duas abordagens está nos três componentes básicos da comunicação – “participantes”, “mensagem” e “código” – e num princípio - a “intersubjetividade”, isto é, a capacidade de os falantes compartilharem conhecimento e experiência.

Entretanto, o tratamento dado a estes componentes e a este princípio varia entre as abordagens. Esta diferença leva Schiffrin a estabelecer três modelos comunicativos distintos: o de “código”, o de “inferência”, e o “interacional”. A partir destes modelos comunicativos, a autora aponta que a pragmática de Grice e Searle é baseada nas noções de código e de inferência, enquanto a sócio-interacional, como a própria denominação indica, não se funda unicamente nestas duas noções.

O modelo de código parte de uma noção básica: a do emissor. O emissor apresenta três papéis: ser portador de uma proposição representada internamente a ser enviada para outro indivíduo; transformar esta mensagem em um conjunto de sinais acessíveis ao receptor; e transmiti-la a um receptor. A este último, cabem exatamente os mesmos procedimentos para decodificar o sinal, reconhecer a mensagem e acessar outro pensamento. Ainda segundo Schiffrin (*op. cit.*), este modelo comunicativo é central na cultura ocidental, tendo sido aprofundado na lingüística pelo paradigma saussuriano: a língua é um sistema de códigos em que os significantes estão associados, de forma estável, aos significados³.

Assim, a visão da comunicação baseada em código está relacionada a uma noção de mensagem como uma proposição interna e a uma noção de código como um algo fixo e estável. Os

³ Reddy (*apud* Green, 1979), a partir de uma metáfora denominada “*conduit metaphor*”, também aponta a limitação desta perspectiva da comunicação.

participantes se traduzem pelos rótulos “emissor” e “receptor”. A intersubjetividade é central neste modelo comunicativo: não só o objetivo da comunicação é compartilhar uma mensagem, mas também todo o processo se baseia na existência, *a priori*, de um código compartilhado.

A visão de comunicação baseada na inferência se diferencia da baseada em código. Para a primeira, as mensagens não se restringem a representações, podendo manifestar intenções ou ações.

A tradição teórica de Grice e Searle se apresenta, assim, como um modelo inferencial, porque a dedução do “significado do falante” é central à teoria, conforme já apontado tanto em Grice quanto em Searle. Estas tradições constituem-se também como modelos de código, porque este desempenha um papel relevante na dedução das mensagens. Para Grice, o significado convencional figura no processo de cálculo das implicaturas; para Searle, a comunicação ocorre exatamente quando os indivíduos combinam o conhecimento de certos mecanismos lingüísticos com seu conhecimento das intenções e do contexto, identificando o ato de fala em questão.

As teorias de Grice e Searle também compartilham, com os modelos de código, uma crença na intersubjetividade como uma noção central à comunicação. Em primeiro lugar, o objetivo da comunicação é alcançar o reconhecimento das intenções de outro (o falante); em segundo lugar, os procedimentos do ouvinte (para o reconhecimento das intenções) são meramente um espelho dos procedimentos do falante (para apresentá-las); em terceiro lugar, os procedimentos são baseados no conhecimento prévio comum (mesmo código lingüístico, mesmos princípios comunicativos).

O modelo interacional de comunicação apresenta três diferenças fundamentais dos modelos de Grice e Searle. A primeira está no fato de a sócio-interacional não colocar tanta ênfase no princípio da intersubjetividade: este modelo supõe que a comunicação é “comportamento”, desconsiderando se este é intencional ou não⁴. Tanto a informação emitida intencionalmente quanto

⁴ O uso da palavra “comportamento” em referência à língua mereceria uma discussão mais aprofundada. Tal palavra não parece ser compatível com a visão da língua como uma ação social dinâmica, que predomina nos estudos sócio-interacionais revisados. A língua como práxis de construção de significados remete a uma noção de falante como um

a não emitida nestes termos constituem comunicação. Esta suposição diminui o foco analítico do falante e aumenta a relevância no ouvinte, apontando para a noção de negociação.

Uma segunda diferença, portanto, se relaciona aos participantes. O receptor, no modelo interacional, desempenha um papel mais ativo. O ouvinte busca encontrar significado no comportamento de outro participante, desenvolvendo interpretações baseadas em múltiplas dimensões (social, emocional, referencial). A sócio-interacional propõe ainda uma complexificação dos papéis interacionais, ao se considerar a situação social na qual ocorre a comunicação. Em Grice e Searle, os participantes são identificados simplesmente como “falante” e “ouvinte”, rótulos coerentes com a noção de que as regras conversacionais se aplicam a várias situações e identidades. A divisão diática entre falante e ouvinte expressa, assim, uma desconsideração de que a comunicação pode apresentar diversos *status* de participação, como ouvintes principais e secundários (Goffman, 1974; 1981).

Uma terceira diferença diz respeito ao conceito de “mensagem. O modelo interacional considera a noção de informação “situada” e, por esta razão, é menos dependente do código e mais dependente do contexto. Neste sentido, um enunciado não é uma resposta apenas para a informação transmitida por um enunciado anterior, mas para a situação que este criou ou na qual este foi produzido.

Em suma, segundo Schiffrin (*op. cit.*), o modelo interacional coloca menos ênfase na intersubjetividade. Em primeiro lugar, os procedimentos de interpretação não espelham necessariamente os de produção. Em segundo lugar, embora o conhecimento linguístico compartilhado contribua para a interpretação da mensagem, esta é situada.

Neste sentido, podemos afirmar que Grice e Searle apresentam uma visão idealizada e harmônica de comunicação, enquanto a sócio-interacional admite uma visão conflituosa do

agente desta construção. A palavra “comportamento”, contudo, está tradicionalmente vinculada a tradição behaviorista, que tende a desconsiderar o falante na perspectiva apontada.

fenômeno comunicativo. Na verdade, para os estudos sócio-interacionais, a “harmonia conversacional” não é apriorística, e sim uma construção possível dos participantes da interação (Schiffrin, 1990).

Vejamos como estas distinções entre os modelos de discurso podem implicar em perspectivas diferenciadas do fenômeno da indeterminação.

Como as teorias de Grice e Searle têm seus pilares na intersubjetividade e na visão harmoniosa de conversa, a indeterminação é algo a ser resolvido, dentro dos parâmetros da racionalidade, para que a comunicação ocorra. Por esta razão, todas as máximas conversacionais de Grice, discutidas no item anterior, referem-se ao conceito de clareza. Observe-se que a quebra destas máximas apenas indica que o significado intencionado não é equivalente ao significado proposicional, mantendo-se a crença na intersubjetividade e na harmonia como necessárias à comunicação.

Assim, podemos afirmar que, para a tradição de Grice e Searle, a indeterminação do significado, a rigor, se resumiria ao “mal-entendido” (Dascal, 1999; Weigang, 1999). Este se explica pela complexidade dos processos inferenciais quando o “significado do falante” não é equivalente ao “significado da sentença”. A indeterminação do significado se originaria em problemas de decodificação ou de dedução deste significado por parte dos ouvintes. Se o falante tem uma única intenção ao emitir determinado enunciado, a indeterminação ocorre exatamente quando o ouvinte falha em decodificar ou deduzir essa intenção.

Já a tradição sócio-interacional não faz a equivalência entre comunicação e harmonia, conforme já discutido. Esta tradição considera a comunicação como uma negociação: ouvintes e falantes apresentam interesses diversos, pois estes não são indivíduos ideais e racionais, e sim social e culturalmente situados. Negociação envolve não só consenso, mas também conflitos no campo do significado. A indeterminação seria resultado destes processos de construção do conflito, seja

porque o próprio falante apresenta objetivos diversificados, seja porque o ouvinte redimensiona o significado.

Portanto, nos estudos que partem da noção sócio-interacional da comunicação, observa-se que a indeterminação não é sinônimo de ausência de comunicação. Blum-Kulka e Weissman (1988) registram que os falantes toleram a ambigüidade ao longo de toda uma interação. Bateson (1972) aponta o “duplo vínculo” – indeterminação caracterizada pela duplicidade de metagensagens – como a forma de comunicação característica de inúmeras instâncias comunicativas.

Assim, a indeterminação, além de não impedir a comunicação, é essencial para que esta ocorra, em determinados contextos. Neste sentido, a resolução da indeterminação não é fundamental à comunicação; em alguns casos, como o “duplo vínculo”, a comunicação ocorre exatamente pelo fenômeno da indeterminação.

2.3. Indeterminação e significado

Uma última questão relativa à diferença entre os modelos de discurso e à noção de indeterminação está na natureza do significado. Neste item, trataremos de uma questão central ao significado e, portanto, à indeterminação: a “literalidade”.

Apesar de considerarem uma visão de língua em uso, as teorias de Grice e Searle mantêm uma crença na estabilidade dos significados. A pragmática de Grice e Searle são, assim, teorias da literalidade. Tanto Grice quanto Searle incorporam a noção de significado literal a seu aparato teórico, mesmo ao criticarem tais noções.

Segundo Rajagopalan e Arrojo (1992: 113), observa-se, em Searle, “um desejo subliminar de encontrar um valor constante, um elemento qualquer que pudesse ser estável e irreduzível, através do qual se tornasse possível a compreensão desse fenômeno tão volúvel que chamamos de

linguagem”. Este fato pode ser identificado em inúmeras instâncias da obra de Searle, dentre as quais destacamos a defesa de que o conteúdo proposicional de um enunciado pode permanecer constante, apesar da variação do ato ilocucionário (*apud* Rajagopalan e Arrojo, *op. cit.*).

Também em Grice encontramos a crença na existência de significados estáveis e irredutíveis: conforme já apontado, Grice afirma que o significado literal constitui uma categoria independente do significado do falante. Alguns tipos de implicatura, inclusive, são desencadeadas exatamente pela não-adequação do significado convencional ao contexto, o que indica que este significado é anterior à constituição do discurso.

Assim, encontramos em Grice e Searle uma crença na existência de enunciados que sejam completamente independentes do emissor ou da situação de emissão e, portanto, impermeáveis ao discurso. Searle e Grice rebatizam esta possibilidade, respectivamente, de “significado da sentença” e “significado convencional”. Os autores não colocam o significado literal como uma questão de análise, tomando-o como um dado apriorístico.

A tradição da sócio-interacional também opera, em certa medida, com a noção de literalidade. Gumperz (1982a) e Goffman (1974) incorporam parcialmente esta noção, pois não descartam a existência de significados estáveis, anteriores a dada negociação discursiva. Contudo, o “estável” não é impermeável à negociação discursiva, ou seja, este significado é sinalizado na interação, a partir do relevo dado ao mesmo pelos participantes. Assim, os “significados estáveis” devem ser objeto de análise, pois são fruto de negociação interacional.

Para Gumperz (*op. cit.*), o significado social é negociado a partir do relevo dado, pelos participantes, a aspectos presentes no evento. As pistas de contextualização não determinam o significado, e sim limitam a interpretação, destacando alguns aspectos do conhecimento de mundo e minimizando outros. Ou seja, existem, na interação, significados “latentes”, que não estão em destaque, mas estão presentes. Qual dos significados deve ser colocado em relevo é exatamente o

que está em negociação.

Assim, apesar da consideração dos conflitos entre significados, podemos afirmar que Gumperz não descarta a existência de significados literais – ou, nos seus termos, “latentes”. Porém, estes são colocados em relevo a partir das pistas de contextualização, que devem, portanto, ser estudadas.

Conforme já apontado, Goffman (1974) defende a perspectiva da vida social como uma construção de base interpretativa: as situações sociais são significativas apenas a partir do momento em que se aplica a esta situação um enquadre de referência. Esta defesa não significa, no entanto, que tais interpretações são criadas pelos participantes da interação. É digno de nota que o autor, no trabalho referido, dedique um extenso capítulo à análise dos *misframings*, o que aponta sua preocupação com as interpretações socialmente ancoradas. Tal posição se explicita no trecho destacado a seguir:

Na maioria dos casos, uma definição da situação é sempre encontrada mas aqueles envolvidos diretamente nela não criam esta definição, embora se possa dizer que eles façam parte da sociedade que as criou; no cotidiano, estes indivíduos apenas acessam de forma adequada o que a situação deve significar para eles e, assim, agir de acordo. Na verdade, nós, pessoalmente, negociamos aspectos das circunstâncias em que vivemos, mas, uma vez negociados estes aspectos, nós damos prosseguimento mecanicamente, como se a questão nunca tivesse sido problemática. Portanto, também há ocasiões em que nós temos que aguardar o término do evento para descobrir o que ocorreu. Há também atividades nossas em que nós adiamos a decisão sobre o que, na verdade, estávamos fazendo. Mas certamente estes não são os únicos princípios de organização [social]. A vida social já é suficientemente

dúbia e absurda, mesmo sem a empurrarmos para o campo da irrealidade.

(Goffman, 1974: 1-2)

Contudo, apesar da defesa deste forte arcabouço social, Goffman aponta também o caráter negociado das interpretações. Por esta razão, a análise de enquadres de Goffman

(...) começa com o fato que, embora de um ponto de vista em particular algo momentaneamente possa parecer como real, na verdade, o que está acontecendo é simplesmente uma piada, um sonho, um acidente, um erro, um mal-entendido, uma manipulação, uma apresentação teatral, e assim por diante. A nossa atenção deve estar direcionada para aquilo que acontece na nossa compreensão sobre o que está ocorrendo e que faz esta compreensão tão vulnerável a estas re-leituras. (Goffman, 1974: 10)

Podemos concluir, a partir do trecho acima, que o objeto da análise de Goffman são os processos e elementos discursivo-interacionais que servem de base às interpretações dos participantes. Estas interpretações, muitas vezes, estão em conflito, embora ancoradas no contexto. Goffman expressa estes princípios por meio de uma metáfora: o problema para o analista não é a foto, é a câmera. Em termos lingüísticos, o problema é explicar como e por que determinados significados estão presentes em dada interação.

Assim, para Goffman, existem significados socialmente definidos e existe uma “ambigüidade” imanente ao discurso. Por um lado, os significados não são criados pelos participantes: há estabilidade de significados porque há social. Por outro lado, cabe aos participantes identificar,

construir e negociar os significados – socialmente estáveis - dentro dos inúmeros representados na interação.

As sinalizações e interpretações de significado são processos complexos, dadas as “vulnerabilidades” inerentes ao discurso. Por “vulnerabilidades”, o autor compreende questões teóricas relativas à complexidade de organização dos enquadres em interações espontâneas, tais como “onde termina e começa um enquadre?”; “o enquadre em foco é o mesmo para todos os participantes envolvidos?”; e “que enquadres estão em disputa?”.

Portanto, podemos concluir que, em Goffman e Gumperz, embora se considere a existência de significados simultâneos, não se descarta a existência de significados “literais”. Contudo, o conceito de “significado literal” nestes autores não é idêntico ao de Grice e Searle, pois aponta a necessidade de investigar como tais significados são socialmente criados ou sinalizados nas interações. Ou seja, a sócio-interacional desloca a questão: o problema não é identificar o significado “literal” e o “não-literais”, e sim os mecanismos que estão dinamicamente construindo o(s) significado(s) nas interações cotidianas.

Em suma, em comparação com os estudos de Grice e Searle, a perspectiva sócio-interacional do significado dá mais relevo à questão da indeterminação, ao destacar que qualquer ato de tornar significativo um enunciado está sujeito à vulnerabilidade. Ou seja, a noção de “vulnerabilidade” coloca a indeterminação como inerente aos processos de construção de significados e à própria constituição do discurso.

Neste capítulo, a partir da contraposição de modelos de discurso – as teorias de Grice e Searle, de um lado, e os estudos socio-interacionais, de outro - identificamos diferentes concepções do fenômeno da indeterminação, relativas às noções de “contexto”, “comunicação” e “significado”.

A partir de nossa análise, podemos sistematizar as teorias de Grice e Searle em termos de

cinco perspectivas sobre o discurso: a visão reificada do contexto, a perspectiva harmoniosa da comunicação, o papel restrito do ouvinte, a noção dos interactantes como “indivíduos racionais” e a visão idealizada do significado literal.

Estes princípios podem resultar em uma concepção de indeterminação que se resume a dois papéis: um fenômeno que desencadeia mecanismos inferenciais de compreensão das mensagens ou um fenômeno residual, originado das falhas de aplicação de tais mecanismos (o “mal-entendido”).

A sociolinguística interacional, por sua vez, parte da necessidade de uma análise empírica do contexto significativo aos participantes, não faz a equivalência entre interação e harmonia, enfatiza o ouvinte como um participante ativo na negociação interacional, complexifica os objetivos dos participantes, e busca analisar o significado – inclusive o literal - como uma construção socio-cultural.

Neste sentido, esta tradição abre a possibilidade de considerar a indeterminação um processo inerente à negociação da interação e à constituição do discurso, seja pela multiplicidade de objetivos do falante e do ouvinte, seja pelas “vulnerabilidades” inerentes à língua em interação, seja pela diversidade de contextos em negociação. Estes três fatores são analisáveis pela categoria enquadre.

Cabe observar que a sócio-interacional não é plenamente coerente com estes princípios no tocante à questão da indeterminação. A própria definição desta tradição aponta para uma visão harmoniosa da conversa, ao afirmar que sua questão básica é “o quão bem sucedida é a interação”. Tal “sucesso” está relacionado, em certa medida, à ausência ou à escassez de mal-entendidos, conforme indicam os estudos de Gumperz (1982a e 1982b). A mesma perspectiva se encontra em Goffman (1974), que rotula os fenômenos relacionados à indeterminação como *misframing*, ou seja, como um “erro” (de enquadre).

Contudo, apesar destas observações, consideramos que a categoria enquadre possibilita uma

análise mais precisa da indeterminação como um fenômeno discursivo do que o conceito de “intenção” proposto por Searle e os “princípios de cooperação” propugnados por Grice. Assim, nossa análise da indeterminação parte das noções propostas pela tradição sócio-interacional. Este ponto de partida deriva quatro marcos conceituais para nossa análise.

Em primeiro lugar, a indeterminação não se restringe a uma “falha” na codificação, por parte do falante, tampouco a uma “falha” na decodificação por parte do ouvinte. Desconsideramos, neste sentido, a “indeterminação” como algo limitado ao fenômeno do “mal-entendido”: uma falha nos processos inferenciais de codificação e decodificação de intenções.

Em segundo lugar, consideramos a possibilidade da simultaneidade efetiva de significados (“*um e outro*”). Em contraponto à noção racional dos falantes, partimos do princípio que os participantes podem apresentar múltiplas intenções e objetivos diversificados. Portanto, consideramos a “ambivalência” e o “duplo vínculo” como fenômenos discursivos relevantes.

Em terceiro lugar, não consideramos a “indeterminação” um impedimento à comunicação. Na verdade, em determinadas circunstâncias, a comunicação se dá exatamente pela não-resolução da indeterminação, como ocorre em fenômenos de humor e de jogo de palavras.

Por fim, consideramos que a indeterminação se explica pelos conflitos inerentes a cada evento em particular, pois as indeterminações têm uma de suas origens nos processos de construção dos contextos sociais específicos – os enquadres. Ou seja, as indeterminações são resultantes de processos concretos de emprestar significado à experiência.

3. Indeterminação e debate político televisionado

O debate político televisionado tem formado um campo de interesse da análise do discurso. Estes estudos têm se centrado na discussão de cinco temáticas básicas: as estratégias de alinhamento e consenso (Atkinson, 1984; Hutchby, 1997); a gestão da face (Blum-Kulka, 1983; Greatbach, 1986); a tomada de turno (Greatbach, 1988 e 1992); os atos de fala, especialmente as perguntas (Bennet, 1982); e o *footing* jornalístico (Clayman, 1988 e 1992; Heritage e Greatbatch, 1991).

Nossa revisão almeja demonstrar que a literatura sobre debates políticos televisionados não focalizou, de forma sistemática, a indeterminação; os poucos estudos que analisaram este fenômeno não relacionam indeterminação e processos de enquadramento. Ou seja, apesar de extensa, a literatura sobre este evento específico não explorou, de forma rigorosa, a relação entre indeterminação e contexto. Conforme demonstraremos, tal ausência coloca limites à análise da indeterminação no debate político televisionado e à própria definição do debate político televisionado como um evento particular.

Neste panorama de estudos sobre o debate político, destacamos o estudo de Bennet (1992), por tratar dos significados dos atos verbais específicos a este evento. Agregamos ainda, a este estudo pragmático-interacional, o estudo de Simon-Vandenberg (1996), por seu tratamento da questão da “imagem pública”.

A análise de Bennet (1982) considera a noção de indeterminação na discussão dos significados das ações verbais em um debate político televisionado. Embora não aplique o termo, a autora analisa o que poderíamos rotular como uma instância deste fenômeno: a dúvida sobre a intenção do falante em perguntas de tipo “sim-não”.

As perguntas “sim-não” são especialmente válidas em interações conflituosas, pois pressionam o oponente a se posicionar. Este tipo de pergunta gera a necessidade de uma resposta,

restringe o escopo de possibilidades dessa resposta, e coloca o direito de réplica ao falante que elaborou a pergunta.

Segundo Bennet, uma troca conversacional do tipo pergunta-resposta-comentário entre A e B apresentaria as seguintes ações verbais:

- A não explicita sua intenção, elaborando uma pergunta do tipo sim-não (por exemplo, pedindo a opinião de B a respeito de determinada temática);
- B pode responder sim ou não à pergunta, pode contra-argumentar, ou pode ainda impedir que o argumento se complete (por exemplo, negando a pressuposição da pergunta); destas três possibilidades, as duas últimas têm maior possibilidade de êxito, já que evitam fornecer elementos para o oponente;
- Se B responder sim ou não, A tem elementos para desenvolver seus argumentos; se B contra-argumentar, A pode acusá-lo de fugir do tópico; e, finalmente, se B negar a pressuposição da pergunta, A pode tratar essa negação como uma resposta negativa à pergunta.

O estudo de Simon-Vandenberg (1996) também enfoca o processo de construção dos significados em um debate político. Conforme observado em relação a Bennet (*op. cit.*), Simon-Vandenberg também não se refere ao termo “indeterminação”; sua inclusão nesta revisão se justifica por sua análise da construção da vagueza e da não-vagueza em um debate político.

A autora aponta que, para criar uma imagem pública positiva, os políticos se equilibram entre, de um lado, a evasão e a vagueza e, de outro lado, o compromisso e a competência intelectual. Ou seja, mesmo preservando a evasão e a vagueza como características do discurso político, Simon-Vandenberg aponta que os políticos inspiram confiança por parecerem intelectualmente competentes ou totalmente compromissados com suas idéias.

A competência intelectual se realiza no que a autora rotula de “certeza cognitiva”. Esta se dá por duas estratégias: referência a uma fonte de conhecimento (como a racionalidade, o senso

comum, uma prova factual ou científica, a opinião pública, ou uma experiência passada) ou sem referência a uma fonte (certeza expressa por uma oração adjetiva, um substantivo ou uma pressuposição).

O compromisso pode ser de caráter emocional – o político, além de ter superioridade intelectual, também está pessoalmente envolvido nas propostas que ele advoga – ou de caráter social - o político considera o princípio democrático da opinião majoritária. O compromisso emocional se constrói, por exemplo, pelo uso de sujeito de primeira pessoa, por verbos como “eu acho/acredito” (que, neste caso, não têm só o significado de *hedging* ou modal), ou por expressões que enfatizam o compromisso (como “pessoalmente” ou “realmente”). Já o compromisso social se realiza pelo uso de expressões coloquiais, pelo uso do pronome “nós”, e pela demonstração da incapacidade do oponente.

Em suma, a autora aponta, no discurso político, três características: evasão, vagueza e expressão de certeza. Os políticos lidam com estas três necessidades opostas através de uma estratégia básica: iniciam seu turno com não-compromisso, mas finalizam com compromisso. Contudo, Simon-Vanderbergen não considera duas questões fundamentais à análise do debate político televisionado.

Em primeiro lugar, o estudo não contempla as identidades relacionais dos participantes, e sim apenas a relação dos mesmos com sua própria fala. Assim, a autora não analisa as imagens projetadas pelo político para outro participante. Tal análise também é fundamental para investigar a negociação do significado – e, portanto, a indeterminação – no debate político televisionado. As identidades projetadas para outro participante contribuem para definir o significado das ações em um debate: por exemplo, colocar o outro como “incompetente” também indica que a ação é um “ataque” ou um “desafio”.

Em segundo lugar, embora mencione uma “tensão” entre compromisso e não-compromisso

no debate político, a autora não analisa a concomitância de mensagens, e sim apenas a alternância. Em outras palavras, a autora não analisa a ambivalência e o duplo vínculo, tipos de indeterminação que, ao lado da vagueza, são centrais à construção do debate político televisionado como um evento em particular.

Na literatura sobre debates políticos televisionados, não identificamos estudos que sistematizem as ações verbais, cuja descrição é fundamental à análise da indeterminação. Cabe observar que, nos estudos pragmático-interacionais, há descrições desta natureza, relativas, contudo, a outros tipos de interação. Uma questão que se coloca, portanto, é a possibilidade de aplicar tais descrições ao evento debate político televisionado.

Nesta direção, destacamos o estudo de Muntigl e Turnbull (1998), que descrevem as ações verbais em uma discussão cotidiana. Os autores apresentam quatro tipos de atos de crítica: “afirmação de irrelevância”, “desafio”, “contraposição” e “contrafirmiação”. Estes tipos podem ocorrer isoladamente ou em combinação, sendo a mais comum a junção de uma contraposição e uma contrafirmiação.

A afirmação de irrelevância constitui um ato de meta-disputa. Através dele, o falante afirma que a declaração anterior – isto é, a do oponente – não é pertinente à discussão em questão. O desafio é um tipo de discordância pelo qual o falante questiona uma afirmação anterior do receptor, exigindo que o mesmo forneça provas e sugerindo, ao mesmo tempo, que este não é capaz de responder; o desafio tem, tipicamente, a forma sintática de interrogativa. A contraposição é a expressão de uma proposição que nega a proposição anterior. Por fim, a contrafirmiação contém uma proposta de afirmação alternativa à anterior.

A tipologia de Muntigl e Turnbull opta por estabelecer formatos de atos de fala, tendendo a desconsiderar os processos de construção dos mesmos. Embora tais classificações sejam válidas, é pertinente observar que apresentam limites, no que se refere à sua adaptação à análise das ações

verbais em um debate político televisionado.

Em primeiro lugar, os autores propõem uma tipologia das ações verbais pouco abrangente. Por exemplo, ao lado da alegação de irrelevância, poderíamos acrescentar outras “alegações” identificadas em debates políticos televisionados, como “a alegação de incompreensão do receptor”, construída por um enunciado como “você não me entendeu”, e a “alegação de limitação” ou “acréscimo/extensão”, observada em um enunciado como “a questão é mais ampla que esta”. Estas duas alegações não são abarcadas pela “alegação de irrelevância” proposta pelos autores, pois esta última refere-se apenas à incapacidade do adversário em identificar a coerência do discurso. A “alegação de incompreensão” denunciaria a incapacidade do adversário em decodificar e interpretar o fluxo discursivo, e a “alegação de limitação”, a incapacidade do ouvinte em se identificar com as questões relevantes. As três alegações são marcadas lexicalmente de forma diferenciada.

Em segundo lugar, a tipologia de Muntigl e Turnbull acaba por não captar a indeterminação como um fenômeno relevante à constituição do “evento debate político televisionado”. Em outras palavras, Muntigl e Turnbull descrevem epifenômenos, isto é, formas que condensam processos discursivo-interacionais de criação do significado e do contexto. Neste sentido, seria relevante para os estudos sobre o debate político televisionado não somente adensar as tipologias já propostas, mas também investigar como estes atos são construídos na negociação interacional.

Portanto, a aplicação da tipologia de ações verbais de um discurso conflituoso proposta por Muntigl e Turnbull (*op. cit.*) a um debate político televisionado apresenta limites, pelo seu caráter pouco abrangente e pela exclusão da indeterminação como um fenômeno relevante.

Neste capítulo, apontamos que, apesar de a literatura sobre debates políticos televisionados ser volumosa, há relativamente poucos estudos sobre a indeterminação. Quanto aos estudos que enfocam especificamente a questão da indeterminação, observamos que estes desconsideram a

noção de enquadre. Bennet (1992), por exemplo, centrou sua análise nas estratégias relativas ao tópico, como refocamento e negação de pressuposição. Simon-Vandenberg focalizou o que poderíamos rotular de mecanismos de enquadre (a construção das imagens de “compromisso” e “competência”); contudo, a autora não considerou as identidades projetadas para os outros participantes, e sim apenas as de um participante em relação a sua própria fala.

Ainda em relação aos estudos sobre indeterminação, outra limitação que a revisão apontou foi a ausência de análises sobre a “ambivalência” e o “duplo vínculo”. O estudo de Simon-Vandenberg (*op. cit.*) enfocou apenas a “vagueza”. O estudo de Bennet (*op. cit.*), embora tenha focalizado a construção de um paradoxo, não considerou as metagensagens que impedem a vítima de fugir da armadilha; portanto, Bennet não analisou um paradoxo de tipo duplo vínculo.

A revisão indicou, portanto, a necessidade de aprofundar o estudo do fenômeno da indeterminação neste tipo de evento. Para tal, é fundamental, em primeiro lugar, descrever os processos discursivos de construção do significado das ações, não se restringindo a estabelecer tipologias de atos verbais ou a adaptar as já existentes. Tais processos discursivos constituem mecanismos de marcar e negociar relações com os adversários e com os enunciados, estando diretamente vinculados ao objetivo dos participantes na interação: a criação de uma determinada imagem pública. Indeterminações, como ambivalências e duplos vínculos, também devem ser consideradas.

4. Metodologia

4.1. Princípios teórico-metodológicos

Nossa análise parte dos pressupostos da análise sócio-interacional de discurso (Schiffrin, 1994), cujos princípios de “comunicação”, “contexto” e “significado” já foram apresentados no segundo capítulo. No entanto, alguns pontos, diretamente relacionados à operacionalização de nossa análise, merecem uma maior ênfase.

A sociolinguística interacional supõe que a forma de produção do discurso e das ações interacionais é guiada pelas seguintes variáveis (Schiffrin, *op. cit.*): a intenção do falante; as estratégias que tornam tais intenções decodificáveis; os significados e as funções das unidades linguísticas no contexto seqüencial da interação; o contexto definido pelos participantes da interação; as propriedades do gênero de discurso; o contexto social, especialmente a identidade dos participantes, a relação entre os mesmos e a estrutura social da situação; e a estrutura cultural de crenças e ações.

Assim, a tradição sócio-interacional de análise do discurso pressupõe que as estruturas, os significados e as ações do discurso falado são construídos interacionalmente no “contexto” (Schiffrin, *op. cit.*). A noção de “contexto” é ampla, englobando as variáveis acima apontadas.

Cabe destacar que a sociolinguística interacional busca articular a análise do contexto micro-social emergente - relações sociais e organização da experiência - com a análise do contexto macro-social - especialmente relações de poder determinadas por papéis sociais institucionalizados (Schiffrin, *op. cit.*).

É relevante enfatizar, ainda, que o contexto, nesta perspectiva, é múltiplo e dinâmico. Os participantes reformatam e reorganizam o contexto no próprio curso da interação. Cada movimento

cria uma nova arena para a ação subsequente, podendo esta arena ser ratificada ou não pelos outros participantes. Assim, o contexto é um fenômeno socialmente constituído, sustentado pelos participantes e relativo a um tempo específico.

Para captar “contextos” e “significados”, a sociolinguística interacional propõe uma micro-análise interpretativa dos dados, de forma a identificar as ações e as interpretações construídas pelos participantes no curso da interação. Esta micro-análise busca responder a três perguntas clássicas: (a) o que está acontecendo “aqui e agora” na interação; (b) como se organizam os acontecimentos; e (c) o que significam.

As categorias “enquadre” (Goffman, 1974) e “atividade de fala” (Gumperz, 1982a) têm sido consideradas como centrais à análise do contexto e dos significados na interação. Ambas referem-se a uma metacomunicação sobre "o que está acontecendo na interação" ou sobre "o que está sendo feito pelos participantes", sob o ponto de vista dos mesmos.

Resumidamente, os estudos interacionais indicam, como elementos do enquadre, os tipos de ações verbais; os tipos de tópicos; os fatores prosódicos, como intensidade, tom e ritmo; a identidade social das pessoas envolvidas; a forma de se dirigir a e de selecionar outro participante; a postura corporal; os sinais não-verbais; as rotinas discursivas; a escolha lexical; a estrutura sintática; e, finalmente, as marcas de *footing*, isto é, a projeção discursiva do envolvimento e alinhamento com os outros participantes e com os enunciados (Goffman, 1981; Tannen e Wallat, 1984; Schiffrin, 1990; Clayman, 1992; a coletânea de Tannen, 1993a).

A análise interacional opera ainda com categorias resgatadas de diversas tradições de análise do discurso, como “turno”, “ação”, “tópico” e “estrutura de participação”. Schiffrin (1987) organizou tais categorias em cinco níveis, ou componentes de um modelo de discurso: a “estrutura de troca”, a “estrutura de ação”, a “estrutura ideacional”, o “esquema de participação” e o “*status* informacional”.

A “estrutura de troca” dá conta da estruturação dos papéis interacionais em termos de falante e ouvinte. Essa estruturação é regulada, por exemplo, pelas necessidades de transmissão e recepção de mensagens, pelas habilidades de *feedback*, pelos sinais de contato, pelos sinais de passagem da palavra, e pelos sinais de preferência. A categoria “turno” (Sacks *et al.*, 1974) é central a este nível discursivo. Por turno, compreendemos qualquer intervenção do falante que transmita uma mensagem referencial – relativa ao tópico – ou funcional – relativa à gestão da atividade. Outro conceito relacionado a este nível discursivo é o *backchannel*: a intervenção que não expressa uma mensagem referencial ou funcional (como, por exemplo, “ã hã”).

A “estrutura de ação”, segundo componente do modelo, dá conta das limitações ritualísticas que regulam o relacionamento entre os participantes em termos de ação – atos de fala, formatos de turnos ou ações – e que definem o evento em foco. Essa estrutura se refere, portanto, aos “requisitos interpessoais da fala” (Goffman, 1981): a administração dos atos dos participantes pelos próprios participantes, de tal forma a não violar a consideração a si mesmo e aos outros.

O terceiro componente do modelo de Schiffrin, denominado “estrutura ideacional”, se refere a estruturas semânticas: as proposições. Assim, são elementos deste componente as relações entre os enunciados, a organização do texto em tópicos e subtópicos, e a organização das proposições nos gêneros discursivos específicos. É central a este nível a categoria “tópico”, pela qual podemos compreender tanto o “assunto” ou “tema” (Keenen e Schiefflin, 1976) quanto a “questão” ou “*point*” de um texto (Brown e Yule, 1983).

O “esquema de participação”, quarto componente do modelo, dá conta das posições que o participante pode ocupar em relação ao enunciado e em relação aos outros participantes. Uma primeira dimensão da estrutura de participação é o formato de produção, isto é, o papel que o falante ocupa em relação ao enunciado (por exemplo, “animador” da fala de outro ou “autor” da fala). Uma segunda instância é o formato de recepção: ouvintes primários, secundários ou não-

participantes. Uma terceira instância consiste no papel social ou institucional desempenhado pelo participante na interação – “professor” e “aluno”, “jornalista” e “entrevistado”, “médico” e “paciente”, por exemplo.

Por fim, o *status* informacional envolve a administração, pelos participantes, do conhecimento e do meta-conhecimento. Por “conhecimento”, entende-se o acesso dos falantes à informação; por “meta-conhecimento”, a suposição, pelos falantes, sobre que partes do conhecimento estão sendo ativadas e compartilhadas na situação em questão.

O enquadre, enquanto categoria organizadora da experiência, busca captar estes níveis interacionais. Por exemplo, o tipo de tomada e alocação do turno, a estrutura de tópicos, a natureza das ações verbais e os papéis desempenhados pelos participantes são definidores e definidos pelo enquadre.

4.2. Definição do evento

Considerando a análise de enquadres e de atividades como centrais à perspectiva sócio-interacional, neste item definimos o evento “debate político-eleitoral televisionado”. O contexto, nesta interação, se caracteriza por três dimensões: a interação como um “discurso político”, como um “discurso argumentativo” e como um “discurso mediático”.

Estas dimensões definem, portanto, em nossos dados, os elementos de análise contextual acima apontados: as intenções dos falantes, as estratégias, os significados e as funções das unidades lingüísticas, o micro-contexto de enunciados e ações adjacentes, as propriedades do gênero discursivo, o micro-contexto da situação específica, e o macro-contexto sócio-cultural.

O evento se caracteriza como um “discurso político” por colocar para os participantes dois grandes objetivos. Por um lado, a interação tem como objetivo o debate de problemas coletivos via

diálogo, conforme a tradição estabelecida nas democracias. Nesta tradição, o debate político busca, através da discussão livre entre cidadãos, a resolução dos problemas da comunidade¹. Por outro lado, a interação tem como propósito o embate entre os participantes, com o fito de construir um consenso. Este consenso se torna predominante para todos os segmentos sociais, especialmente em situação de eleição, na qual o voto é fundamental na definição de uma direção sócio-econômica para a totalidade da sociedade. Ou seja, a interação em questão se equilibra entre os enquadres “diálogo” e “luta”.

Ainda como um debate político, o evento impõe aos participantes a necessidade de construir uma “imagem pública”, traduzida nos seguintes aspectos: sagacidade e instrução (*knowledgeability*); honestidade (*honesty*); honradez e confiabilidade (*trustworthiness*); capacidade de assumir responsabilidades e prestar contas de seus atos (*accountability*); capacidade de decisão (*sense of purpose*); e compaixão e humanidade (*humaneness*) (Simon-Vandenberg, 1996).

O debate político-eleitoral televisionado pode ser também caracterizado como um “discurso argumentativo”. A literatura sobre o gênero “argumentação” polemiza entre considerá-lo uma forma de embate social (Grimshaw, 1990; Lee e Peck, 1995) ou de estreitamento de laços grupais (Pomerantz, 1982; Schiffrin, 1984; Smithson e Diaz, 1996). A polêmica está vinculada à visão de sociedade como mais ou menos “conflituosa” e às diferentes funções culturais da argumentação em eventos e culturas específicos.

O primeiro grupo enfoca a sociedade como um campo de disputa de poder, desconsiderando o caráter negociado do significado nas atividades de fala concretas. O segundo grupo tende a colocar em segundo plano os conflitos de poder, enfatizando o significado situado da argumentação em termos de coesão grupal.

¹ O caráter desta interação enquanto um “debate livre” se reafirma, na dimensão macro-social, pelo papel que a eleição de 1989 assume na construção da democracia brasileira. Por ser um pleito direto, esta eleição configura-se como um acontecimento raro nos 100 anos de república brasileira, e como um marco no processo de redemocratização do país, após um longo período de ditadura (1964-1979). Este papel é destacado pelos próprios participantes.

Nossa caracterização do evento como “argumentativo” adota a definição de Schiffrin (1984). Por argumentação, a autora entende: a) a discordância sustentada (com variações); b) a estrutura de participação em que o falante assume um compromisso em relação a uma proposição e o ouvinte assume um alinhamento inverso a essa mesma proposição; c) a competição por objetos passíveis de serem negociados na interação, ou seja, o ganho interacional se dá às custas da perda de outro participante.

No caso do debate político televisionado, os objetos são turnos de fala e o controle sobre o que está sendo dito e como está sendo dito. Assim, a competição emerge na luta pelo turno e pelas ações. O poder sobre a interação – sobre o tópico, os turnos, as ações verbais e os tipos de participação – tem um resultante social objetivo e concreto: o ganho (mesmo provisório) da preferência do eleitorado.

Portanto, a discordância é uma ação preferencial no debate político-eleitoral televisionado. Dado o fato de o debate ocorrer em um primeiro turno de eleição, o objetivo dos candidatos é a construção de uma identidade individual. Contudo, observamos que a discordância como ação preferencial não é o único condicionante da interpretação dos significados nos debates. O candidato também deve mostrar um senso de coletividade.

Em suma, consideramos o debate político um discurso argumentativo de caráter conflituoso. Entretanto, o evento apresenta uma indeterminação entre “diálogo” e “luta”, caracterizando a especificidade da argumentação neste contexto. Neste sentido, o significado dos enunciados – como concordância ou discordância, ou ambos concomitantemente - deve ser analisado em função dos enquadres.

Por fim, uma terceira dimensão do debate político-eleitoral televisionado consiste na sua caracterização como um “discurso mediático”. Este aspecto do contexto define a estrutura de participação e as identidades no evento. Além dos “jornalistas” e dos “políticos”, o contexto deve

considerar a “audiência presente” e a “audiência não-presente”. Os debatedores, na mídia, estruturam os enunciados tanto para criar um alinhamento com o público presente (Hutchby, 1997), quanto para alcançar o ausente (Heritage, 1985).

No caso de nossos dados, mudanças na estrutura de participação – por exemplo, a partir do aplauso da audiência presente - são capitalizada pelo debatedor, no sentido de construir um alinhamento com a audiência e contra o adversário. Como estas interações são transmitidas, o controle do público presente, pelo candidato, é parte da estratégia argumentativa de convencimento do telespectador.

Assim, mesmo quando o telespectador não participa diretamente, como é o caso do debate em foco, ele deve ser considerado como elemento contextual. Em nosso dados, o telespectador é especialmente relevante se considerarmos que o evento é um debate político ocorrido em um contexto eleitoral. Cabe observar que não consideramos, como foco de análise, as estruturas de formação de opinião de caráter mais abrangente. Em nossa análise, o “telespectador”, embora fundamental, é um elemento virtual do esquema de participação.

4.3. Apresentação do *corpus*:

A análise se baseia em um debate televisivo de três horas e meia de duração, ocorrido durante a eleição presidencial brasileira de 1989. O debate constituiu um dos eventos marcantes desta eleição, primeira após um longo período de ditadura (1964-1979). Neste sentido, o debate é um momento de celebração da volta da democracia e uma oportunidade de afirmação, via mídia televisiva, da plataforma política de cada candidato.

O debate conta com os seguintes participantes²: nove candidatos - Paulo Maluf, Leonel Brizola, Ronaldo Caiado, Luís Inácio Lula da Silva, Aureliano Chaves, Guilherme Afif Domingos, Afonso Camargo, Roberto Freire e Mário Covas; uma mediadora - Marília Gabriela; três jornalistas da rede transmissora do debate - Fernando Mitre, José Augusto Ribeiro e José Paulo Andrade; e mais nove outros jornalistas sorteados no ato do debate. Embora não participem diretamente como debatedores, a interação envolve ainda a platéia presente no estúdio de gravação e os telespectadores.

O debate se organiza em blocos, com regras específicas, relativas às atividades de perguntar-responder-replicar-treplicar. Portanto, o debate prevê uma diversidade de regras de participação.

Os únicos participantes que não têm a regra de participação modificada, ao longo do debate, são os telespectadores. No início de cada bloco, tais regras de participação são lembradas e/ou mencionadas pela mediadora. Uma campainha avisa aos candidatos o término do direito ao turno.

O programa se organiza em seis blocos.

No primeiro bloco, apresentam-se os candidatos (por voz em *off*) e os outros dois grupos de participantes (mediadora e jornalistas).

No segundo, os candidatos respondem, no tempo de um minuto, à pergunta feita pela direção do programa.

A partir do terceiro bloco, estabelece-se efetivamente o debate entre os candidatos. Nesse bloco, os candidatos discutem de acordo com o seguinte esquema de organização: pergunta de candidato a outro candidato de sua escolha, elaborada em trinta segundos; resposta, de dois minutos; réplica, de um minuto; e tréplica, de um minuto. Cada candidato tem o direito de perguntar e ser perguntado apenas uma vez.

No quarto bloco, a discussão é organizada da seguinte forma: escolha de candidato-perguntado e candidato-comentarista por um dos três jornalistas da rede transmissora do debate;

² Por ser tratar de um programa público, consideramos adequada a identificação dos nomes dos participantes.

pergunta de jornalista em trinta segundos; resposta em dois minutos; comentário em um minuto. O candidato pode ser escolhido mais de uma vez como comentarista, mas não como perguntado.

No quinto bloco, nove jornalistas são sorteados entre os quinze jornalistas convidados. Após o sorteio do jornalista, procede-se ao sorteio do candidato a ser perguntado. A pergunta deve ser elaborada em trinta segundos e a resposta, em dois minutos. Todos os candidatos são inquiridos somente uma única vez.

No sexto e último bloco, os candidatos, por ordem estabelecida antes do início do programa, fazem suas considerações finais, no tempo de dois minutos.

O direito à fala fora das regras expostas não é explicitamente colocado pela mediadora. A regra básica parece ser “candidato citado nominalmente na fala de outro tem direito a comentário de um minuto”.

O debate foi inicialmente gravado em áudio e vídeo, mas foi feita a análise somente do material em áudio, uma vez que não consideramos, de uma forma sistemática, a linguagem não-verbal. Tal opção não se deu por uma desconsideração do papel desempenhado por este tipo de linguagem na organização da interação, mas pelos limites impostos pelo tempo disponível à consecução da pesquisa e pela necessidade de limitar as variáveis analisadas.

O debate, com aproximadamente três horas e meia de duração, foi integralmente transcrito. As pausas, as repetições, os alongamentos, as ênfases, o ritmo de emissão e a entoação de cada intervenção foram identificados e codificados. As convenções e o método de transcrição seguiram parcialmente o modelo proposto por Ribeiro (1993), tendo sido feitas algumas modificações nos símbolos empregados. Os códigos da transcrição encontram-se no início deste trabalho.

4.4. Princípios de análise:

A análise parte do princípio que a indeterminação neste evento está condicionada pelo contexto, definido pela categoria “enquadre”. A constituição dos enquadres explica a construção do(s) significado(s) dos enunciados e, portanto, também a “indeterminação pragmática”.

Os enquadres, por sua vez, são construídos de forma a operar com os objetivos antagônicos e simultâneos do evento, como atacar o adversário e preservar o diálogo e a democracia; expressar compromisso e não-compromisso; ser original e se alinhar com os eleitores; ser original e construir o consenso; e se expor na mídia e respeitar as regras de tomada da palavra. Neste sentido, o debate é potencialmente paradoxal. Consideramos que os participantes devem se equilibrar entre dois grandes enquadres, já mencionados: a “luta” e o “diálogo”.

Além do caráter paradoxal da organização dos enquadres, a pesquisa parte ainda do princípio que a interação se constitui como uma estrutura não linear de organização de enquadres. Isto ocorre por dois motivos básicos.

Em primeiro lugar, as interações naturais apresentam uma organização dinâmica e complexa de enquadres. A fronteira entre os enquadres nem sempre é clara, dadas as vulnerabilidades discursivas.

Em segundo lugar, a definição de qual enquadre constitui o principal não é necessariamente consensual entre os participantes. Conforme já apontado, o contexto é um fenômeno socialmente constituído pelos participantes em um tempo específico, o que coloca a possibilidade de conflitos de interpretação. Este fato se torna ainda mais óbvio em relação à interação enfocada, dado seu caráter político, argumentativo e mediático. Assim, no debate político analisado, consideramos que a organização dos enquadres é bastante complexa: as negociações interacionais nele presentes são permeadas por uma disputa acirrada pelo domínio sobre a interação e sobre os ouvintes - os

eleitores. A disputa pelo poder no debate político faz com que as fronteiras entre os enquadres seja extremamente fluida e instável.

Em suma, a dinâmica de negociação dos enquadres no debate político está vinculada à sua natureza eminentemente política, argumentativa e mediática. No debate, os participantes têm uma grande disponibilidade de se valer das marcas lingüísticas de contextualização para redirecionar a interação a seu favor e derrotar os oponentes. Além disso, os objetivos do evento são diversificados e, até mesmo, paradoxais. A indeterminação é um resultante deste contexto.

4.5. Categorias de análise:

O objetivo da análise consiste em descrever, no debate político-eleitoral televisionado, as indeterminações pragmáticas resultantes de processos de enquadre. Tais processos serão identificados, por sua vez, a partir das diferentes organizações de *footing*. Portanto, enquadre e *footing* constituem as duas categorias analíticas de nossa investigação.

“Enquadre” e “*footing*” são categorias distintas, porém relacionadas. O enquadre consiste de princípios interacionais e organizacionais pelos quais as situações – no caso, de fala – são definidas e sustentadas como experiências (Goffman, 1974). O *footing* diz respeito ao alinhamento que os participantes projetam para si mesmos e para os outros, em relação à estrutura de participação e aos formatos de produção da fala (Goffman, 1981: 128). Portanto, enquadre e *footing* são conceitos interligados, pois uma situação é definida como “luta” ou “diálogo” também a partir do alinhamento dos participantes em relação aos enunciados e aos outros participantes. Por esta razão, uma mudança de *footing* pode ocasionar uma mudança na definição da situação de fala e vice-versa. Goffman indica, inclusive, que “discutir mudança de *footing* é discutir, com outras palavras, uma mudança de enquadre” (Goffman, 1981: 128).

Em nossa análise, as projeções de *footing* dizem respeito especialmente aos formatos de produção dos enunciados, expressos nos conceitos de “animador”, “autor”, “responsável” e “figura”. O animador é o aspecto do falante relativo à produção físico-acústica da fala. O autor é o responsável pelo conteúdo da fala. A figura diz respeito à imagem projetada pelo falante no discurso, ou seja, a figura pertence ao mundo sobre o qual se fala e não ao mundo no qual a fala ocorre. Por fim, o responsável é aquele cuja posição ou cujas crenças são expressas pelo enunciado, ou ainda é aquele que se beneficia com o dito. Em suma, o animador produz a fala, o autor cria a fala, a figura é descrita pela fala e o responsável é comprometido com a fala.

Quanto a este último papel, cabe uma observação: no debate, o responsável é sempre o eleitor, pois os candidatos buscam colocá-lo como co-responsável e beneficiário das propostas políticas. Contudo, na análise, só consideraremos o eleitor como responsável nas instâncias em que o mesmo é projetado diretamente no discurso.

Vejamos exemplos destas projeções de papéis em quatro segmentos de nossos dados.

No exemplo 1, Mário Covas constrói, na seqüência inicial de seu turno (em negrito), uma citação da fala de outro participante. Covas coloca-se, portanto, na posição de animador. Observe-se que Lula é projetado para os papéis de autor e responsável, a partir da menção à fonte e às datas e do emprego da expressão “você explicou”.

Exemplo 1:

Covas:

1Lula, Folha de São Paulo, três de maio de oiten:ta e nove, subscrito José Carlos Camargo.

2(Almoço) Câ::mara Comér::cio: Brasil Estados Unidos.

3Em determinado instan:te, perguntado a respeito do capital estrangei:ro,
você explicou.

4É imbecil quem pensa que o país pode se desenvolver sem esse tipo de ajuda.

5Só é preciso determinar algumas regras,

6pra que ninguém seja enganado por ninguém.

7Eu gostaria de saber,

8...em face dessas afirmativas,

9quais são as regras que o PT...preconiza.. para a presença do capital estrangeiro. =

No exemplo 2, Afif Domingues projeta para si, no enunciado 1, a posição de autor e responsável (marcado por “eu acho”). No enunciado 2, Afif assume apenas a posição de animador, projetando para os outros candidatos o papel de autor (“aqui estava se discutindo”). Já no enunciado 3, o candidato projeta para si, para os adversários e para o eleitor, o papel de responsável (marcado por “nós temos”), ou seja, Afif compartilha com estes outros participantes o papel referido.

Exemplo 2:

Afif:

1Eu acho que antes de mais nada o Estado,

2)e aqui estava se discutindo sobre o problema de empresas estatais, \o papel da empresa estatal,

3nós temos que em primeiro lugar definir qual é o papel do Estado.

No exemplo 3, discorrendo sobre o tópico “inflação”, Maluf coloca-se como figura, pois o pronome “eu” é personagem do relato de uma experiência de visita a outro país.

Exemplo 3:

Maluf: {continua}

Eu lá não fui procurar governo.

Eu fui procurar a sociedade civil.

Procurei inclusive deputados comunistas,

procurei gente da esquerda, gente da direita, empresários,

No segmento 4, Aureliano Chaves elabora uma pergunta a outro candidato. No trecho em negrito, Aureliano cita a fala deste candidato, projetando-se, portanto, apenas no papel de animador e projetando o outro nos papéis de responsável (pelo emprego da palavra “preocupação” e pela ênfase em “seu”) e autor (“você tem dito”; “você cita”). Observe-se, ainda, que Aureliano, encaixa

uma segunda projeção do papel de responsável: o candidato expressa um compromisso com a proposta do outro participante, a partir da avaliação positiva expressa em “*com muita propriedade*”.

Segmento 4:

AuC: **Você... tem dito...com muita propriedade, ...que:: dá uma atenção especial ao setor agrícola neste país. E inclusive cita..o problema de irrigação ...como sendo um assunto:...que vai ser objeto..de preocupação..no seu governo. (2.4)**

Como é que você concilia irrigação com carência de energia elétrica? (1.2)

Conforme se observa a partir dos exemplos, os *footings* apresentam uma complexidade relativa aos próprios processos de construção das estruturas de participação. A título de ilustração desta complexidade, apontamos que os processos de construção de *footing* abrem as possibilidades a) de os diferentes papéis não serem ocupados pelos mesmos participantes em uma seqüência de enunciados (exemplo 1); b) de se compartilhar papéis entre diferentes participantes (exemplo 2); c) de o participante se projetar como uma figura do discurso e não apenas como falante (exemplo 3); e d) de se encaixar papéis dentro de outras estruturas de participação (exemplo 4).

Portanto, para a análise da indeterminação no debate político-eleitoral televisionado, traduzimos essa complexidade inerente à construção do *footing* em termos de cinco processos: permanência, negação, mitigação, intensificação e adição de elementos. Estes cinco processos constituem uma ampliação da proposta de Schiffrin (1990) de definir as atividades verbais a partir da mitigação e da ênfase de traços da categoria *footing*. Vejamos exemplos de segmentos em que ocorrem estes cinco processos.

No exemplo 5, ilustramos os processos de permanência e adição de elementos. Neste, a partir do enunciado 3, Caiado inicia uma citação de uma proposta de Maluf. A citação consiste em, por definição, o candidato projetar um outro participante nas posições de autor e responsável e em assumir, para si, a posição de animador. Caiado, contudo, assume também o papel de autor (“pelo

que eu pude ver”, no enunciado 4), projetando para o receptor apenas o papel de responsável (“o senhor voltou (...) impressionado”, no enunciado 5). Portanto, neste exemplo de transposição da organização de *footing* característica de uma citação, ocorrem a adição da autoria por parte de quem pergunta e a permanência do papel de responsável para o citado.

Exemplo 5:

Caiado:

1 /Doutor Paulo Maluf, eu acho que neste momento a sociedade está ansiosa por ouvir alguma coisa.... naquilo que realmente.. tem penalizado os setores produtivos deste país, (1.5)

2 que é o problema da inflação.

3 O senhor acaba de vir da Bolívia, (1.5)

4 e pelo que eu pude ver,

5 o senhor voltou de uma certa maneira impressionado com a maneira como eles lá...trataram este assunto,

6 e conseguiram até:.... realmente trazer é::: [camp] o problema de inflação a níveis compatíveis. {continua}

No exemplo 6, ilustramos os processos de mitigação e intensificação de papéis. Neste segmento, Maluf projeta, através de sua pergunta, os papéis de autor e responsável para Mário Covas. Na resposta, Covas assume esses papéis, mas elabora uma mudança de *footing*: o candidato mitiga o papel de autor e intensifica o de responsável. Ou seja, Covas marca discursivamente sua posição como uma “opinião”, a partir das expressões “minha opinião” (enunciado 3) e “pessoalmente” (enunciado 9), e a partir da ênfase no pronome “minha” (enunciado 3).

Cabe destacar que este duplo processo de mitigação e ênfase se relaciona aos objetivos interacionais. Segundo Schiffrin (1990), a marcação de um enunciado com “esta é a minha opinião” pode ser interpretada como uma diminuição do compromisso do falante ou como uma intensificação deste compromisso. As opiniões liberam o falante de seu compromisso, enquanto autor, com a verdade, ao mesmo tempo que enfatizam seu compromisso, enquanto responsável, com a sinceridade. Assim, segundo Schiffrin (*op. cit.*), a opinião apresenta um *status* paradoxal na argumentação: por um lado, há uma mitigação (do valor de verdade do enunciado) e, por outro lado, há uma intensificação (da sinceridade do falante).

Isso ocorre neste segmento, pois há uma mitigação da autoria e uma intensificação do responsável. A defesa de uma “verdade” sobre o aborto é deslocada para um “plebiscito” ou para a “legislação”. Observe-se que o candidato intensifica seu compromisso no papel de responsável através da gestão do turno (não há intervalo inter-turnos; a ausência de intervalo, segundo Greatbatch (1992), intensifica as ações verbais neste tipo de evento) e da ênfase na palavra “contra”.

Exemplo 6:

Maluf: [dec] Eu: acho que em vez de ficarmos devagan-divagando sobre assuntos que não levam absolutamente a nada o povo brasileiro,
eu desejo fazer uma pergunta que eu acho é de interesse de todos, principalmente do interesse da mulher.(1.2)
Eu perguntaria ao senador Mário Covas. ...
O senhor é a favor ou contra a legalização do aborto? =

=Covas:

1/Contra. (4.5)

2Eu não quis deixar de responder,

3porque eu quero dar a minha opinião,

4mas eu acho que esse tema: aborto, como pena de morte, como alguns outros temas que envolvem problemas de natureza existencial, nem mesmo o Congresso deve resolvê-los.

5Eles são passíveis apenas de solução através de plebiscito, ou seja, de consulta a a toda a população.

6Fiz questão de fazer a afirmação desde logo pra não parecer que esse seria-que essa seria uma forma de escapar à resposta.

7É:: (1.5) por outro lado, evidentemente há circunstâncias que a própria legislação prevê, em que::, o caso do aborto se dá.

8Algumas delas estão previstas hoje na Lei, ... e:::

9mas aí eu pessoalmente sou contra a legalização do aborto. (1.2)

Por fim, no exemplo 7, ilustramos o processo de negação de papéis. Este exemplo foi destacado de uma tréplica, em que os candidatos Roberto Freire e Paulo Maluf entram em conflito a respeito da carga tributária sobre os trabalhadores. Maluf, no enunciado 1, nega ao candidato Freire a capacidade de ocupar os papéis de animador e autor: Freire não teria sido capaz de traduzir, no turno anterior (não reproduzido no exemplo), as propostas de Maluf a respeito do tópico. Maluf gera, assim, uma deslegitimação de Freire.

Exemplo 7:

Maluf: {continua}

1me parece que o interlocutor não ouviu ... a minha exposição. = ←

2Freire: =Ah, eu escuto bem. =

3Maluf: =Porque:: =

4Freire: =Pode ficar tranqüilo. =

Maluf:

5=porque eu disse nesse minuto,

6que faz parte do meu programa de governo isentar do imposto de renda na fonte quem ganha até dez salários mínimos.{continua}

Além das categorias analíticas “enquadre” e *footing*”, uma terceira categoria pertinente é a ação verbal. Uma ação verbal estruturada é aquela que, quando selecionada, objetivamente altera a situação, em termos das identidades, das relações interpessoais, e da relação dos falantes com o enunciado. Portanto, ao mesmo tempo que são resultantes dos processos de enquadramento (“luta” e “diálogo”), as ações também definem estes mesmos enquadres. A ação constitui nossa unidade de análise, sendo descrita a partir da relação com outras ações dentro de uma mesma atividade e a partir da organização de *footing*.

A seguir, apresentamos, no segmento 8, três exemplos de ações verbais no debate político-eleitoral televisionado. O segmento foi selecionado da atividade de réplica, em que, por definição, o candidato deve considerar, como foco, o turno produzido anteriormente por outro candidato.

Neste segmento, Mário Covas, dos enunciados 1 a 3, elabora uma ação de “comentário” da resposta de Lula. Observe-se que Lula é colocado no papel de responsável, pois é seu posicionamento a respeito do tópico “capital estrangeiro” – e não a de Mário Covas – que está em foco. Covas ocupa os papéis de autor e animador, relacionando o posicionamento do perguntado com a Constituição.

Já nos enunciados 4 a 12, Covas elabora uma ação de “posicionamento”, cuja fronteira com a ação de comentário é marcada pela elevação do tom (enunciado 4). Nesta ação, Covas ocupa os papéis de animador, autor e responsável (expressão “na nossa posição” e “no que se refere ao PSDB”, no enunciado 5).

Por fim, no enunciado 13, o candidato constrói uma ação de “concordância”, pois assume o papel de responsável em relação ao discurso de outro candidato.

Exemplo 8:

Covas:

1 Bem, o:: ah:: em linhas gerais, o:: o:: que Lula sustenta é aquilo que no: -na Co:nstituição se define no:: artigo relativo ao capital estrangeiro.

2 Ele entra no país no interesse do capital na-no interesse nacional,

3 é:: (tempo) estimulado seu reinvestimento: e limitado a remessa de lucro.

4 O capital estrangeiro hoje busca,

5 e pelo menos na nossa posição, \no que se refere ao PSDB, /é::

6 ele busca hoje alguma coisa diferente do que ele buscava no passado.

7 No passado, ele buscava tradicionalmente é::... matérias primas extremamente baratas, insumos baratos, mão de obra barata.

8 Hoje ele procura uma razoável verticalização da economia, uma: ..capacidade tecnológica:.. incorporada.. maior, um coeficiente de exportação grande, /e sobretudo mercado interno. (tempo)

9 [acc] \Eu acho que nesse sentido nós caminhamos.. contra a história no instante que não fomos capazes de distribuir renda, [acc]

10 e portanto fazer um cap -um um mercado interno adequado.

11 Nós somos 140 milhões de brasileiros,

12 e não chegamos a ser 50 milhões de consumidores.

13 Mas de maneira geral, [dec] me parece::...adequado::...a sua::... proposição. =

Em suma, o segmento 8 exemplifica a ação verbal, nossa unidade de análise, como resultado das organizações de *footing* e das atividades específicas a um debate político-eleitoral televisionado.

4.6. Hipótese e procedimentos de análise:

Nossa análise parte da hipótese que a indeterminação pragmática neste evento pode ser descrita a partir dos processos de organização de *footing*. Conforme já apontado, estes processos são

relativos ao alinhamento dos participantes entre si e com os enunciados. Na análise, traduziremos estes processos nos seguintes termos: permanência, adição, mitigação, intensificação e negação de elementos.

Nossa investigação será implementada a partir de quatro procedimentos de análise.

Um primeiro procedimento é a descrição das ações produzidas pelos políticos do debate político-eleitoral televisionado em foco. Conforme já indicado, esta descrição segue dois critérios. O primeiro é a relação do enunciado com outros enunciados em termos da organização das atividades (questionar, responder, replicar e treplicar). Por exemplo, a “citação” e o “pedido de informação” são “partes” da atividade “questionar”, constituindo ações diferenciadas. O segundo critério é a organização do *footing*, em que identificamos as marcas relativas à prosódia e ao léxico. As ações, assim, resultam também de projeções de *footing*.

Reiteramos que consideramos as ações como unidades interacionais enquadradas. Assim, nossa descrição, apesar de resultar em uma tipologia das ações verbais no debate político-eleitoral televisionado, almeja, em última instância, analisar os processos dinâmicos e negociados de organização de *footing* neste evento específico.

Ainda no primeiro procedimento, indicaremos como as organizações de *footing* estão relacionadas à criação de uma “imagem pública” favorável. Traduzimos esta “imagem pública” em quatro traços: “compromisso”; “senso de coletividade”; “originalidade”; e “neutralidade”. Todos os traços referem-se à imagem do falante que produz a ação. Observe-se que tais traços não formam um conjunto estruturado; a totalidade dos traços não é, necessariamente, aplicável a todas as ações descritas.

A vinculação entre estes quatro traços e as projeções de *footing* será implementada da seguinte forma: o compromisso concerne à capacidade de o participante projetar-se como responsável; o senso de coletividade está relacionado à capacidade de o participante animar o

discurso de outro e de compartilhar o responsável (com os outros participantes e com o eleitor); a originalidade diz respeito à capacidade de o participante projetar-se no papel de autor ou de figura; por fim, a neutralidade refere-se à capacidade de o participante negar-se ou mitigar-se no papel de responsável ou figura.

O segundo procedimento consiste em analisar mitigações, intensificações, negações, permanências e adições de elementos de *footing* que geram indeterminação entre ações. Ou seja, nosso objetivo é identificar a construção de significados indeterminados que se dá a partir de processos de re-enquadramento: a permanência e a transposição de elementos de *footing* nas ações verbais.

O terceiro procedimento é descrever os resultantes destes processos de re-enquadramento em termos de uma tipologia de indeterminações pragmáticas. Consideramos “ambivalência” a indeterminação que opera com duas ações verbais simultâneas e paradoxais; ou seja, na ambivalência, duas ações verbais estão em jogo na interação, embora ambas sejam negáveis. Tomamos como “duplo vínculo” a ambivalência acompanhada de metamensagens que impedem a vítima de optar por uma das ações verbais e de escapar à situação paradoxal.

Ainda quanto ao duplo vínculo, cabe apontar que não aplicaremos diretamente os tipos de injunções sugeridas por Bateson (1972), pela necessidade de adaptá-las às identidades e relações específicas ao evento.

Por fim, o quarto procedimento da análise consiste em relacionar tais indeterminações com os objetivos específicos a essa interação. À luz da descrição do evento elaborada no item 4.2, os objetivos interacionais das ações verbais em um debate político-eleitoral televisionado podem ser resumidos a uma dualidade: construir ações agressivas e preservar o debate de idéias. Este objetivo vale tanto para candidatos como para jornalistas.

Compreendemos por “ações agressivas” aquelas que colocam em risco a imagem de outro participante em termos dos quatro traços mencionados (compromisso, senso de coletividade, originalidade e neutralidade). Por “preservar o debate”, entendemos o ato de o candidato ou o jornalista afirmarem, para si, uma imagem de senso de coletividade ou de neutralidade.

5. Descrição das ações verbais do debate político-eleitoral televisionado

Neste capítulo, descreveremos as ações verbais em termos de organização de *footing* e em termos de sua inserção nas atividades previstas pelas regras acordadas *a priori*. Conforme já apontado, enfocamos como *footing* as projeções relativas ao formato de produção dos enunciados, em termos dos conceitos de animador, autor, responsável e figura. Lembramos ainda que o debate analisado, como já descrito no capítulo anterior, se divide em blocos, nos quais são previstas quatro atividades -“questionar”, “responder”, “replicar” e “treplicar”.

Observaremos, ainda, que a organização do *footing*, em cada ação verbal, lida, simultaneamente, com a mitigação e a ênfase de traços relativos à construção de uma imagem pública (senso de coletividade, compromisso, originalidade e neutralidade). Demonstraremos, assim, que a concomitância entre mitigação e ênfase contribui para construir o debate político-eleitoral televisionado como um contexto discursivo particular, em que determinadas identidades são projetadas.

Cabe ressaltar que a descrição, neste capítulo, não se restringirá às ações em indeterminação. Consideramos que a descrição abrangente da organização de *footing* na totalidade das ações do debate é fundamental para a análise da indeterminação pragmática como uma negociação. Por esta razão, neste capítulo, descreveremos todas as ações que serão pertinentes à construção da indeterminação pragmática na seqüência interacional, cuja análise será apresentada no próximo capítulo.

No debate político-eleitoral televisionado, as atividades de “questionar”, “responder”, “replicar” e “treplicar” são realizadas na forma de ações específicas, resumidas nos quadros I e II, a seguir. Como as ações são resultado de processos de enquadramento, optamos por apresentá-las em dois quadros distintos. O primeiro sintetiza as ações enquadradas como diálogo; o segundo, as

enquadradas como luta.

**QUADRO I: AÇÕES DO ENQUADRE DIÁLOGO
NO DEBATE POLÍTICO-ELEITORAL TELEVISIONADO**

<i>Questionar</i>	<i>Responder</i>	<i>Replicar</i>	<i>Treplicar</i>
Contextualização: <ul style="list-style-type: none"> • Citação • Auto-citação • Verdade universal • Consenso • Voz do eleitor 			
Pergunta: <ul style="list-style-type: none"> • Pedido de posicionamento 	Legitimação Posicionamento Justificativa: <ul style="list-style-type: none"> • Auto-citação • Verdade universal • Consenso • Voz do eleitor • Experiência Opinião	Legitimação Comentário Concordância Posicionamento Justificativa: <ul style="list-style-type: none"> • Auto-citação • Verdade universal • Consenso • Voz do eleitor • Experiência 	Legitimação Comentário Concordância Posicionamento Justificativa: <ul style="list-style-type: none"> • Auto-citação • Verdade universal • Consenso • Voz do eleitor • Experiência
<ul style="list-style-type: none"> • Pedido de informação 	Informação		

**QUADRO II: AÇÕES DO ENQUADRE LUTA
NO DEBATE POLÍTICO-ELEITORAL TELEVISIONADO**

<i>Questionar</i>	<i>Responder</i>	<i>Replicar</i>	<i>Treplicar</i>
Ataque	Deslegitimação Defesa Ataque	Deslegitimação Discordância Defesa Ataque	Deslegitimação Discordância Defesa Ataque

A descrição das ações verbais seguirá a divisão entre os enquadres de “luta” e “diálogo”, apontada nos quadros. Portanto, apresentaremos, primeiramente, as ações que definem o “diálogo” e, posteriormente, as que definem a “luta”.

5.1. Citação:

Conforme apontado no quadro I, a “citação” é uma ação característica da contextualização na atividade de questionar. Nesta ação, o *footing* básico se organiza nos seguintes termos: o candidato que pergunta assume o papel de animador do discurso do perguntado e o perguntado assume os papéis de autor e responsável. Variações dessa organização consistem em o candidato que pergunta assumir também o papel de autor ou o papel de responsável.

Um exemplo da primeira organização encontra-se no segmento 1 abaixo, nos enunciados em negrito. Neste, Mário Covas dirige um questionamento a Lula. Identificam-se a referência às datas e à fonte (enunciados 1 e 2), a marcação dos papéis de autor e responsável pelo perguntado (“você explicou”, no enunciado 4) e a reprodução das palavras do perguntado (enunciados 5 a 7).

Segmento 1:

COVAS:

1Lula, Folha de São Paulo, três de maio de oiten:ta e no:ve, subscrito José Carlos Camargo.

2(Almoço) Câ::mara Comér::cio: Brasil Estados Unidos.

3Em determinado instan:te, perguntado a respeito do capital estrangei:ro,

4você explicou.

5É imbecil quem pensa que o país pode se desenvolver sem esse tipo de ajuda.

6Só é preciso determinar algumas regras,

7pra que ninguém seja enganado por ninguém.

Eu gostaria de saber,

.... em face dessas afirmativas,

quais são as regras que o PT...preconiza.. para a presença do capital estrangeiro. =

Uma primeira variação desta organização de *footing* de citação consiste na marcação de

autoria por parte de quem pergunta. O perguntado ocupa apenas o papel de responsável.

O segmento 2 constitui um segmento deste tipo de citação. Neste, nos enunciados 3 a 6, em negrito, o candidato Ronaldo Caiado assume o papel de animador das posições de Maluf. Caiado assume também, pelo emprego da expressão “pelo que eu pude ver”, a posição de autor (enunciado 4).

Apesar da projeção de autoria por quem pergunta, os enunciados em foco constituem uma ação de “citação”, pois o papel de responsável e a autoria do discurso citado permanecem com o perguntado.

Segmento 2:

Caiado:

1 /Doutor Paulo Maluf, eu acho que neste momento a sociedade está ansiosa por ouvir alguma coisa.... naquilo que realmente.. tem penalizado os setores produtivos deste país, (1.5)

2 que é o problema da inflação.

3 O senhor acaba de vir da Bolívia, (1.5)

4 |e pelo que eu pude ver,

5 o senhor voltou de uma certa maneira impressionado com a maneira como eles lá....trataram este assunto,

6 e conseguiram até:.... realmente trazer é::: [campanha] o problema de inflação a níveis compa tíveis.

O senhor pretende implantar essa metodologia utilizada na Bolí:via,

ou qual é o tratamento que o senhor dará à inflação? (1.6)

Observe-se que esta marcação da autoria desempenha uma função em termos de imagem pública. Se, por um lado, o candidato que pergunta mitiga sua animação, ao indicar que há a possibilidade de uma outra tradução das palavras de Maluf, por outro lado, este mesmo candidato enfatiza sua autoria, ao indicar que o discurso é uma interpretação original sua. Portanto, essa primeira variação intensifica a originalidade em relação ao tipo básico de organização da citação.

Uma segunda variação de organização de *footing* da citação consiste no candidato que pergunta assumir, além de animador, também o papel de responsável, ao se posicionar em relação ao discurso do perguntado. O perguntado ocupa os papéis de autor e responsável no discurso citado.

No segmento 3, os enunciados que realizam a ação de citação encontram-se em negrito. Neste segmento, Aureliano Chaves, em questionamento a Afif Domingues, coloca-o na posição de autor (pelo emprego dos verbos “dito” e “cita”) e na de responsável (pelo emprego da palavra “preocupação” e pela ênfase em “seu”). O próprio Aureliano, contudo, marca seu papel de responsável, ao assumir um posicionamento em relação a esta fala (“com muita propriedade”). Neste caso, ocorre uma intensificação do compromisso do candidato que elabora a pergunta.

Segmento 3:

Aureliano:

Você... tem dito...com muita propriedade, ...que:: dá uma atenção especial ao setor agrícola neste país. E inclusive cita..o problema de irrigação ...como sendo um assunto:...que vai ser objeto..de preocupação..no seu governo. (2.4)

Como é que você concilia irrigação com carência de energia elétrica? (1.2)

Portanto, no tipo básico de citação, o candidato é animador das palavras do perguntado, que assume, assim, os papéis de autor e responsável do discurso citado. Neste caso, ocorre um duplo processo de mitigação e de ênfase: por um lado, há uma intensificação da neutralidade e do senso de coletividade; por outro lado, há uma mitigação da originalidade e do compromisso.

Um segundo tipo de organização de *footing* na citação consiste em o candidato assumir também o papel de autor, não mencionando textualmente as palavras do perguntado, e sim animando as propostas deste. O perguntado permanece no papel de responsável em relação ao discurso citado. Neste caso, ocorre uma intensificação da neutralidade, do senso de coletividade e da originalidade, e uma mitigação apenas do compromisso.

Estes dois tipos de citação constituem o grau máximo da neutralidade na contextualização, pois a organização de *footing* apresenta as mesmas características da “pergunta jornalística”, conforme descrita por Clayman (1992). No caso do discurso político, o *footing* de citação possibilita

ao candidato assumir uma postura de neutralidade, mesmo nas ações em que marca sua autoria, ou seja, sua “originalidade”.

No terceiro tipo de organização do *footing* da citação, o candidato, ao marcar-se no papel de responsável, intensifica seu compromisso, mas mitiga sua neutralidade, em relação às duas outras organizações de *footing* de citação descritas.

5.2. Auto-citação:

Esta ação coloca o candidato como animador de seu próprio discurso. Assim, além deste papel, o candidato se projeta também, como autor (passado) e responsável (presente e passado).

No segmento 4, a auto-citação encontra-se em negrito. Nesta, Lula anima suas próprias palavras e posições sobre o tópico “capital estrangeiro”. No enunciado 8, o primeiro “eu” (“eu disse”) marca a autoria (passada) e o segundo e terceiro “eu” (“eu acho que eu hoje ainda”) marcam o responsável (passado e presente). Nos enunciados 10 a 15, estes dois papéis continuam a ser ocupados pelo candidato, na forma de um grupo social (“nós”). Nos enunciados 16 a 18, a autoria e o responsável são ocupados novamente pelo candidato individualmente (“eu”):

Segmento 4:

COVAS:

Eu gostaria de saber,

...em face dessas afirmativas, ...

quais são as regras que o PT...preconiza.. para a presença do capital estrangeiro. =

Mar: =Dois minutos, Lula. (2.5)

Lula:

1Eu acredito que o: (1.5) senador e companheiro Mário Covas sabe perfeitamente bem

2que esse foi um dos temas [suspiro] mais extraordinária

3e até utilizado pe:la Federação das Indústrias de São Paulo, e pela CNI,

4como u:ma: tentativa de comprometer os candidatos: ... ou os deputados naquela ocasião.....

5/E eu fui convidado inclusive para gravar um vídeo tape para a FIESP.

6E:: gravei de bom gosto,

7porque eu tinha.. queria que a FIESP veiculasse através dos meios de comunicação a minha posição..a respeito..da visão sobre o capital estrangeiro.

8/E naquela época, eu disse inclusive que.. ah eu acho que eu hoje ainda a interdependência internacional é tão grande, do ponto de vista econômico,

9que seria imbecil qualquer pessoa..tentar..evitar a a participação do capital estrangeiro na economia de um país.

10Ora, quais são as regras que nós queremos estabelecer e que nos defendíamos, inclusive antes da Constituição.

11Nos entendíamos de que é necessário por segmento você evitar remessa de lucro tal como está hoje.

12Entendíamos que era necessário você criar condições objetivas

de que o capital estrangeiro não sufocasse o capital nacional,

13que você não permitisse que ah uma empresa estrangeira pudesse vir fabricar aqui no Brasil produto similar já fabricado no Brasil,

14até como ponta de defesa do capital ah: nacional.

15E isso nós: falamos publicamente

16e disse nos Estados Unidos, ..

17disse na Alemanha, ..

18ah digo aqui no Brasil pros empresários no debate,

porque o que eu acho o que nós precisamos efetivamente é, inclusive exigir do capital estrangeiro que dê ao trabalhador brasileiro no mínimo as condições de trabalho que dão aos trabalhadores estrangeiros nos seus países de origem.

Há uma: distância muito grande, por segmento, entre o que uma Volkswagen paga na Alemanha e paga no Brasil, entre o que uma Mercedes paga na Alemanha e paga no Brasil.

Eu acho que essas empresas deveriam no mínimo estabelecer ah ah ah uma regra que o trabalhador pudesse ganhar um salário compatível com aquele que ganha um companheiro que trabalha na empresa na Alemanha.

/Es sa era a posição que eu tinha colocado na época, ..

volto a colocar agora, [campanha] ...

\Mário. ...

Na auto-citação, o processo de mitigação e ênfase dos traços de imagem do falante se estabelece nos seguintes termos: há, por um lado, uma mitigação da neutralidade e do senso de coletividade, e, por outro lado, uma intensificação da originalidade e do compromisso.

5.3. Verdade universal:

Na “verdade universal”, o candidato assume apenas o papel de autor. O segmento 5 ilustra uma ação de verdade universal na réplica, nos enunciados em negrito.

Segmento 5:

Brizola:

Eu: ... gostaria apenas de dizer que ... a resposta do deputado Freire, seus comentários, ... mostram o quanto é oportuna essa: .. questão- essa preocupação nossa sobre a situação que vive nosso país.

A Argentina chegou às eleições com água por aqui.

Finalmente chegou,

tem um presidente le gítimo,

há um marco na vida do país,

e nós estamos vendo uma situação..profundamente preocupante, ...

porque o Governo Sarney chegou ... à própria ..ineficiência

Exauriu-se.

Em termos dos objetivos do debate político televisionado, a verdade universal cumpre o papel de intensificar a neutralidade e a originalidade do candidato. Contudo, nesta ação, o candidato também mitiga seu compromisso.

5.4. Consenso:

A ação de “consenso” consiste em colocar o candidato como animador e compartilhar com o “eleitor/povo brasileiro” e com os outros debatedores os papéis de autor e responsável.

No segmento 6, Leonel Brizola constrói, na contextualização de uma pergunta, uma autoria e um responsável coletivos a partir de “nós sabemos”:

Segmento 6:

Brizola:

[dec] Nós sabemos (1.5) a situação a que chegou o Governo Sarney. (1.5)

Tornou-se um desastre. (1.5)

E agora, (1.5) uma: ... vergonha nacional, com as recentes viagens que realizou ..na Europa, França. (1.5)

A inflação nestes níveis, (2.0)

como:: será este mês, ..mês que vem, (1.5)

nós estamos tocando na chamada hiperinflação, isto é, no descontrole, (1.5)

/e o povo brasileiro precisa [campanha]...indispensavelmente chegar às eleições. (1.7)

Qualé, deputado, (1.4) a sua sugestão neste momento da vida nacional,

já que o senhor tem levantado algumas idéias a esse respeito. ...

Para chegamos às eleições. (1.2)

No consenso, o processo de mitigação e ênfase se dá nos seguintes termos: por um lado, há uma intensificação do senso de coletividade e da neutralidade; por outro lado, mitigam-se a originalidade e o compromisso.

5.5. Voz do eleitor

Na voz do eleitor, o candidato ocupa os papéis de animador e de autor, compartilhando apenas o papel de responsável com o eleitor.

O segmento 7, a seguir, ilustra uma ação de voz do eleitor na resposta, nos enunciados em negrito. Freire projeta o eleitor também para o papel de responsável, a partir da repetição do item lexical “preocupado” em referência também ao leitor.

Segmento 7:

FREIRE: {continua}

**Porque eu não tô preocupado apenas,
\e acho que o povo brasileiro, e que você, cidadão, não tá preocupado apenas com essas eleições agora de 89.**

Nós vamos ter que estar preocupados com as sucessivas eleições, ...né,
as eleições que façam as sucessões.

Nós precisamos estar preocupados com as eleições de governador, de prefeitos,
nós precisamos estar preocupados com a prática democrática que nós nunca tivemos.
E nesse sentido a crise tem que ser enfrentada. {continua}

Esta organização de *footing* é coerente com a construção de uma imagem de senso de coletividade, por se colocar como porta-voz dos anseios do povo, mesmo nos segmentos em que o candidato marca sua autoria.

5.6. Experiência:

Na experiência, o candidato projeta-se apenas como figura discursiva. O enunciado em negrito, no segmento 8, ilustra uma ação de experiência na tréplica. Neste segmento, discorrendo sobre o tópico “inflação”, Maluf relata uma experiência de visita a um outro país (que conteve a inflação). O candidato coloca-se como figura, pois o item lexical “eu” é personagem do relato.

Segmento 8:

CAIADO:

Doutor Maluf, [risos continuam]

mas Doutor Maluf,

eu gostaria de saber se o senhor conseguiu alguns dados.

Porque eu acho: que: simplesmente..é:....diminuir a máquina estatal,

e: conter ...o déficit público,

com a situação crítica em que vivia a Bolívia, será suficiente pra realmente..trazer a inflação a esses níveis de três por cento,

ou a denúnciade que na verdade tá tendo é: uma:... lavagem do dólar advindo do do tráfico: de drogas?

MALUF:

Veja, este argumento já me deram lá também.

Mas acontece...que esta lavagem existia também quando tinha vinte e seis mil por cento de inflação ao ano.

Eu lá não fui procurar governo.

Eu fui procurar a sociedade civil.

Procurei inclusive deputados comunistas,

procurei gente da esquerda, gente da direita, empresários,

e a verdade é a seguinte, [dec] pra conter a inflação e o governo ter credibilidade, eles tomaram a seguinte decisão.

{continua}

Na experiência, ocorre uma intensificação da originalidade, mas ocorre também uma mitigação da neutralidade.

5.7. Pedido de posicionamento:

A ação de pedido de posicionamento é característica da atividade de questionar. Essa ação coloca o candidato que pergunta na posição de animador, ao mesmo tempo que projeta para o

perguntado a posição de responsável e a de autor na resposta futura. Uma variação deste *footing* consiste em colocar o perguntado também na posição de autor, além da de animador; o perguntado permanece nos papéis de autor e responsável da resposta futura. A seguir, apresentamos um exemplo de cada organização de *footing* na ação pedido de posicionamento.

O primeiro tipo de organização do *footing* no pedido de posicionamento pode ser identificada no segmento 9 abaixo, em que Aureliano Chaves, após uma ação de citação, requisita que o perguntado – “você” – se posicione a respeito do tópico “irrigação e energia elétrica”:

Segmento 9:

AURELIANO:

Você... tem dito...com muita propriedade, ...que:: dá uma atenção especial ao setor a grícola neste país.
E inclusive cita..o problema de irrigação ...como sendo um assunto:...que vai ser objeto..de preocupação.no seu
governo. (2.4)

Como é que você concilia irrigação com carência de energia elétrica?

O segmento 10 constitui um exemplo do segundo tipo de organização de *footing* no pedido de posicionamento. Neste segmento, os enunciados em negrito projetam para o perguntado – Lula – os papéis de responsável e autor, ao requisitar que este perguntado se posicione a respeito da presença do capital estrangeiro no país. O candidato Mário Covas marca sua autoria com “eu gostaria de saber”:

Segmento 10:

COVAS:

Lula, Folha de São Paulo, três de maio de oiten:ta e no:ve, subscrito José Carlos Camargo.
(Almoço) Câ::mara Comér::cio: Brasil Estados Unidos.
Em determinado instan:te, perguntado a respeito do capital estrangei:ro,
você explicou.
É imbecil quem pensa que o país pode se desenvolver sem esse tipo de ajuda.
Só é preciso determinar algumas regras,

pra que ninguém seja enganado por ninguém.

Eu gostaria de saber,

....em face dessas afirmativas,

quais são as regras que o PT...preconiza.. para a presença do capital estrangeiro. =

Portanto, a ação “pedido de posicionamento” projeta, para o perguntado, os papéis de autor e responsável. O candidato pode ou não apresentar-se, no discurso, como autor da pergunta. Como no enquadre básico da citação, a organização do “pedido de posicionamento” é semelhante ao *footing* jornalístico (Clayman, 1992), ocorrendo uma intensificação da neutralidade. Na variação em que o candidato marca-se como autor da pergunta, o candidato intensifica também uma imagem de originalidade. Nas duas organizações de *footing*, há uma mitigação do compromisso.

5.8. Pedido de informação:

O “pedido de informação” coloca quem pergunta como autor e animador e projeta o perguntado nas posições de autor e animador. Portanto, o “pedido de informação” se distingue do “pedido de posicionamento” por não projetar para o perguntado o papel de responsável.

Este tipo de ação se observa no segmento 11. Neste, o candidato Afonso Camargo não requisita que o perguntado se posicione a respeito do tópico (“a transferência de renda do governo para a sociedade”), mas apenas forneça uma informação. Observe-se que Afonso Camargo projeta apenas os papéis de animador e de autor para o perguntado, a partir do emprego do verbo impessoal “há”.

Segmento 11:

CAMARGO:

Eu vou fazer a pergunta, que são só trinta segundos, (1.1) depois ... dos comentários ... eu: ... vou explicar porque que faço a pergunta.

É:: nós sabemos que hoje é um Estado: ... brasileiro ... é um estado:: ... falimentário,
é um estado quebrado (1.5).

Sabemos inclusive que só no:: ... no open market há 65 bilhões de: de cruzados novos em mãos do público.

Quer dizer a sociedade é credora do Estado que é a própria sociedade.

Eu lhe perguntaria o seguinte.

Neste processo todo, em que o governo foi assumindo dívidas nas estatais,

as estatais foram é:: ... impedidas de .. de .. de executar tarifas públicas justas dentro de um critério é:: privatista,
empresarial, é::

há uma quantificação de quanto se transferiu .. de renda do governo, do Estado, para a sociedade? (1.5)

No pedido de informação, ocorre uma intensificação da neutralidade e da originalidade, e uma mitigação do compromisso.

5.9. Posicionamento

Na ação “posicionamento”, o candidato ocupa os papéis de autor, animador e responsável. Esta ação contrasta com aquelas características da justificativa, em que o candidato não ocupa a posição de responsável (“verdade universal”), ou ocupa essa posição em conjunto com o eleitor (“voz do eleitor”) ou em conjunto com os outros debatedores (“consenso”).

Ocorre a marcação do posicionamento a partir do emprego do pronome “eu” ou do pronome “nós” - que inclui um grupo social ou um partido político - com verbos como “acho”, “acredito”, “creio”. A seguir, apresentamos um exemplo de marcação pelo pronome “eu” e um exemplo pelo pronome “nós”.

No segmento 12, Afif Domingues elabora um “pedido de posicionamento” (enunciados 7 a 9). Este pedido projeta para o perguntado Ronaldo Caiado os papéis de responsável e autor.

No turno de Caiado, os enunciados 4, 9, 14 e 15, em negrito, constituem ações de posicionamento na atividade de responder. Nessas, Caiado assume os papéis de autor e responsável, pelo emprego do pronome de primeira pessoa “eu”, o verbo “acho” e a expressão “tenho preocupações”:

Segmento 12:

AFIF:

1Eu vou pergunta: ao Ronaldo Caiado.
 2[dec] Eu apresente:i um projeto que começa a tramitar agora em agosto no Congresso Nacional,....
 3propondo a antecipação da posse ...do presidente eleito,
 4que será...um de nós,...
 para primeiro de janeiro.
 5porque eu estou acreditando que a antecipação da posse é primordial,
 6porque significa antecipar a solução dos nossos problemas.
 7Eu pergunto:...a você, companheiro Caiado,
 8como perguntaria a todos,
 9[acc] você estaria disposto a dar apoio [campanha] a esta tese,
 para que nós possamos antecipar a solução dos nossos problemas? (3.3)

CAIADO:

1[dec] Afif, (2.1) o problema todo (1.6) é que: (1.3) a sociedade brasileira, (1.3)
 ela já vem convivendo com estas dificuldades...há muito tempo. (2.1)
 2 o que nós temos que pedir a Deus, (1.3) é que esse governo administre,....
 da maneira menos catastrófica....
 até realmente as eleições do dia quinze de novembro, ...
 3e nós podemos chegar...ao comando deste governo...na data prefixada...no dia quinze de maio. (1.5)
4Eu tenho certas preocupações na antecipação pra o dia primeiro de janeiro.
 5Sabe porquê?
 6Porque em primeiro lugar, ...o presidente eleito,
 6ele terá que Ter um perfil.....uma radiografia do país.
 7Ele não pode (1.2) já chegarsem saber sequer o sintoma do paciente,
 8e já apresentar o tratamento.
9Então eu acho que esse período... \Afif.. /eu acho fundamental,
 10pra podermos fazer uma auditoria, um levantamento, (1.2)
 11sabermos...diagnosticar corretamente quais são os pontos que nós devemos atacar,
 12e como nós devemos atacar para não desestabilizar esse governo frágil
 13e \essa máquina que está aí hoje (1.4) [acc] governando esse país.
14Por isso, eu gostaria...de...refletir sobre esse ponto,
15mas (2.0) primeiro lugar, eu acho [dec] que devemos manter as datas já previamente fixadas. ...

O segmento 13 ilustra o posicionamento marcado pelo pronome “nós”, nos enunciados em negrito.

Segmento 13:

LULA:

É porque-é porque eu eu não acredito....
 eu não acredito,
 \e:: a Frente: Brasil Popular não acredita,
 que seja.. possível compatibilizar ..qualquer política de desenvolvimento nesse instante da nossa política econômica,
 com desenvolvimento.

Ou seja, eu tenho:.... viajado,
 \e aqui vários candidatos viajaram,
 e nós temos constado inclusive na própria Europa, e nos Estados Unidos,
 que existe uma preocupação muito grande com relação a dívida externa brasileira,
 porque eles sabem que: estão exigindo que essa galinha de ovos de ouro ponha dois ovos por dia,
 ou estão tentando matá-la para ver se ela é toda de osso de ou- de ouro.
 Quando na verdade eles estão começando a ficar preocupados... com:
 se pode acontecer no Brasil o que aconteceu em Caracas,
 se pode acontecer no Brasil o que aconteceu ã: na Argentina,
 os saques da Argentina, em função ã ã da miséria em que a sociedade está sendo tomada.
**Por isso que: ã: nós entendemos que é incompatível qualquer política de desenvolvimento,
 [dec] sem um acerto da dívida externa. ...**

No posicionamento, ocorrem, por um lado, a mitigação do senso de coletividade e da neutralidade, e, por outro lado, a intensificação do compromisso e da originalidade.

5.10. Informação

Na ação “informação”, o candidato não é marcado discursivamente nem como autor, nem como responsável, ocupando apenas o papel de animador. Esta ação constitui uma resposta ao “pedido de informação”, conforme se observa no quadro I. A “informação” é o mais alto grau de neutralidade, sendo inadequada para construir uma imagem tanto de “compromisso”, quanto de “originalidade”.

No segmento 14, a seguir, Afonso Camargo elabora um “pedido de informação”. Aureliano Chaves responde ao pedido, empregando o mesmo verbo impessoal da pergunta (“há”).

Segmento 14:

CAMARGO:
 Eu vou fazer a pergunta, que são só trinta segundos, (1.1) depois ... dos comentários ... eu: ... vou explicar porque que faço a pergunta.
 É:: nós sabemos que hoje é um Estado: ... brasileiro ... é um estado:: ... falimentário,
 é um estado quebrado (1.5).
 Sabemos inclusive que só no:: ... no open market há 65 bilhões de: de cruzados novos em mãos do público.
 Quer dizer a sociedade é credora do Estado que é a própria sociedade.
 Eu lhe perguntaria o seguinte.

Neste processo todo, em que o governo foi assumindo dívidas nas estatais, as estatais foram é:: ... impedidas de .. de .. de executar tarifas públicas justas dentro de um critério é:: privatista, empre sarial, é:: há uma quantificação de quanto se transferiu .. de renda do go verno, do Es tado, para a sociedade? (1.5)

AURELIANO:

[dec] **Quantificação exata não há.**

\Pelo menos eu não tenho conhecimento.(1.4)

Mas:: que é uma realidade, isso é indiscutível.

O Brasil não não não pratica economia de mercado. {continua}

Na informação, portanto, ocorre uma intensificação da neutralidade, mas também observa-se uma mitigação da originalidade e do compromisso.

5.11. Opinião

Na “opinião”, o falante ocupa o papel de responsável e o de autor, intensificando o primeiro e mitigando o segundo.

O segmento 15, reproduzido a seguir, ilustra uma ação de opinião. Nessa, o candidato Paulo Maluf elabora uma pergunta ao perguntado Mário Covas. Observe-se que o candidato marca discursivamente os enunciados 2 a 6 e o enunciado 9 como uma ação de opinião, a partir das expressões “minha opinião”, “eu acho”, e “pessoalmente”, todas mitigadoras do papel de autor. Estas mesmas expressões, a ênfase na palavra “contra”, e a ausência de intervalo inter-turno (raro neste tipo de debate) intensificam o papel de responsável.

Segmento 15:

MALUF: [dec] Eu: acho que em vez de ficarmos devagan-divagando sobre assuntos que não levam absolutamente a nada o povo brasileiro,

eu desejo fazer uma pergunta que eu acho é de interesse de todos, principalmente do interesse da mulher.(1.2)

Eu perguntaria ao senador Mário Covas. ...

O senhor é a favor ou contra a legalização do aborto? =

COVAS:

1/Contra. (4.5)

2Eu não quis deixar de responder,

3porque eu quero dar a minha opinião,

4mas eu acho que esse tema: aborto, como pena de morte, como alguns outros temas que envolvem problemas de natureza existencial, nem mesmo o Congresso deve resolvê-los.

5Eles são passíveis apenas de solução através de plebiscito, ou seja, de consulta a a toda a população.

6Fiz questão de fazer a afirmação desde logo pra não par ecer que esse seria-que essa seria uma forma de escapar à resposta.

7É::: (1.5) por outro lado, evidentemente há circunstâncias que a própria legislação prevê, em que::, o caso do aborto se dá.

8Algumas delas estão previstas hoje na Lei, ... e:::

9mas aí eu pessoalmente sou contra a legalização do aborto. (1.2)

No caso do debate político televisionado, na opinião, ocorre uma mitigação da neutralidade e da originalidade, mas há uma intensificação do compromisso.

5.12. Legitimação

A legitimação é uma ação característica das atividade de responder, replicar e treplicar. Nessa ação, o candidato corrobora o tópico colocado por outro candidato, sustentando a autoria e/ou a animação do outro.

Observe-se que, neste caso, o candidato não se compromete com o responsável, apenas com a animação e/ou autoria do outro candidato. Ou seja, o candidato não compartilha necessariamente das propostas do adversário.

Os enunciados em negrito do segmento 16 constituem um exemplo de legitimação na atividade de treplicar. Este segmento compõe a última parte de uma negociação em que 1) Lula elabora uma pergunta a Brizola sobre o tópico “dívida externa”, insinuando um ataque ao posicionamento deste; 2) Brizola afirma seu posicionamento; 3) Lula afirma seu posicionamento, mitigando o ataque a Brizola insinuado na pergunta. No segmento reproduzido, portanto, Brizola recebe o direito à tréplica.

Observe-se que Leonel Brizola reconhece a legitimidade da pergunta (enunciados 4 e 5), mas mitiga seu alinhamento com as posições defendidas pelo adversário (pelo emprego do verbo

“começamos”, no enunciado 2). Assim, Brizola legitima a autoria da pergunta elaborada pelo adversário, mas não legitima as posições assumidas por este como responsável.

Segmento 16:

BRIZOLA:

1Perfeito.

2Agora começamos a: nos: aproximar.

3Veja o seguinte.

4|Eu quero lhe agradecer a pergunta, porque ela é muito pertinente.

5Isso aí está....realmente no centro das preocupações deste país.

Na legitimação, ocorre uma intensificação do senso de coletividade, contudo ocorre também uma mitigação da originalidade, já que o tópico é marcado como de autoria do adversário.

5.13. Comentário

Nesta ação, o candidato alvo do comentário é projetado como responsável, e o comentarista se coloca nas posições de animador e autor. A ação de comentário é específica à atividade de replicar.

De forma semelhante à “informação” (na resposta), o “comentário” intensifica a neutralidade (na réplica), sendo inadequado para construir uma imagem de “compromisso”.

O segmento 17 apresenta um exemplo dessa ação. O candidato Mário Covas, na réplica, elabora um comentário a respeito do posicionamento de Lula sobre a entrada de capital estrangeiro no país. Lula é colocado no papel de responsável, pois são suas idéias a respeito da temática que estão em foco. Esta projeção é marcada pela expressão “o que Lula sustenta”. Covas ocupa o papel de autor e o de animador, relacionando o posicionamento do perguntado com a Constituição.

Segmento 17:

COVAS:

Bem, o:: ah:: em linhas gerais, o:: o:: que Lula sustenta é aquilo que no: -na Co:nstituição se define no:: artigo relativo ao capital estrangeiro.

Ele entra no país no interesse do capital na -no interesse nacional, é:: ... estimulado seu reinvestimento: e limitado a remessa de lucro.

/O capital estrangeiro hoje busca,

\e pelo menos na nossa posição, \no que se refere ao PSDB, /é::

ele busca hoje alguma coisa diferente do que ele buscava no passado.

No passado, ele buscava tradicionalmente é::... matérias primas extremamente baratas, insumos baratos, mão de obra barata.

Hoje ele procura uma razoável verticalização da economia, uma: ..capacidade tecnológica:.. incorporada..maior, um coeficiente de exportação grande, /e sobretudo mercado interno.

[acc]\Eu acho que nesse sentido nós caminhamos..contra a história no instante que não fomos capazes de distribuir renda, [acc]

e portanto fazer um cap -um um mercado interno adequado.

Nós somos 140 milhões de brasileiros,

e não chegamos a ser 50 milhões de consumidores.

Mas de maneira geral, [dec] me parece::...adequado::...a sua::... proposição. =

No comentário, assim como na informação e na verdade universal, há uma intensificação da neutralidade e da originalidade, mas há também uma mitigação do compromisso.

5.14. Concordância

Na concordância, o candidato marca sua posição como responsável, incorporando, como animador, o discurso de outro candidato. Este último ocupa, portanto, o papel de autor e o de responsável.

No segmento 17, acima, o último enunciado do turno de Covas constitui um segmento de concordância. Mário Covas ocupa o papel de responsável (“me parece”) e Lula, os de autor e responsável (“sua proposição”). Observe-se que a mitigação, característica da concordância em discursos argumentativo-conflituosos, é identificada pelo emprego da expressão “de maneira geral” e pelo verbo “parece”.

Na concordância, ocorre uma intensificação do senso de coletividade e do compromisso, mas há também uma mitigação da originalidade. Por esta razão, a mitigação da própria ação de concordância é característica da interação em foco.

5.15. Ataque

Na ação de ataque, há uma negação do discurso do adversário nas dimensões de autor e responsável. Assim, o candidato que ataca assume o papel de animador (em relação ao discurso adversário), de responsável e de autor. Mesmo quando ocorre contextualização de perguntas, essa ação explicita o posicionamento do candidato, em relação às crenças e posições dos adversários.

Vejamos como esta ação é construída no segmento 18.

No enunciado 2, ocorre uma citação: Roberto Freire é animador e a autoria e o responsável localizam-se em “senador Afonso Camargo”.

Nos enunciados 3 a 6, ocorre uma transposição de *footing*: Freire assume o papel de autor e o de responsável, atacando o discurso do perguntado.

Nos enunciados 7 a 11, alternam-se citação e ataque: nos enunciados 7, 9 e 11, cria-se a citação; nos enunciados 8 e 10, o ataque. Esta alternância é marcada pela entoação: no enunciado 8, marca-se a fronteira entre a citação e o primeiro ataque com o tom mais baixo; no enunciado 10, ocorre a ênfase em “também”, marcando a referência ao primeiro ataque e, portanto, indicando o enunciado em curso como um segundo ataque.

No enunciado 12, inicia-se a ação de “pergunta” (“pedido de posicionamento”), pois o perguntado é projetado para os papéis de responsável e autor (esta pergunta só se completará nos enunciados 16 a 20).

Nos enunciados 13 a 15, reconstrói-se a ação de ataque, a partir da incorporação das idéias

do perguntado ao discurso.

Por fim, nos enunciados 16 a 20, Roberto Freire elabora o pedido de posicionamento previsto nas regras de participação.

Segmento 18:

FREIRE:

1 Olha, e::: vem a calhar.

2^o :: senador Afonso Camargo na sua intervenção inicial, falou que...ninguém pode gastar o que não tem

3 Isso é uma tese tão conservadora que é do capitalismo:: pré:: Keynes.

4 É o capitalismo de antes vinte e nove.

5 Á::!! Mas essa - é:::é essa [dec] linguagem conservadora, essa lógica conservadora tá presente em todos ...

6 Tecem uma série de afirmações que não são verdadeiras.

7 É de que o estado brasileiro, o setor público tem uma intervenção muito grande na economia,

8 \isto não é verda deiro, ...

9 é: que:: a questã:o do-do problema brasileiro é do déficit público,

10 isso também não é verdade, [campanha]

11 se fala aqui de enxugar a máquina,

12 \eu gostaria depois saber se o quê que ele acha disso,

13 /enxugar a máquina demitindo pessoas, ..

[mas ele não se preocupa

MARÍLIA: [Sua pergunta, Roberto.

FREIRE: com os incentivos e os subsídios,

15 não se preocupa aqui com o que o Estado transfere para o [setor privado,

MARÍLIA:

[Sua pergunta, Roberto Freire.

FREIRE:

16 o quê que acha dessa-da-tentativa de se ter..uma visão mais social do papel do Estado,

17 de um Estado..que se renove,

18 que se redefina,

19 e não essa linguagem conservadora.

20 o quê que o senador acredita disso. (1.4)

No ataque, o candidato mitiga a neutralidade e o senso de coletividade, contudo também intensifica o compromisso e a originalidade.

5.16. Deslegitimação

Em respostas, a deslegitimação consiste em o perguntado não reconhecer o pedido de

posicionamento elaborado na pergunta. Neste caso, o perguntado não aceita – no início do turno – os papéis de responsável ou de autor projetados para ele. Ou seja, o perguntado deslegitima o candidato que pergunta como animador e autor da pergunta. Observe-se que a deslegitimação se diferencia da discordância, pois, nesta última, o perguntado se opõe ao candidato que pergunta apenas nas dimensões da autoria ou do responsável, não negando a este o direito à animação.

O segmento 19 ilustra uma ação de deslegitimação na resposta. Neste segmento, Brizola deslegitima a capacidade de Lula reproduzir o posicionamento daquele no tocante ao tópico “dívida externa”. Portanto, Brizola retira de Lula o direito de ocupar o papel de animador.

Exemplo 19:

LULA:

Eu te-eu tenho acompanhado pelos jornais, (tempo)

ã::: que o senhor tem dito que no programa do PDT,

ou seja, que não é preciso um programa,

é preciso Ter linhas gerais (tempo)

e que:: ã::: ...deixar de pagar a dívida externa é na verdade ser caloteiro,

e que:: (tempo) ã:: seu governo não tem interesse de ser caloteiro.

Significa então que....

ganhando as eleições, (tempo)

paga a dívida externa? (2.1)

BRIZOLA:

[**Não é bem assim.**

MARÍLIA: [(),Doutor Brizola.Dois minutos. (1.4)

BRIZOLA:

Não é bem assim. (1.3)

O problema....é que:....essa questão....é muito complexa. (tempo)

Não é assim:....uma história:....simples. (tempo)

Existem contratos, ..

o país está inserido (tempo) na economia internacional, (tempo)

/o que é necessário é que o governo assuma uma postura. (tempo)

Porque essa dívida ..precisa ser, em primeiro lugar, examinada. (tempo) {continua}

No caso da réplica ou da tréplica, a deslegitimação consiste em o candidato não reconhecer o ataque elaborado pelo adversário. Assim, o candidato deslegitima o outro como autor.

O enunciado em negrito do segmento 20 ilustra uma deslegitimação na tréplica. Neste

segmento, Caiado ataca um posicionamento de Maluf: a necessidade de aplicar a receita boliviana de redução da máquina estatal no combate à inflação. Caiado aponta que a estratégia de diminuir a máquina estatal não foi suficiente para combater a inflação e que a redução da inflação boliviana se deveu, na verdade, à lavagem de dinheiro do tráfico de drogas.

Na deslegitimação, Maluf nega à Caiado a originalidade do ataque, retirando deste, portanto, o direito à autoria.

Segmento 20:

Caiado:

Doutor Maluf, (tempo) [risos continuam]

mas Doutor Maluf, (tempo)

eu gostaria de saber se o senhor conseguiu alguns dados. (tempo)

Porque eu acho: que: simplesmente..é:....diminuir a máquina estatal, (tempo)

e: conter ...o deficit público, (tempo)

com a situação crítica em que vivia a Bolívia, (tempo)

será suficiente pra realmente.. trazer a inflação a esses níveis de três por cento,

ou a denúnciade que na verdade tá tendo é: uma:... lavagem do dólar advindo do do tráfico: de drogas?

Maluf:

Veja, (tempo) este argumento já me deram lá também.

Mas acontece....que esta lavagem existia também quando tinha vinte e seis mil por cento de inflação ao ano. {continua}

A análise da organização do *footing* na deslegitimação revela que o ato “alegação de irrelevância”, apontado por Muntigl e Turnbull (1998), pode ser descrito como resultante de um processo de enquadramento. Assim, na alegação de irrelevância, ocorreria uma negação do papel de autor ao adversário: este não teria a capacidade, como autor, de formular uma pergunta relevante. Ou seja, este ato constituiria um tipo de deslegitimação. Outros atos específicos que esta ação pode gerar são os de “alegação de incompreensão” (segmento 19) e de “alegação de obviedade” (segmento 20). Em todos estes atos, há uma deslegitimação, portanto, do papel de autor e/ou do papel de animador.

Na deslegitimação, ocorre uma mitigação do senso de coletividade, pois o candidato nega ao

outro a capacidade de ser animador e/ou autor de um discurso.

5.17. Defesa

Na defesa, o candidato atacado assume o papel de animador de seu discurso passado e coloca o adversário como responsável (co-partícipe) do discurso presente.

Este processo se observa no segmento 21. Este segmento é precedido de um ataque ao candidato Afonso Camargo, em relação à sua visão não-social do Estado. No segmento reproduzido, Afonso Camargo elabora uma defesa, nos enunciados em negrito. Ocorre uma animação de um discurso passado (“a pergunta que eu fiz”) e o comprometimento do adversário como responsável ou co-responsável (“você viu”) no discurso presente.

Exemplo 22:

CAMARGO:

/Nós estamos partindo do princípio-
eu parto do princípio...que: o maior inimigo hoje,
\inclusive do assalariado,
\porque eu sei que é a tua preocupação,
\é a inflação.

E não há forma de você: realmente (encarar isso se não o combate).

Você tem que zerar.

E a forma de zerar a inflação é: você deixar de emitir ou título ou moeda,
senão você não vai zerar nunca a inflação.

Então, eu acho que isso não é conservador, isso é aritmético.

Agora isso não significa,

\e você viu inclusive pela: pergunta que eu fiz ao:: ao ministro Aureliano,

que eu não veja essa::-não tenha esta visão social do Estado,

tanto que ...na minha visão,

\e:: nisso aí eu queria também fazer uma observação .. ao que o Afif falou,

quando ele-quando você disse que:: a igualdade de oportunidade se dá .. dá na educação e na saúde,

/e hoje eu não tenho qualquer dúvida que o Estado também tem uma grande função indutora ... de produção de bens, ..
na alimentação, .. e na casa própria. (1.2)

Eu:: durante anos ouvi dizer que os dois problemas fundamentais de qualquer país era educação e saúde.

Eu estou convencido de que é alimentação.

Porque não há: ... melhor ... é:: remédio ... do que a comida,

e não adianta me mandar as criança pra escola, sem que elas estejam suficientemente alimentadas,

e nós sabemos que hoje inclusive o cérebro das crianças no Brasil de de milhões de crianças,

se se comprometem entre zero e dois anos de idade
 se comprometem por falta de nutrição.
 Então eu tenho uma visão social do Estado.
 Só que [campanha] nós temos acabar com a inflação!
 Eu não sei se tem alguma proposta.
 A minha é: zerar o déficit. ..

Na defesa, ocorre uma mitigação da neutralidade, mas há uma intensificação do compromisso e da originalidade.

5.18. Discordância

Na discordância, o candidato marca sua posição como responsável e como autor, opondo-se ao adversário nas dimensões da autoria e do responsável.

O enunciado em negrito no segmento 22 ilustra uma discordância na réplica. Neste segmento, Roberto Freire discorda, no enunciado 1, da proposta do adversário, marcando-se como autor e responsável através da ênfase na expressão “a minha não é”. Observe-se que, nos enunciados 2 e 3, Freire ataca o discurso do adversário, incorporando-o pelos pronomes “isso” e “essa”.

Segmento 22:

Camargo: {continua}
 Então eu tenho uma visão social do Estado.
 Só que [campanha] nós temos acabar com a inflação!
 Eu não sei se tem alguma proposta.
 A minha é: zerar o déficit. ..

Freire:
1Ah não, mas a minha não é.
 2É exatamente isso,
 3essa é a linguagem conservadora.

Na discordância, há uma mitigação do senso de coletividade, contudo, há também uma

intensificação da originalidade e do compromisso.

Neste capítulo, descrevemos as ações verbais em termos de organização de *footing* e em termos da inserção nas atividades previstas pelas regras acordadas *a priori*. Enfocamos como *footing* as projeções relativas ao formato de produção dos enunciados, em termos dos conceitos de animador, autor, responsável e figura.

Observamos também que a organização do *footing*, em cada ação verbal, lida, simultaneamente, com a mitigação e a ênfase de traços relativos à construção de uma imagem pública (senso de coletividade, compromisso, originalidade e neutralidade). Assim, os processo de mitigação e ênfase de traços de imagem pública contribuem para definir o debate político-eleitoral televisionado como um contexto discursivo particular, em que identidades e relações sociais são projetadas.

A seguir, apresentamos dois quadros sinópticos da organização do *footing* nas ações do debate político-eleitoral televisionado. O primeiro quadro é referente às ações verbais do enquadre “diálogo”; o segundo, às ações do enquadre “luta”.

**QUADRO III: FOOTING NAS AÇÕES DO ENQUADRE “DIÁLOGO”
NO DEBATE POLÍTICO-ELEITORAL TELEVISIONADO**

<i>Ações</i>	<i>Footing</i>	<i>Imagem pública do falante</i>
<i>Citação</i>	<p>Quem pergunta: animador Perguntado: autor e responsável</p> <p>OU</p> <p>Quem pergunta: animador e autor Perguntado: responsável</p> <p>OU</p> <p>Quem pergunta: animador e responsável Perguntado: autor e responsável</p>	<p>Intensificação da neutralidade Intensificação do senso de coletividade Mitigação da originalidade Mitigação do compromisso</p> <p>OU</p> <p>Intensificação da neutralidade Intensificação do senso de coletividade Intensificação da originalidade Mitigação do compromisso</p> <p>OU</p> <p>Mitigação da neutralidade Mitigação do senso de coletividade Mitigação da originalidade Intensificação do compromisso</p>
<i>Auto-citação</i>	candidato: animador de seu próprio discurso; logo, autor (passado), e responsável (passado e presente)	<p>Mitigação da neutralidade Mitigação do senso de coletividade Intensificação da originalidade Intensificação do compromisso</p>
<i>Verdade universal</i>	Candidato: apenas autor	<p>Intensificação da neutralidade Intensificação da originalidade Mitigação do compromisso</p>
<i>Consenso</i>	<p>Candidato: animador, autor (compartilhado) e responsável (compartilhado) Eleitor e outros debatedores: autor e responsável</p>	<p>Intensificação da neutralidade Intensificação do senso de coletividade Mitigação da originalidade Mitigação do compromisso</p>
<i>Voz do eleitor</i>	<p>Candidato: animador, autor e responsável (compartilhado) Eleitor: responsável</p>	<p>Intensificação do senso de coletividade</p>
<i>Experiência</i>	Candidato: figura	<p>Mitigação da neutralidade Intensificação da originalidade</p>

QUADRO III: FOOTING NAS AÇÕES DO ENQUADRE “DIÁLOGO”
NO DEBATE POLÍTICO-ELEITORAL TELEVISIONADO (CONT.)

<i>Ações</i>	<i>Footing</i>	<i>Imagem pública do falante</i>
Pedido de posicionamento	Quem pergunta: animador Perguntado: projetado para autor e responsável OU Quem pergunta: animador e autor Perguntado: projetado para autor e responsável	Intensificação da neutralidade Mitigação da originalidade Mitigação do compromisso OU Intensificação da neutralidade Intensificação da originalidade Mitigação do compromisso
Pedido de informação	Quem pergunta: animador e autor ¹ Perguntado: projetado para autor e animador	Intensificação da neutralidade Intensificação da originalidade Mitigação do compromisso
Posicionamento	candidato: autor, animador e responsável	Mitigação da neutralidade Mitigação do senso de coletividade Intensificação da originalidade Intensificação do compromisso
Informação	candidato: apenas animador	Intensificação da neutralidade Mitigação da originalidade Mitigação do compromisso
Opinião	candidato: autor e responsável (responsável: enfatizado; autor: mitigado)	Mitigação da neutralidade Mitigação da originalidade Intensificação do compromisso
Legitimação	candidato: sustenta a autoria e/ou animação do outro candidato	Intensificação do senso de coletividade Mitigação da originalidade
Comentário	candidato: animador e autor outro candidato: responsável	Intensificação da neutralidade Intensificação da originalidade Mitigação do compromisso
Concordância	Candidato: responsável e animador Outro candidato: autor e responsável Logo, sustenta o discurso do outro	Intensificação do senso de coletividade Mitigação da originalidade Intensificação do compromisso

**QUADRO IV: FOOTING NAS AÇÕES DO ENQUADRE “LUTA”
NO DEBATE POLÍTICO-ELEITORAL TELEVISIONADO**

<i>Ações</i>	<i>Footing</i>	<i>Imagem pública do falante</i>
<i>Ataque</i>	Candidato: animador (do discurso adversário), responsável e autor Adversário: responsável e autor do discurso atacado Logo, negação das dimensões de autor e responsável no discurso do adversário	Mitigação da neutralidade Mitigação do senso de coletividade Intensificação da originalidade Intensificação do compromisso
<i>Deslegitimação</i>	Adversário: retirado do papel de autor e/ou animador	Mitigação do senso de coletividade
<i>Defesa</i>	Candidato: animador de seu discurso passado (adversário projetado como co-responsável do discurso presente)	Mitigação da neutralidade Intensificação da originalidade Intensificação do compromisso
<i>Discordância</i>	Candidato: responsável e autor Adversário: responsável e autor Logo, negação das dimensões de autor e responsável no discurso do adversário	Mitigação do senso de coletividade Intensificação da originalidade Intensificação do compromisso

¹ Embora não tenha ocorrido no debate analisado, há, nesta ação, a possibilidade de quem pergunta projetar-se apenas como animador, conforme verificado no pedido de posicionamento.

6. A indeterminação pragmática no debate político-eleitoral televisionado

Neste capítulo, analisaremos as indeterminações pragmáticas no debate político-eleitoral televisionado. Conforme já definido no capítulo 4, por indeterminação pragmática, compreendemos a dúvida a respeito de qual ação está em curso. Nosso foco são as indeterminações que geram uma conjunção (“um e outro significado”), ou seja, as ambivalências e os duplos vínculos. Cabe ainda ratificar os princípios e objetivos que norteiam a análise, também já discutidos no capítulo 4.

Consideramos que as indeterminações pragmáticas, assim como a constituição das ações, estão vinculadas aos processos de construção de enquadres. Tais processos apresentam uma vulnerabilidade, dada a sua diversidade e complexidade. Os processos podem ser analisados em termos de organização de *footing*.

Portanto, analisaremos as indeterminações pragmáticas em termos da mudança de *footing*, que inclui os processos de permanência, negação, mitigação, intensificação e adição de papéis de animação, autoria, responsável e figura.

Se as indeterminações pragmáticas estão vinculadas à mudança de *footing*, é um procedimento importante à descrição do fenômeno a análise da seqüência discursiva. Assim, as indeterminações pragmáticas devem ser analisadas a partir da relação entre as ações, presentes no mesmo turno ou em turnos distintos.

Nos dados, foram identificadas quatro indeterminações pragmáticas entre ações verbais. Na atividade de questionar, as indeterminações são expressas em duas polaridades: “pedido de posicionamento e ataque” e “pedido de informação e ataque”. Na atividade de responder, as indeterminações ocorrem também em termos de duas polaridades: “legitimação e deslegitimação” e “concordância e discordância”. Observe-se que o primeiro elemento de cada indeterminação refere-se ao enquadre “diálogo” e o segundo, ao enquadre “luta”.

Portanto, em cada item deste capítulo, procederemos à seguinte análise: descreveremos a indeterminação na seqüência interacional, identificaremos o tipo de indeterminação (ambivalência ou duplo vínculo), analisaremos o processo de organização de *footing* em que se baseia a indeterminação e vincularemos a indeterminação com os objetivos do evento.

6.1. Pedido de posicionamento e ataque

Uma primeira indeterminação no debate político-eleitoral televisionado pode ser identificada entre as ações “pedido de posicionamento” e “ataque”. No pedido de posicionamento, o candidato projeta para o adversário os papéis de autor e responsável. Esta organização de *footing* se assemelha a do ataque, já que, neste, o adversário também é representado discursivamente naqueles papéis. Portanto, no debate político-eleitoral televisionado, o pedido de posicionamento constitui um ataque em potencial.

Para a análise desta indeterminação, devemos considerar a construção do significado na seqüência interacional, isto é, a organização da própria atividade de questionar. Assim, iniciamos nossa análise a partir da relação entre a pergunta e a contextualização (citação e voz do eleitor).

Neste item, analisaremos três exemplos de indeterminação entre as ações “pedido de posicionamento” e “ataque”. Dois exemplos apresentam a seqüência citação-pergunta, e um, a seqüência voz do eleitor-pergunta.

Um primeiro exemplo de indeterminação entre as ações “pedido de posicionamento” e “ataque” é constituído por um segmento iniciado por uma citação seguida de uma pergunta. Lembramos que a citação é caracterizada pela marcação do adversário como autor e responsável (passados). Assim, a seqüência citação-pergunta sugere a possibilidade de uma falta de compromisso do adversário, no que diz respeito à comparação entre o discurso presente (suscitado

pelo pedido de posicionamento) e o discurso passado (representado na citação).

Portanto, a organização do *footing* na seqüência citação-pedido de posicionamento coloca o adversário como foco, sugerindo a possibilidade de este adversário não se alinhar consigo mesmo. Dada a natureza argumentativa e política do evento, a seqüência destas ações abre uma negociação para a ocorrência de um ataque explícito na réplica.

No exemplo 1a, Mário Covas elabora uma citação (enunciados 1 a 6), ao assumir a posição de animador do discurso de Lula e marcar este último como autor e responsável. Na pergunta, o candidato coloca um pedido de posicionamento, projetando os papéis de responsável e autor para o adversário (enunciados 7 a 9).

Neste processo, requisita-se que Lula mantenha uma coerência com a autoria e o responsável passados. Este processo constitui, assim, um ataque em potencial: ao ser questionado seu compromisso, parte-se do pressuposto que Lula pode não o manter.

Exemplo 1a:

Covas:

1Lula, Folha de São Paulo, três de maio de oiten:ta e nove, subscrito José Carlos Camargo.

2(Almoço) Câ::mara Comér::cio: Brasil Estados Unidos.

3Em determinado instan:te, perguntado a respeito do capital estrangei:ro,
você explicou.

4É imbecil quem pensa que o país pode se desenvolver sem esse tipo de ajuda.

5Só é preciso determinar algumas regras,

6pra que ninguém seja enganado por ninguém.

7Eu gostaria de saber,

8...em face dessas afirmativas,

9Quais são as regras que o PT...preconiza.. para a presença do capital estrangeiro. =

O turno de Lula, no exemplo 1b, indica esta indeterminação entre “pedido de posicionamento” e “ataque”, pois o candidato elabora, na resposta, ações de defesa. Estas ações de defesa são marcadas pela incorporação do adversário como responsável (no enunciado 1: “o

senador e companheiro Mário Covas sabe perfeitamente bem”) e pela animação da autoria (enunciado 15) e do responsável passados (enunciado 20). Tais organizações de *footing* possibilitam que Lula comprometa o adversário e prove seu compromisso (no caso, com um discurso passado).

Exemplo 1b:

Lula:

1Eu acredito que o:: (1.5) senador e companheiro Mário Covas sabe perfeitamente bem

2que esse foi um dos temas [suspiro] mais extraordinária

3e até utilizado pe:la Federação das Indústrias de São Paulo, e pela CNI,

4como u:ma: tentativa de comprometer os candidatos: ... ou os deputados naquela ocasião....

5/E eu fui convidado inclusive para gravar um vídeo tape para a FIESP.

6E:: gravei de bom gosto,

7porque eu tinha.. queria que a FIESP veiculasse através dos meios de comunicação a minha posição..a respeito..da visão sobre o capital estrangeiro.

8/E naquela época, eu disse inclusive que.. ah eu acho que eu hoje ainda a interdependência internacional é tão grande, do ponto de vista econômico,

9que seria imbecil qualquer pessoa..tentar..evitar a a participação do capital estrangeiro na economia de um país.

10Ora, quais são as regras que nós queremos estabelecer e que nos defendíamos, inclusive antes da Constituição.

11Nós entendíamos de que é necessário por exemplo você evitar remessa de lucro tal como está hoje.

12Entendíamos que era necessário você criar condições objetivas de que o capital estrangeiro não sufocasse o capital nacional,

13que você não permitisse que ah uma empresa estrangeira pudesse vir fabricar aqui no Brasil produto similar já fabricado no Brasil,

14até como ponta de defesa do capital ah: nacional.

15E isso nós: falamos publicamente e disse nos Estados Unidos, ..disse na Alemanha, ..ah digo aqui no Brasil pros empresários no debate,

16porque o que eu acho o que nós precisamos efetivamente é, inclusive exigir do capital estrangeiro que dê ao trabalhador brasileiro no mínimo as condições de trabalho que dão aos trabalhadores estrangeiros nos seus países de origem.

17Há uma: distância muito grande, por exemplo, entre o que uma Volkswagen paga na Alemanha e paga no Brasil,

18entre o que uma Mercedes paga na Alemanha e paga no Brasil.

19Eu acho que essas empresas deveriam no mínimo estabelecer ah ah ah ah uma regra que o trabalhador pudesse ganhar um salário compatível com aquele que ganha um companheiro que trabalha na empresa na Alemanha.

20/Essa era a posição que eu tinha colocado na época, ..

21volto a colocar agora, [campanha] ...

22\Mário. ...

Portanto, a análise dos processos de negociação do significado, neste exemplo, indica uma ambivalência entre as ações “pedido de posicionamento” e “ataque”, descrita em termos de organização de *footing*.

A organização de *footing* da pergunta de tipo pedido de posicionamento constitui um ataque em potencial, pois o adversário é colocado nos papéis de autor e responsável. A organização da

seqüência citação-pergunta intensifica a possibilidade deste ataque, pois sugere que o candidato pode não manter o compromisso com autoria e responsável do passado.

Poderíamos, ainda, levantar a hipótese de que no debate político televisionado não há, na realidade, ambivalência entre “pedido de posicionamento” e “ataque”. Assim, uma questão pertinente seria apontar que, neste tipo de evento, os pedidos de posicionamento são, por definição, ações de ataque. Neste sentido, haveria apenas um significado “literal” – o pedido de posicionamento – e um significado “do falante” – o ataque. O primeiro deveria ser descartado e o segundo deveria ser considerado válido na interação.

Contudo, nossa análise da seqüência interacional ratifica a existência do fenômeno indeterminação em termos de “um e outro”. Nesse exemplo específico, o ataque, indicado na pergunta de Covas e interpretado como tal por Lula, não se concretiza. A réplica de Mário Covas constitui uma concordância com as posições de Lula, conforme se observa no enunciado em negrito do exemplo 1c:

Exemplo 1c:

Covas:

Bem, o:: ah::: em linhas gerais, o:: o:: que Lula sustenta é aquilo que no:-na Co:nstituição se define no:: artigo relativo ao capital estrangeiro.

Ele entra no país no interesse do capital na-no interesse nacional, é::: estimulado seu reinvestimento: e limitado a remessa de lucro.

/O capital estrangeiro hoje busca,

\e pelo menos na nossa posição, \no que se refere ao PSDB, /é::: ele busca hoje alguma coisa diferente do que ele buscava no passado.

No passado, ele buscava tradicionalmente é:::.. matérias primas extremamente bara:tas, insumos baratos, mão de obra barata.

Hoje ele procura uma razoável verticalização da economia, uma: ..capacidade tecnológica:.. incorporada.. maior, um coeficiente de exportação grande, /e sobretudo mercado interno.

[acc]\Eu acho que nesse sentido nós caminhamos..contra a história no instante que não fomos capazes de distribuir renda, [acc]

e portanto fazer um cap -um um mercado interno adequado.

Nós somos 140 milhões de brasileiros,

e não chegamos a ser 50 milhões de consumidores.

Mas de maneira geral, [dec] me parece:::adequado:::a sua::: proposição. =

Assim, este exemplo indica que o significado é efetivamente o resultado de uma negociação interacional, estando tanto a ação de “pedido de posicionamento” quanto a de “ataque” potencialmente presentes na interação. Covas, na réplica, recupera uma das polaridades da indeterminação: o “pedido de posicionamento”.

Como ambas as ações estão potencialmente presentes, está caracterizada uma indeterminação de tipo “ambivalência”, já que podemos descrever a indeterminação em termos da conjunção “pedido de posicionamento e ataque”.

A negociação de significados é baseada na transposição de traços de *footing*. No caso do exemplo descrito, por um lado, permanece a projeção dos papéis de responsável e de autor para o adversário, característicos do pedido de posicionamento. Por outro lado, ocorre uma negação da capacidade do adversário em ocupar tais papéis, ao se colocar em dúvida sua competência em se alinhar com um discurso passado.

Assim, embora não destrua totalmente o adversário nos papéis de autor e responsável (o que caracterizaria uma ação explícita de ataque), a indeterminação na seqüência pergunta-citação coloca em questão o compromisso do mesmo. Este processo gera a seguinte organização: permanência da projeção dos papéis de responsável e autor para o adversário e negação (antecipada) da capacidade do adversário em ocupar estes papéis.

Observe-se que o processo de mitigação, ao gerar uma indeterminação entre as ações de “pedido de posicionamento” e “ataque”, cria uma ação intermediária, que, seguindo a literatura, poderíamos caracterizar como “desafio” (Labov e Fanshell, 1977; Muntigl e Turnbull, 1998).

O desafio é “um tipo de discordância pela qual o falante questiona uma afirmação anterior, sugerindo, ao mesmo tempo, que este não é capaz de responder à questão” (Muntigl e Turnbull, *op. cit.*). O “desafio”, assim, pode ser descrito em termos de um processo de organização – ou re-organização – de *footing* nos seguintes termos: uma autoria e um responsável negados, mas

projetados para o adversário.

A indeterminação entre “pedido de posicionamento” e “ataque” pode ser observada também no exemplo 2. Mais uma vez, iniciaremos nossa análise a partir da seqüência citação-pergunta na atividade de questionar.

Neste exemplo, Lula elabora uma citação (enunciados 1 a 6, do segmento 2a): o candidato anima o discurso passado de Brizola, que assume, assim, os papéis de autor e responsável. No enunciado 7, Lula elabora um pedido de posicionamento a Brizola sobre o tópico da citação (“a dívida externa”).

Exemplo 2a:

Lula:

1Eu te-eu tenho acompanhado pdos jornais,

2ã::: que o senhor tem dito que no programa do PDT,

3ou seja, que não é preciso um programa,

4é preciso ter linhas gerais

5 e que:: ã:::deixar de pagar a dívida externa é na verdade ser caloteiro,

6 e que:: (2.0) ã::: seu governo não tem interesse de ser caloteiro.

7Significa então que....ganhando as eleições, (2.0) paga a dívida externa? (2.1)

De forma semelhante ao ocorrido no exemplo 1, o pedido de posicionamento de Lula requisita que Brizola mantenha, na autoria e no responsável presentes, uma coerência com a autoria e o responsável passados. A ação de Lula constitui-se, desta forma, como um ataque potencial a Brizola: ao ser colocado em questão seu compromisso, parte-se do pressuposto que este pode não o manter. Assim, nega-se a capacidade de o adversário ocupar os papéis de responsável e autor, pois questiona-se a competência do mesmo em se responsabilizar por um discurso (passado). Conforme acima descrito, configura-se uma indeterminação entre “pedido de posicionamento” e “ataque”. Ao resultante desta indeterminação, podemos denominar “desafio”.

Observam-se, neste exemplo, traços adicionais ao exemplo 1. O pedido de posicionamento

de Lula sugere que Brizola defende um programa de governo negativo: o pagamento da dívida. Tal negatividade é, inclusive, sugerida pela marca entoacional de ênfase na palavra “paga”, o que indica que esta deve ser foco de atenção (do eleitor). Assim, além de colocar em dúvida a capacidade de Brizola em assumir a autoria e o responsável passados, a pergunta impede que o candidato assuma estes mesmos papéis – o compromisso não deve ser mantido, por ser negativo. Reiteramos que, ao mesmo tempo, se requisita que o perguntado mantenha o compromisso, pois o pedido de posicionamento não é descartado.

Por este entrelaçamento de metagensagens, cria-se uma indeterminação de tipo “duplo vínculo”, cuja formulação se dá nos seguintes termos:

1. *Uma injunção primária: Brizola deve se posicionar a favor do pagamento da dívida, pois ele já fez isso anteriormente;*
2. *Uma injunção secundária: Brizola não deve se posicionar a favor do pagamento da dívida, pois isto é negativo;*
3. *Uma injunção terciária: “A pergunta deve ser respondida”.*

Na resposta, para contrapor-se ao duplo vínculo acima descrito, Brizola elabora uma deslegitimação, negando a Lula os papéis de autor e de animador. Esta ação pode ser observada nos enunciados em negrito, no exemplo 2b.

Exemplo 2b:

Brizola: **[Não é bem assim.**

Marília: [(),Doutor Brizola.Dois minutos. (1.4)

Brizola: **Não é bem assim. (1.3)**

O problema....é que:....essa questão....é muito complexa.

Não é assim:....uma história:....simples.

Existem contratos, ..

o país está inserido na economia internacional,

/o que é necessário é que o governo assuma uma postura.

Porque essa dívida ..precisa ser, em primeiro lugar, examinada.
 Como é que foi feita
 pra onde foi,
 sim, a chamada auditoria.
 E:: que:: .. os cre dores,
 \os países credores, \seus governos, saibam que o país-que o nosso país tem um governo
 que vai defender os direitos desta nação.
 Que não pode estar submetido a cláusulas coloniais.
 Eu creio que o país não pode, de forma nenhuma, si- simplesmente se excusar de pagar.
 O que nós precisamos.. é.. condições,
 e modificar estas cláusulas,
 e escoimar da dívida tudo aquilo que é irregular.
 [acc] Essa que das-que entendo que deve ser a nossa posição.
 /Porque para o Bra-para o nosso país,
colocado o problema da dívida em termos normais, até tradicionais,
 até mesmo como Dom Pedro II...fazia endividamento externo,....
 nós não teríamos problema nenhum.
 Porque o que essencialmente necessita o nosso país,
 e tem direito até de exigir desses outros países,
 é que.... ensejem ..ao Brasil..uma saída desse impasse.
 A fim de que possamos colocar de lado,
 e o Brasil possa voltar ao comércio internacional,
 a importar, a exportar,[campanha] a promover o seu desenvolvimento, ..voltar a crescer.
 \Essencialmente é essa a nossa posição,
 /apontando para os juros,....
 que é onde está toda a felonia, =

Marília: =Doutor Brizola, =

Brizola: =onde está a usura internacional.=

Em outras palavras, pela deslegitimação, Brizola nega a injunção terciária acima apontada, transpondo-a para os seguintes termos: “a pergunta é simplória, logo não deve ser respondida”. Por esta transposição, Brizola desfaz o duplo vínculo.

Mais uma vez, a negociação de significados descrita é baseada na transposição da organização de *footing*. Por um lado, permanece a projeção dos papéis de autor e responsável para o adversário, caracterizando um pedido de posicionamento.

Por outro lado, ocorre uma dúvida sobre a possibilidade de o adversário assumir um responsável e uma autoria passados, caracterizando um ataque. Neste sentido, coloca-se em xeque o compromisso do adversário consigo mesmo. Além disso, neste exemplo, ocorre uma marcação adicional de negação do responsável e da autoria: o candidato não pode assumir tais papéis em relação ao discurso passado, pois este é marcado como prejudicial ao eleitor. Caracteriza-se, assim,

mais uma vez, um ataque, pois o senso de coletividade da vítima é questionado.

Observe-se que a análise reitera a existência da indeterminação em termos de “um e outro significado”. Neste caso, não ocorre um ataque realizado por um pedido de posicionamento, que, portanto, deve ser descartado na análise dos significados na interação. O pedido de posicionamento permanece válido na interação; a permanência deste, inclusive, sinaliza a injunção terciária no duplo vínculo.

Um terceiro exemplo de indeterminação entre “pedido de posicionamento” e “ataque” ocorre a partir da relação entre uma “voz do eleitor” e uma pergunta. No exemplo 3, Paulo Maluf, a partir da construção de uma voz do eleitor (enunciados 1 e 2), elabora um pedido de posicionamento dirigido a Mário Covas, a respeito de um tema polêmico: o aborto. A ação que contextualiza a pergunta – a voz do eleitor – empresta relevância à mesma. Covas, na resposta, implementa uma opinião.

Exemplo 3:

Maluf:

1 [dec] Eu: acho que em vez de ficarmos devagan-divagando sobre assuntos que não levam absolutamente a nada o povo brasileiro,

2eu desejo fazer uma pergunta que eu acho é de interesse de todos, principalmente do interesse da mulher.(1.2)

3Eu perguntaria ao senador Mário Covas. ...

4O senhor é a favor ou contra a legalização do aborto? =

Covas:

/Contra. (4.5)

Eu não quis deixar de responder,

porque eu quero dar a minha opinião,

mas eu acho que esse tema: aborto, como pena de morte, como alguns outros temas que envolvem problemas de natureza existencial, nem mesmo o Congresso deve resolvê-los.

Eles são passíveis apenas de solução através de plebiscito, ou seja, de consulta a a toda a população.

Fiz questão de fazer a afirmação desde logo pra não parecer que esse seria-que essa seria uma forma de escapar à resposta.

É:: (1.5) por outro lado, evidentemente há circunstâncias que a própria legislação prevê,

em que::, o caso do aborto se dá.

Algumas delas estão previstas hoje na Lei, ... e:::

mas aí eu pessoalmente sou contra a legalização do aborto. (1.2)

A indeterminação entre “pedido de posicionamento” e “ataque” resulta, neste caso, em um processo de duplo vínculo, cujas injunções são:

1. *Uma injunção primária: Covas não deve se posicionar a favor do aborto, pois esta questão é polêmica;*
2. *Uma injunção secundária: Covas não deve se posicionar contra o aborto, pois esta questão é polêmica;*
3. *Uma injunção terciária: “A pergunta deve ser respondida, inclusive porque é relevante ao eleitor”.*

Descrita a seqüência interacional, observa-se, de forma semelhante aos exemplos anteriores, um processo de reorganização de traços de *footing*. Esta reorganização gera uma indeterminação entre pedido de posicionamento e ataque.

Por um lado, permanece a projeção dos papéis de autor e responsável para o adversário, característica do pedido de posicionamento. Esta projeção é intensificada, inclusive, pela relevância dada à pergunta pela contextualização (voz do eleitor). Este processo contribui para construir a injunção terciária.

Por outro lado, ocorre uma negação da autoria e do responsável, pois se impede que o candidato assuma quaisquer dos dois compromissos possíveis em relação ao tópico (injunções primária e secundária). Tal impedimento é construído pela natureza polêmica do tópico. Caracteriza-se, assim, um ataque, pois o senso de coletividade e a capacidade de assumir compromissos da vítima são questionados.

Observe-se que, neste segmento, ao contrário dos dois anteriores, a ação resultante não poderia ser caracterizada como desafio, pois não há um questionamento sobre a capacidade do adversário em sustentar seu próprio discurso. Portanto, o desafio pode ser considerado apenas um dos tipos de ações resultantes da negociação da indeterminação pragmática entre “pedido e

posicionamento e ataque” neste evento. Outra ação resultante seria um questionamento à capacidade de o adversário sustentar um discurso enquadrado como de autoria e responsável do eleitor.

Portanto, na negociação interacional característica do evento analisado, ocorre uma indeterminação entre “pedido de posicionamento” e “ataque”. Tal indeterminação pode ser descrita em termos da natureza dos processos de organização de *footing*, ou seja, em termos da permanência e transposição de elementos.

Na indeterminação entre estas duas ações, são transpostos elementos de *footing* do pedido de posicionamento, sem que se crie um “ataque”. O traço que permanece do pedido de posicionamento é a projeção do perguntado para as posições de responsável e de autor. Ocorrem duas transposições de *footing*.

Uma primeira transposição consiste na negação da capacidade do adversário em ocupar os papéis de autor e de responsável projetados. Este processo gera uma ambivalência entre pedido de posicionamento e ataque: ao mesmo tempo que se requisita que o adversário assuma os papéis de autor e responsável, se deslegitima, *a priori*, estes papéis.

Em nossos dados, exemplificamos este processo a partir da seqüência “citação” e “pergunta”. Nesta, ocorre a exigência de um compromisso entre autoria e responsável passados e autoria e responsável presentes. Esta exigência coloca em xeque o compromisso do candidato e, portanto, sua capacidade de assumir os papéis de autor e de responsável.

Uma segunda transposição do *footing* é a negação da possibilidade de o adversário ocupar os papéis de autor e de responsável. Este processo gera uma indeterminação de tipo duplo vínculo: ao mesmo tempo que se requisita que o adversário ocupe os papéis projetados pelo pedido de posicionamento, impede-se que o adversário ocupe estes mesmos papéis.

Em nossos dados, esta transposição foi detectada tanto na seqüência citação-pergunta,

quanto na seqüência voz do eleitor-pergunta. Na seqüência citação-pergunta, exige-se que o candidato mantenha um compromisso com um discurso passado, ao mesmo tempo que este mesmo discurso é enquadrado como negativo; a necessidade de construir uma imagem de compromisso impede o candidato de fugir à pergunta. Estes três fatores sinalizam, respectivamente, as injunções primária, secundária e terciária. Na seqüência voz do eleitor-pergunta, quaisquer dos enunciados possibilitados pela pergunta são negativos, indicando as injunções primária e secundária; a relevância para o eleitorado impede o candidato de fugir à pergunta, sinalizando a injunção terciária.

Em suma, na indeterminação entre pedido de posicionamento e ataque, ao mesmo tempo que se postula para o adversário os papéis de autor e responsável, ocorre uma transposição destes mesmos papéis. A partir da definição da literatura, podemos afirmar que este processo tem como um de seus resultantes o desafio, uma ação gerada, portanto, pela transposição de elementos de *footing* entre “pedido de posicionamento” e “ataque”.

Tal indeterminação está vinculada a um antagonismo inerente ao contexto deste evento: por um lado, o objetivo de construir ações agressivas; por outro lado, o de preservar o debate. Neste caso, as ações agressivas se traduzem por questionar o compromisso do adversário com o próprio discurso e seu senso de coletividade em relação ao eleitor. A preservação do debate está vinculada a uma imagem de senso de coletividade para o candidato que formula a ação indeterminada.

6.2. Pedido de informação e ataque :

Uma segunda indeterminação no debate político-eleitoral televisionado ocorre entre “pedido de informação” e “ataque”. No pedido de informação, o candidato marca o adversário nas posições de autor e animador. O ataque também apresenta uma organização de *footing* na qual o adversário é

representado discursivamente como autor e animador (além de responsável). Portanto, no debate político-eleitoral televisionado, o pedido de informação se configura como um ataque em potencial.

Assim como no primeiro tipo de indeterminação, consideraremos a construção dos significados das ações na seqüência interacional. Portanto, para a análise da indeterminação entre as duas ações mencionadas, partiremos da relação entre a pergunta e sua contextualização.

Neste item, analisaremos três exemplos de indeterminação entre “pedido de informação” e “ataque”. Dois exemplos apresentam a seqüência voz do eleitor-pergunta. Um dos exemplos não apresenta contextualização nos termos definidos neste trabalho.

Um primeiro exemplo de indeterminação entre “pedido de informação” e “ataque” está apresentado no segmento 4. A seqüência voz do eleitor-pergunta intensifica o ataque em potencial, pois o candidato que pergunta se apóia no eleitor, legitimando seu discurso.

A indeterminação pode ser especificamente identificada nos enunciados indicados por uma seta (1, 3, 13 e 14), elaborados por Ronaldo Caiado. Neste exemplo, a voz do eleitor se estende por todo o turno.

Exemplo 4a:

Caiado:

1 Bem, eu gostaria que...o ex-governador..Leonel Brizola citasse.. ← 1

2 \eu acho que a gente deve fazer uma coisa aqui bem claro pra sociedade aqui poder entender bem,

3 /quais são essas minorias que realmente estão abocanhando grande parte é:: do:: do dinheiro no Brasil. ← 3

4 Ou seja, [estão concentrando a renda no Brasil.

5 Brizola: [()

Caiado:

6 E eu..e eu-

7 Um minutinho, por favor.

8 Pelo menos a minha terra gera grãos e riqueza,

9 e eu não sei você como deputado o que está gerando pro Brasil.

[comentários paralelos]

[risos e palmas]

Caiado:

10Agora, eu quero dizer o seguinte...

11eu quero dizer o seguinte...

12eu quero dizer o seguinte,

13é que..é que eu gostaria que ele nominasse realmente quais são os inimigos, ← 13

14quais são aqueles que nós devemos eleger como inimigos ← 14

15para que não confunda com trabalhador, com produtor ou com empresário,

16porque esses estão todos alavancando o país. ...

[comentários paralelos]

Neste exemplo, Caiado elabora um pedido de informação a Brizola, projetando-o para a posição de animador e autor, a partir do uso do verbo “citar”, no enunciado 1. Nos enunciados 2 a 4, Caiado desenvolve um posicionamento (“eu acho que”) e uma voz do eleitor (“a gente deve fazer uma coisa aqui bem claro para a sociedade aqui poder entender bem”). Nos enunciados 7 a 9, Caiado explicita o enquadre “luta”, elaborando uma defesa (enunciado 8) e um ataque (enunciado 9). O candidato, nos enunciados 10 a 14, volta a elaborar um pedido de informação (observe-se o uso do verbo “nominar”). O turno finaliza com uma voz do eleitor (enunciados 15 e 16).

Descrito o turno de Caiado, podemos afirmar que os enunciados 1, 3, 13 e 14 apresentam uma indeterminação entre pedido de informação e ataque. O pedido de informação é acompanhado de uma deslegitimação antecipada da resposta, ao sugerir que Brizola, no turno anterior, não teria sido claro com o povo (enunciado 2) ou teria se equivocado na identificação dos “inimigos” (enunciados 15 e 16). Ou seja, a seqüência voz do eleitor-pergunta constrói essa deslegitimação. Ao projetar o eleitor na posição de responsável, Caiado opõe Brizola e eleitor, colocando em xeque a fala futura de seu adversário.

A negociação da indeterminação entre pedido de informação e ataque, portanto, se baseia em um processo de organização de *footing*, construindo-se uma ambivalência entre estas duas ações.

A autoria, ao mesmo tempo que é exigida pela pergunta, é também negada, pois questiona-se a competência do adversário em ocupar este papel. Ou seja, o papel de autor alocado a Brizola pela pergunta é antecipadamente deslegitimado pela sugestão de que o adversário não teria sido claro com o eleitor, a partir da voz do eleitor.

Além disso, ocorre ainda a adição de um responsável, não presente na organização canônica do *footing* no pedido de informação. Esta adição possibilita também ameaçar o candidato como responsável. Assim, Caiado também deslegitima Brizola neste papel, ao sugerir que este teria confundido “inimigo” com “trabalhador, produtor ou empresário”, ou seja, que Brizola teria rotulado como inimigo a quase totalidade do eleitorado.

Poderíamos levantar a hipótese, já indicada no item anterior, de que no debate político-eleitoral televisionado não haveria, na realidade, indeterminação entre “pedido de informação” e “ataque”. Neste tipo de evento, os pedidos de informação seriam, por definição, ações de ataque. Neste sentido, haveria apenas um significado “literal” – o pedido de informação – e um significado “do falante” – o ataque. O primeiro deveria ser descartado e o segundo deveria ser considerado válido.

Entretanto, nossa análise da seqüência interacional ratifica a existência do fenômeno indeterminação em termos de “um e outro”. A resposta de Brizola, nos enunciados 2 a 4, recupera a pergunta de Caiado como um pedido de informação, conforme se observa no exemplo 4b:

Exemplo 4b:

Brizola:

1/Veja o seguinte. ...

2Um homem inteligente, como o..Doutor Caiado, ← 2

3médico da Sorbonne, ← 3

4/[acc]ainda não sabe que há concentração de renda [no Brasil]? ← 4

5 Caiado: [Perguntei quem, quais são.

Brizola:

6(É só olhar as estatísticas).

7O senhor quer que eu lhe dê um exemplar?..

8Eu vou lhe dar um exemplo,

9que são muitos,...

10que fez: fizeram fortunas, que soma:ram..muito dinheiro.

11Eu vou lhe citar o doutor Roberto Marinho,[risos]

12É o homem mais rico do Brasil.

13/Cartorial,...

14empresário cartorial,..

15porque..ele tem aquela..concessão, que é um car tório,

16e não é desses empresários tão competentes,

17tanto que foi lá fora e apanhou.

18Teve que vender tudo, que tá dando prejuízo.

19Porque lá ele tem que pagar salário. ...

20Então veja o seguinte. ...

21Estão aí as estatísticas..oficiais..mostrando que houve uma concentração de rendas.

22Isso que eu quero dizer. ...{continua}

Assim, a resposta de Brizola desfaz a ambivalência, enquadrando a pergunta de Caiado como somente um pedido de informação: Caiado não “sabe” que há concentração de renda (enunciado 4). Portanto, este exemplo indica que o significado dos enunciados em foco como um pedido de informação ou como um ataque é resultado de uma negociação, estando ambos potencialmente presentes na interação. Está caracterizada, desta forma, uma indeterminação de tipo “ambivalência”, já que podemos descrever a indeterminação de ações em termos da conjunção “pedido de informação e ataque”.

Cabe apontar que o processo de negação de elementos de *footing* – no caso, a autoria e o responsável – cria uma ação intermediária. Tal ação poderia ser rotulada, mais uma vez, de “desafio”, isto é, um questionamento sobre uma afirmação anterior do adversário, com a sugestão de que o perguntado não é capaz de responder ao questionamento.

Um segundo exemplo de indeterminação entre pedido de informação e ataque se encontra no segmento 5, a seguir. Neste, uma jornalista elabora uma pergunta ao candidato Mário Covas sobre o tópico “transporte coletivo”. Observe-se que, na contextualização (enunciados 1 e 2), a jornalista elabora uma voz do eleitor, ao marcar a “população” como responsável pelo discurso.

Exemplo 5a:

Jornalista:

1Eu queria trazer um pouco mais a discussão pra nível da população.

2A gente discute juro e tal, não?

3Queria saber se em algum momento na sua vida o senhor se -é::teve que se servir..de transporte coletivo,

4ou quando estudava,

5ou quando ... começou a sua carreira profissional, ..

6enfim se alguma vez o senhor usou um ônibus pra sair de sua casa e pra ir a algum lugar. (2.9)

A pergunta é enquadrada em termos de um pedido de informação, projetando para o perguntado os papéis de autor e animador. A este cabem duas respostas possíveis:

(a) *Usei*

(b) *Não usei.*

Contudo, a pergunta pode também ser enquadrada como um ataque. A expressão “trazer a discussão pra nível da população” pressupõe que, até então, o debate não estava contemplando o eleitor como beneficiário. Ou seja, a voz do eleitor, seguida da pergunta, sugere uma oposição entre candidato e eleitor no que diz respeito ao tópico “utilização do transporte coletivo”: a população utiliza este tipo de transporte, mas há uma dúvida se o candidato faz o mesmo, já que este se mostrou mais preocupado em “discutir juro”. Assim, a partir da voz do eleitor, coloca-se em xeque a capacidade deste candidato se alinhar com o eleitor, isto é, seu senso de coletividade é posto à prova.

Portanto, na pergunta ao candidato Mário Covas sobre a utilização de transporte coletivo, a jornalista sugere uma incapacidade do candidato em ocupar a autoria projetada. Cabe enfatizar que, apesar desta negação, mantém-se a projeção de Covas para o papel mencionado. Portanto, o pedido de informação não é descartado. Ocorre ainda a adição de um responsável, não presente na organização canônica do *footing* no pedido de informação. Esta adição possibilita também ameaçar o candidato neste papel.

Este processo tem como resultante uma ambivalência entre as ações pedido de informação e ataque. O segmento subsequente a esta pergunta, reproduzido no exemplo 5b, também indica essa indeterminação, pois o candidato responde às duas ações.

Na primeira parte da resposta, o candidato responde ao pedido de informação (enunciados 1 a 11). No enunciado 1, Covas elabora uma deslegitimação da pergunta da jornalista: ao apontar a (suposta) simplicidade da pergunta, o candidato nega a capacidade da jornalista de ocupar os papéis de animador e autor. Nos enunciados 2 a 11, o candidato fornece a informação requisitada pela jornalista. Assim, embora de forma irônica, Covas recupera a camada “pedido de informação” da pergunta, não fugindo a uma ação agressiva imposta por outro participante.

Dos enunciados 12 a 28, na segunda parte da resposta, Covas responde ao ataque. O candidato elabora uma mudança de *footing*, ora marcando-se como responsável (enunciados 12 a 14: “eu quero”, “eu acho que é o que interessa”), ora como figura (enunciados 15 a 28: “passei”, “a gente”, “o prefeito”). Tais marcações geram, respectivamente, ações de posicionamento e experiência. Estes, por sua vez, constituem também uma defesa, por criar, para Covas, exatamente a imagem de senso de coletividade ameaçada na pergunta.

Exemplo 5b:

Covas:

1Eu acho que essa resposta dá pra dar em menos de dois minutos.

2Já. (2.0) [risos]

3Eu usei quando era estudante,

4não apenas quando era estudante.

5Acho que usei até depois. ...

6Eu me casei ainda estava no quarto ano da escola. ...

7E embora eu tivesse um automovinho quando casei,

8eu fui obrigado a vendê-lo,..nos meus primeiros anos de vida..matrimonial.

9(Eu) andei muito em transporte coletivo, ...

10mesmo quando dava aula,..

11quando era professor,...

12e:..quero lhe dizer uma coisa..que eu acho que é o que interessa fundamentalmente dizer.

13Que afinal demonstra um fato que pouca gente se dá conta, ..

14que é o nível de solidão do poder.

- 15 Quando passei por uma prefeitura como a da cidade de São Paulo,
 16 não havia instante mais dramático...do que aquele que a gente era obrigado a tomar a decisão sobre o aumento do transporte coletivo.
 17 Alguma coisa sobre a qual o prefeito não tem nenhuma influência.
 18 Ele não influi no preço do veículo,
 19 ele não influi no preço do custo da mão de obra,
 20 ele não influi no custo do combustível.
 21 E lhe sobra a tarefa de: simplesmente opinar a respeito da tarifa,
 22 que [dec] necessariamente é sempre majo-majorada.
 23 De forma que esse é um instante de tremenda solidão.
 24 É um instante em que um número enorme de auxiliares pode te opinar,
 25 mas a rigor..você fica com a necessidade..da decisão.
 26 E a decisão numa cidade onde seis milhões de passageiros dia..operam..o transporte so:b sobre pneu, apenas no transporte: de ônibus,
 27 onde dez mil veículos operam concomitantemente,
 28 é uma coisa que mexe muito com a gente. (2.9)

Um terceiro exemplo de indeterminação entre pedido de informação e ataque pode ser identificado no segmento abaixo. O jornalista, no exemplo 6a, elabora um pedido de informação ao candidato Ronaldo Caiado a respeito do tópico “reforma agrária”. Este exemplo se diferencia dos dois anteriores por não apresentar contextualização.

Exemplo 6a:

Jornalista:

Minha pergunta é pro:: Ronaldo Caiado, e:: o: comentário deve ser do Lula. (1.9)

Até quando, .. candidato Ronaldo Caiado, brasileiros .. vão morrer pelo sonho ... de ter a sua terra? (3.0)

O pedido de informação está marcado pela expressão “até quando”. Nestes termos, Caiado ocuparia apenas os papéis de autor e animador.

Contudo, a pergunta pode ainda ser enquadrada como um ataque. Neste caso, ao contrário dos exemplos anteriores, não ocorre um questionamento sobre a capacidade do perguntado em ocupar o papel de autor. Não há, antecedendo a pergunta, uma contextualização que indique a incapacidade do candidato em desempenhar o papel referido. Na verdade, o ataque está exatamente em colocar o candidato, representante dos segmentos dos grandes produtores rurais, como detentor

da informação sobre a morte de brasileiros. Assim, ocorre uma negação da possibilidade de Caiado ocupar o papel de autor, pois isso corroboraria a sugestão do jornalista sobre a responsabilidade do candidato em relação à morte de brasileiros.

Por este processo, a pergunta vincula Caiado ao problema, ameaçando-o na dimensão de responsável. Portanto, ocorrem também a adição do papel de responsável e o questionamento sobre a capacidade do candidato em ocupar tal papel.

A manutenção da projeção do papel de autor para Caiado, a negação da possibilidade de Caiado ocupar tal papel, e o questionamento do candidato como responsável geram uma ação intermediária entre pedido de informação e ataque. Constrói-se, desta forma, uma indeterminação que resulta em um duplo vínculo, elaborada nos seguintes termos:

1. *Uma injunção primária: Caiado sabe até quando brasileiros morrerão pelo sonho da terra, pois ele é vinculado a segmentos agrários;*
2. *Uma injunção secundária: Caiado não deveria saber até quando brasileiros morrerão pelo sonho da terra, pois isso significa ser responsável pelas mortes;*
3. *Uma injunção terciária: “A pergunta deve ser respondida”.*

De forma semelhante aos exemplos anteriores, nenhuma das duas ações é descartada. O pedido de informação sinaliza as injunções primária e secundária. É exatamente a projeção do papel de autor - sobre um tópico polêmico - que desencadeia as metagensagens e, portanto, a indeterminação descrita.

A resposta do candidato, reproduzida parcialmente em 6b, sustenta essa indeterminação, pois negocia com as duas ações. Portanto, Caiado, na resposta, é obrigado também a ocupar o papel de responsável, além dos papéis de autor e animador previstos pela organização do pedido de informação.

No início do turno, Caiado elabora uma informação (enunciados 1 a 4). Observe-se o uso da conjunção temporal “enquanto”, em coerência com o pedido de informação elaborado pelo jornalista. Já nos enunciados 5 a 14, o candidato elabora uma defesa, animando seu discurso passado (sua posição por ocasião da votação do projeto de reforma agrária). Portanto, Caiado responde tanto ao pedido de informação quanto ao ataque do jornalista. Em relação ao duplo vínculo, o candidato aceita as injunções 1 e 3, mas nega a 2.

Exemplo 6b:

Caiado:

1[dec] Enqua:nto estiver na frente ... do ex Ministério .. da Reforma Agrária, (1.4)

2ou agora uma autarquia do Ministério da Agricultura, (1.2)

3pessoas incompetentes,

4que nada sabem .. de como realmente formular um programa de reforma agrária.

5Eu quero deixar bem claro. (2.0)

6O problema no Brasil não é a escassez de terra.

7O problema no Brasil .. é não ter uma pessoa capaz, ...

8para realmente .. dar .. oportunidade a todos aqueles

9não sem terra,

10mas .. vocacionados para o trato da terra,

11poder ter acesso ao seu quinhão, .. nos cento e dezessete milhões de hectares de terras improdutivas do governo federal.

12E vamos deixar bem claro pra toda a sociedade saber. ..

13Nós nunca votamos contra,

14nunca apoiamos nenhuma medida contra a reforma agrária. .. {continua}

Em suma, observamos, em nossos dados, uma indeterminação entre pedido de informação e ataque, analisável em termos de processos de organização de *footing*. O pedido de informação projeta para o candidato os papéis de animador e autor. Na indeterminação, ocorre uma mudança nesta organização de *footing*, em termos de duas transposições: negar a capacidade ou negar a possibilidade de o candidato ocupar o papel de autor projetado. Em ambas, ocorre uma adição do papel de responsável, não previsto no pedido de informação, adição que possibilita negar a capacidade do candidato nesta dimensão.

No primeiro tipo de transposição, cria-se uma indeterminação estruturada nos seguintes

termos: requisita-se que o adversário assuma o papel de autor, o qual, *a priori*, ele não teria competência de exercer. Além disso, adiciona-se a projeção de responsável, o que permite que se negue a capacidade do adversário também nesta dimensão. O resultante é uma indeterminação de tipo ambivalência.

No segundo tipo de transposição consiste em impossibilitar que o candidato assuma o papel de autor projetado pela pergunta, por esta autoria se vincular a um tópico polêmico. Ocorre também uma adição do papel de responsável e uma negação da capacidade do candidato em exercer este mesmo papel. O resultante é uma indeterminação de tipo duplo vínculo.

Uma das ações geradas pela indeterminação entre pedido de informação e ataque caracteriza o que a literatura denomina de “desafio” (exemplo 4).

A indeterminação entre estas duas ações se explica, em termos de contexto interacional, pelos objetivos do evento. Por um lado, a indeterminação cria, para o agressor, uma imagem de senso de coletividade (no caso dos políticos) e/ou de neutralidade (no caso de políticos e de jornalistas), preservando o diálogo. Por outro lado, a indeterminação descrita coloca em dúvida o compromisso e a originalidade da vítima, construindo, assim, uma ação agressiva.

6.3. Legitimação e deslegitimação:

Um terceiro tipo de indeterminação no debate político-eleitoral televisionado ocorre entre legitimação e deslegitimação. Em ambos, os mesmos papéis interacionais estão em jogo. Na legitimação, o candidato corrobora o adversário nas posições de animador e autor; na deslegitimação, o candidato retira do adversário o direito de ocupar as posições referidas. No debate político-eleitoral televisionado, a legitimação constitui uma deslegitimação em potencial.

Neste item, analisaremos dois exemplos de indeterminação entre as ações mencionadas.

Como nos itens anteriores, nossa análise considera a seqüência interacional, no que diz respeito às outras ações.

Um primeiro exemplo deste tipo de indeterminação se observa no segmento 7. Este inicia com uma pergunta de Brizola, reproduzida abaixo em 7a. Nos enunciados 1 a 6, Brizola elabora um consenso (“nós sabemos”) a respeito do tópico “o desastre do governo”, marcando a relevância da pergunta. No enunciado 7, o candidato constrói uma voz do eleitor, ratificando a relevância da pergunta e inserindo o tópico “eleições”. Brizola elabora, nos enunciados 8 a 10, um pedido de posicionamento a Freire, cujo pressuposto fundamental é “As eleições estão em risco”.

Exemplo 7a:

Brizola:

1[dec] Nós sabemos a situação a que chegou o Governo Sarney.

2Tornou-se um desastre.

3E agora, uma: ... vergonha nacional, com as recentes viagens que realizou ..na Europa, França.

4A inflação nestes níveis,

5como:: será este mês, ..mês que vem,

6nós estamos tocando na chamada hiperinflação, isto é, no descontrole,

7/e o povo brasileiro precisa [campanha]...indispensavelmente chegar às eleições. (1.7)

8Qualé, deputado, (1.4) a sua sugestão neste momento da vida nacional,

9já que o senhor tem levantado algumas idéias a esse respeito. ...

10Para chegarmos às eleições. (1.2)

Na resposta, apresentada no segmento 7b, Freire constrói uma indeterminação entre legitimação e deslegitimação do tópico proposto por Brizola. Esta indeterminação pode ser identificada especificamente no enunciado 5, foco de nossa análise.

Exemplo 7b:

Freire:

1Olha:, inicialmente eu acho que: essas eleições não correm risco.....

2E:: elas se inserem até: numa solução da crise.

3Difícilmente alguém viria: .. em nome da crise, a::pontar uma solução de adiamento das eleições.

4A o contrário, ...eu acho que: as eleições se inserem exatamente numa dessas perspectivas.

5/Agora, é evidente que nós não podemos assistir ao desgoverno que está aí. ←

6Eu diria mais.

7Nós estarmos assistindo até a ausência do governo,

8que é mais grave,

9porque:: essa crise,

10se nós não tivermos uma intervenção,

11por pior que ela seja,

12é melhor do que a ausência, ...do que a inaptência, do que a: in-inviabilidade de um governo.

13Nós podemos entrar em quadros caóticos, que

14mesmo não inviabilizando essas eleições,

15possam inviabilizar a estabilidade democrática.

16Porque eu não tô preocupado apenas,

17e acho que o povo brasileiro, e que você, cidadão, não tá preocupado apenas com essas eleições agora de 89.

18Nós vamos ter que estar preocupados com as sucessivas eleições, ...né,

19as eleições que façam as sucessões.

20Nós precisamos estar preocupados com as eleições de governador, de prefeituras,

21nós precisamos estar preocupados com a prática democrática que nós nunca tivemos.

22E nesse sentido a crise tem que ser enfrentada.

23Eu até levantaria que o plano de emergência que nós temos .. é:: para implementar () do governo,

24seria importante até que esse governo adotasse,

25eu acho que ele deveria suspender o pagamento do serviço da dívida, é:: até:: a posse do novo ministro do novo presidente, ...

26porque aí o presidente tomaria a medida que bem entendesse.

27Ele poderia alongar o perfil dessa dívida interna,

28ele poderia aplicar uma política salarial,

29ele poderia dar dar subsídios para uma cesta básica,

30resolver problemas básicos daí da sociedade

31para evitar o quadro caótico do ponto de vista econômico.

32(Eu diria até mais), até por responsabilidade com todo o processo de transição,

33ele que foi escolhido para fazer esse processo de transição, e que lamentavelmente,

34e aí é verdade ..

35[dec] tá levando este país a uma situação completamente caótica,

36que nós estamos aí assistindo,

37[dec].. com graus evidentes de desgoverno .. muito sérios.

A resposta inicia, nos enunciados 1 a 4, com uma deslegitimação de Brizola: Freire nega o pressuposto da pergunta, afirmando que “essas eleições não correm risco”. Contudo, após a deslegitimação, Freire elabora uma nova ação, no enunciado 5. A mudança de ação é indicada pelo marcador discursivo “agora” e pela elevação do tom. Esse enunciado apresenta uma indeterminação entre legitimação e deslegitimação, sendo, portanto, foco de nossa análise.

Por um lado, Freire aceita o consenso animado por Brizola anteriormente. Neste caso, a expressão “é evidente” pode ser interpretada como uma intensificação do consenso animado pelo adversário Brizola, na contextualização da pergunta. Assim, Freire se alinharia com Brizola,

elaborando uma legitimação.

Por outro lado, esta mesma expressão pode ser interpretada como uma mitigação do consenso animado pelo adversário: Brizola apenas animou algo óbvio. Freire enquadra, portanto, uma dimensão positiva da pergunta de Brizola – o senso de coletividade – como uma dimensão negativa – a falta de originalidade. Neste sentido, Freire elabora uma deslegitimação.

A deslegitimação é marcada nos enunciados seguintes, pela referência à visão restrita da pergunta elaborada por Brizola. A deslegitimação se identifica, assim, através das expressões “eu diria mais” (enunciado 6); “que é mais grave” (enunciado 8); “que mesmo não inviabilizando essas eleições, possam inviabilizar a estabilidade democrática” (enunciado 14 e 15). A deslegitimação é marcada, ainda, por ações de justificativa do tipo voz do eleitor, em que Freire se dirige diretamente ao eleitor: “porque eu não tô preocupado apenas, e acho que o povo brasileiro, e que você, cidadão, não tá preocupado apenas com essas eleições agora de 89” (enunciados 16 e 17). A voz do eleitor se estende até o enunciado 22.

A legitimação também volta a ocorrer no turno de Freire, nos enunciados 22 e 34. A legitimação é relativa aos tópicos “o desastre do governo” e “medidas a serem tomadas”. Cabe apontar que a legitimação está mitigada pelas expressões “nesse sentido” e “aí”. Estas expressões – ambas metáforas espaciais - restringem o campo de legitimação da fala de Brizola.

Observe-se, por fim, que este processo de indeterminação não impede Freire de efetivamente se posicionar a respeito do tópico (enunciados 23 a 37).

Em suma, na atividade de questionar, Brizola cria um consenso e, portanto, uma imagem de senso de coletividade; na resposta de Freire, esta ação é transformada em falta de originalidade. Este processo resulta em uma ambivalência, expressa na conjunção legitimação e deslegitimação. Tal indeterminação pode ser explicada pela transposição de *footing*: neste caso, Freire intensifica Brizola como animador e mitiga como autor. Há, portanto, processos de permanência, mitigação e

intensificação de elementos de *footing*.

A indeterminação entre estas duas ações se estende à réplica de Brizola. Nesta, Brizola desconsidera a indeterminação construída pela resposta de Freire, destacando apenas a legitimação, conforme se observa especificamente no enunciado 1, do exemplo 7c. O turno de Brizola, portanto, negocia com as duas ações presentes no turno de Freire, indicando a ocorrência da indeterminação entre legitimação e deslegitimação.

Exemplo 7c:

Brizola:

Eu: ... gostaria apenas de dizer que ... a resposta do deputado Freire, seus comentários, ... mostram o quanto é oportuna essa: .. questão- essa preocupação nossa sobre a situação que vive nosso país.

A Argentina chegou às eleições com água por aqui.

Finalmente chegou,

tem um presidente legítimo,

há um marco na vida do país,

e nós estamos vendo uma situação..profundamente preocupante, ...

porque o Governo Sarney chegou ... à própria ..ineficiência

Exauriu-se ...

Eu creio francamente que nós devíamos promover uma discussão..entre os presidentes de partido, autoridades do Congresso, (1.5)

algumas entidades importantes, ..

representantes do trabalho, ...

da produção,

do empresariado, (1.7)

sem as autoridades executivas numa primeira fase,

para que pudéssemos conversar [campanha] com mais liberdade. (1.2)

/E depois levamos ao governo, (1.4) com as pressões, enfim, ... a ajuda da opinião pública,

fazendo com que o governo Sarney (2.0) pudesse ... gerir ... com um mínimo de eficácia ... o governo do país, e chegarmos às eleições.

Um segundo exemplo de indeterminação entre legitimação e deslegitimação se encontra no exemplo 8, cujo tópico central é “privatização”. Neste segmento, Afonso Camargo tem direito ao turno, mas não consegue elaborar um posicionamento - e, portanto, desenvolver seu *point* - em função de três interrupções sucessivas. Os enunciados em foco estão marcados com uma seta:

Exemplo 8:

1Camargo: {continua}
 porque:: essa ineficiência do: do: .. governo: ...brasileiro tá fazendo com que todos nós nos aproximemos é: de uma:
 linha: privatista.
Todos nós.
 (Quer dizer) e:: e:: o temor que eu tenho (1.3)

2Freire: Eu não. =

3Camargo: = (Não, mas entre::)
 De qualquer forma, vamo dizer o seguinte.
 A constituição..que nós todos assinamos dirá que a ordem econômica se fundamenta na na valorização [acc] do
 trabalho humano, [dec] e na livre iniciativa.
 Agora::=

4Brizola: =Pois é. Sim,=

5Camargo: = Pois é, mas há [um papel -

6Brizola: [Sim, (2.2)

[risos da platéia]

7Camargo: Podemo fazer essa roda toda aqui?=[risos da platéia]

8Marília: =Não. () [várias falas sobrepostas]

[/O senhor pode concluir.

[risos da platéia]

9Camargo: [Da minha parte não tem nenhum problema. [Só quero saber se pode.

10Marília: [O senhor pode concluir. (1.2)

No turno 1, Afonso Camargo elabora inicialmente um consenso (“todos nós”) e, posteriormente, um posicionamento (“e o temor que eu tenho”). Neste ponto, ocorre a primeira interrupção, feita por Roberto Freire (turno 2).

Após esta primeira interrupção, há uma segunda tentativa de elaborar um posicionamento, no turno 3. Neste turno, Afonso elabora uma informação, a respeito do tópico “constituição brasileira”. Após esta informação, Afonso inicia, com o uso do marcador “agora”, um

posicionamento. Contudo, neste ponto, Brizola introduz um *backchannel* (turno 4), legitimando a informação fornecida por Afonso. Esta legitimação impede que Afonso conclua seu posicionamento, configurando-se, assim, uma segunda interrupção.

No turno 5, Afonso elabora uma terceira tentativa de concluir a ação. O candidato retoma a palavra, utilizando os marcadores “pois é, mas”. Entretanto, mais uma vez, Brizola introduz um *backchannel*, legitimando a fala de Afonso, mas, ao mesmo tempo, impedindo que este elabore um posicionamento.

Portanto, a legitimação “precipitada” de Brizola, na verdade, deslegitima todo o turno subsequente, por enquadrá-lo como “previsível”. Ao compreender o posicionamento antes de o adversário concluir, Brizola sugere que este posicionamento não é original. Além do local inadequado de tomada do turno, a própria tomada também é um elemento de deslegitimação da fala de Afonso Camargo, já que, neste ponto, Brizola não teria direito à palavra.

Assim, a indeterminação é criada pela transposição de traços de *footing* da legitimação: ocorre uma intensificação da animação de Afonso Camargo e, conseqüentemente, uma mitigação da autoria do mesmo. Este processo gera uma ambivalência entre legitimação e deslegitimação, transformando o senso de coletividade da vítima em falta de originalidade.

Cabe enfatizar que a deslegitimação é construída pela legitimação (sucessiva): a legitimação é gradativamente descartada, ao longo do segmento reproduzido. Portanto, a fronteira entre as duas ações é tênue, sendo paulatinamente ultrapassada até alcançar a deslegitimação.

Exatamente no ponto em que a deslegitimação é alcançada, Afonso Camargo responde a esta ação. Assim, no turno 7, o candidato questiona as ações de Brizola, introduzindo um “metadebate” e encaminhando, à mediadora, um questionamento sobre as regras de gestão do turno.

Portanto, demonstramos que as ações de legitimação e deslegitimação podem constituir, no debate político-eleitoral televisionado, uma ambivalência. Esta ambivalência é criada, nos exemplos

analisados, pelos processos de permanência, mitigação e intensificação de elementos de *footing* da legitimação. Nestes casos, o candidato intensifica o adversário como animador e mitiga o adversário como autor.

Como nos outros dois tipos de indeterminação, a descrita neste item está vinculada à preservação do debate e à construção de ações agressivas. A preservação do debate está no fato de o agressor considerar a animação do adversário, demonstrando um senso de coletividade. A ação agressiva consiste em transformar este senso de coletividade em falta de originalidade.

6.4. Concordância e discordância:

Um quarto tipo de indeterminação no debate político-eleitoral televisionado se identifica entre as ações de concordância e discordância. Lembramos que, na concordância, o candidato sustenta o discurso do adversário nas dimensões de animador, autor e responsável; na discordância, o candidato nega o discurso do adversário nas dimensões da autoria e do responsável, mantendo o adversário no papel de animador. As duas ações são, desta forma, opostas.

Contudo, a análise de um segmento do debate político-eleitoral televisionado demonstra que, apesar deste antagonismo, é possível a transposição de elementos de *footing* de forma a gerar uma indeterminação entre ambos.

O exemplo inicia com uma pergunta elaborada pelo jornalista a Paulo Maluf sobre o tópico “combate à inflação”. O jornalista cita uma proposta de Maluf, vinculando-a a outro tópico: “o custo social”.

A resposta de Maluf inicia com um consenso, em que o candidato compartilha, com o eleitor e os outros debatedores, o papel de responsável (enunciado 1: “nós temos que fazer uma escolha”). Este consenso isenta o candidato do compromisso pessoal e individual com medidas de combate à

inflação que geram alto custo social.

O consenso possibilita, ainda, que Maluf construa um discurso em termos de apenas duas possibilidades: um governo forte, sem mordomias, causando desemprego para alguns, mas com vantagens para a imensa maioria da população; ou um governo fraco, com mordomias, mas causando a miséria da maioria da população.

Exemplo 9a:

Jornalista:

Eu quero fazer uma pergunta ao doutor Paulo Maluf,
e gostaria que o doutor Roberto Freire comentasse a resposta dele. ..
Doutor Paulo, o: dinheiro anda curto no Brasil,
como sabemos.
No nível do investimento, .. o dinhei:ro .. anda curto .. no Brasil.
No nível do investimento, em todos os níveis, principalmente no bolso do assalariado.
Há um grande sofrimento,
a inflação está comendo o salário do trabalhador,
como sabemos.
O senhor acaba de voltar da Bolívia,
aparentemente entusiasmado com a receita aplicada lá.
Uma receita que: .. busca atacar .. com com com vigor o déficit público,
cortar gastos,
e provocar um sofrimento grande,
há um custo social muito grande nisso aí.
Eu gostaria de saber .. até onde o senhor iria com esse custo social, ...
combatendo a inflação aqui no Brasil como Presidente da República. [campanha] (1.3)

Maluf:

1Nós temos que fazer uma escolha. ↵
2E esta escolha .. permite .. somente duas opções,
3não tem três. ..
4A primeira opção .. é fazer um governo frouxo, ...
5um governo nomeando parentes de deputados e senadores, ...
6um governo com mordomias, ..
7um governo com marajás.
8Esse não é o governo,
9nem a opção que eu escolheria.
10Eu escolheria a opção de um governo com autoridade, ..
11onde quem trabalha no setor público ganha e ganha bem, ..
12quem não trabalha, .. será demitido.
13Um governo onde não existam mordomias,
14onde não exista essa discrepância hoje salarial,
15um governo .. aonde nós não permitíssemos que ..
16\como hoje acontece,
17quem trabalha .. é penalizado,

18que::m produz paga imposto,
 19o assalariado é mordido pelo leão, ...
 20e quem não faz nada corre o risco de ficar ministro.
 21Esse é o tipo do governo que não seria o meu.
 22O meu governo será um governo com austeridade, ..
 23e eu preferiria causar um custo social a cem, duzentos ou trezentos mil ... fantasmas que não trabalham,
 24que não marquem o ponto,
 25a dar um custo social como hoje existe a cento e quarenta milhões de brasileiros .. que são roubados todos os dias.
 26O governo cada vez mais rico,
 27o governo cada vez mais larápio com essa inflação,
 28e o povo cada vez mais pobre.
 29Então, inclusive .. uma boa maneira de você fazer uma melhor distribuição de renda,
 30é quem ganha até dez salários mínimos,
 31não pagar imposto de renda na fonte,
 32e aumentar o imposto de renda na fonte acima de quem ganha acima de trinta salários mínimos.
 33De maneira que a distribuição de renda, a produção, a::: austeridade .. no setor público, .. a autoridade do governo,
 .. e a vontade política de desejar fazer um pacto pela democracia,
 34no meu entender que isto sim,
 35é que vai levar ao crescimento econômico,
 36com a felicidade geral do povo brasileiro. (1.2)

Roberto Freire, na réplica, cita o enunciado elaborado por Maluf e constrói um novo aprisionamento discursivo: escolher entre a classe dominante ou a classe trabalhadora. A citação, marcada com uma seta no segmento 9b, é o objeto de nossa análise.

Exemplo 9b:

Freire:

É:::, realmente é questão de escolha. .. └
 E::: aí nós estamos assistindo exatamente a escolha .. daqueles que são da classe dominante brasileira, que sempre penalizam o trabalho.
 Em nenhum momento, ele colocou .. uma questão de escolha em cima do problema da dívida. ...
 Seja a dívida externa, com os credores internacionais,
 \e a economia brasileira tá sofrendo uma sangria tremenda, ..
 de renda líquida,
 de transferência de-de-de recursos .. a título de remessa,
 uma série de outras outras transferências, ..
 /e nem se discute também aqui os incentivos e subsídios pra inclusive pessoas como ele,
 que são representantes da classe dominante,
 e que recebem subsídios do governo. ...
Isso ele não discute.
 Como também não discute, por exemplo, os incentivos e subsídios que são dados a toda a chamada livre iniciativa.
 Mais do que isso, .. ele não discute as o-os juros que estão sendo aí .. escorchantes na economia brasileira,
 e esses juros tão-tá significando em função da dívida interna,
 uma transferência de toda a sociedade via setor público, para o setor privado.
 Os especuladores financeiros.
 Você veja, é uma questão de escolha.

Eu faço a escolha ao contrário.

Quem vai ter que pagar algo são aqueles [campanha] que sempre se beneficiaram desse modelo. ...

Não mais o trabalhador,

não mais aquele que recebe salário. ...

O enunciado em foco transpõe a organização da concordância, gerando uma indeterminação. Neste enunciado, há uma primeira camada de significado que concorda com a necessidade da escolha, pela intensificação de Maluf no papel de animador. Há uma segunda camada de significado em que Freire discorda das escolhas com as quais o adversário está comprometido, opondo-se, portanto, ao adversário no papel de responsável e de autor.

Há, portanto, uma transposição da organização de *footing* característica da concordância: ocorre uma intensificação da animação e uma negação em termos do responsável e da autoria. Esse processo resulta em um duplo vínculo, organizado nos seguintes termos:

1. *Uma injunção primária: é necessário fazer a escolha, por coerência estabelecida pela própria vítima (Maluf);*
2. *Uma injunção secundária: é necessário não fazer a escolha, pois a escolha de Maluf é a escolha da classe dominante;*
3. *Uma injunção terciária: “A tréplica deve ser coerente”.*

No exemplo 9c, Maluf elabora a tréplica, iniciando seu turno com um posicionamento (enunciados 1 e 2). O posicionamento é criado pela projeção dos papéis de autor e responsável, projeção marcada pela expressão “eu faço”. Segue-se uma deslegitimação: Freire é um ouvinte incompetente, portanto não pode ocupar os papéis de animador e autor (observe-se a ênfase em “ouviu”, no enunciado 3). Por fim, Maluf elabora uma auto-citação, referente às propostas de seu turno anterior. Esta ação é marcada pela ênfase em “eu disse”, no enunciado 8, a partir da qual Maluf se projeta como autor e responsável de seu discurso passado. Estas três ações compõem, por sua vez, uma defesa contra Freire.

Exemplo 9c:

Maluf:

1Eu faço a escolha ... ▮

2E faço a escolha

3porque me parece que o interlocutor não ouviu ... a minha exposição. =

5Freire: =Ah, eu escuto bem. =

6Maluf: =Porque: =

7Freire: =Pode ficar tranqüilo. =

Maluf:

8=porque eu disse nesse minuto,

9que faz parte do meu programa de governo isentar do imposto de renda na fonte quem ganha até dez salários mínimos.

{continua}

Portanto, neste trecho, Maluf escapa do duplo vínculo colocado por Roberto Freire. Pela deslegitimação, a vítima:

- a. *reafirma (1) - é necessário fazer uma escolha;*
- b. *nega (2) - não é necessário não fazer a escolha, porque o que Freire disse é falso;*
- c. *afirma (3) - A tréplica é coerente.*

Em suma, a análise deste exemplo demonstra que a indeterminação entre concordância e discordância pode ser construída por processos de transposição de *footing*: há uma intensificação do papel de animador da concordância, mas mantém-se uma oposição ao adversário nas dimensões de responsável e de autor, como ocorre na discordância. A transposição gera, portanto, uma ação que apresenta camadas de concordância e discordância. O resultante é uma indeterminação de tipo duplo vínculo. Ao contrário das anteriores, a indeterminação, neste caso, não lida com objetivos antagônicos.

Neste capítulo, analisamos, em termos de processos de organização de *footing*, a

indeterminação pragmática entre ações do enquadre “diálogo” e do enquadre “luta”. A análise considerou quatro tipos de indeterminação: “pedido de posicionamento e ataque”, “pedido de informação e ataque”, “legitimação e deslegitimação” e “concordância e discordância”.

A seguir, apresentamos um quadro sinótico das indeterminações entre ações identificadas no debate político-eleitoral televisionado.

QUADRO IV: INDETERMINAÇÕES NO DEBATE POLÍTICO-ELEITORAL

TELEVISIONADO

<i>Ações</i>	<i>Organização de Footing</i>	<i>Transposição</i>	<i>Tipos de indeterminação</i>
<p><i>Pedido de posicionamento</i></p> <p><i>ataque</i></p>	<p>Projeção dos papéis de responsável e autor para o adversário</p> <p>Negação do discurso adversário, nas dimensões de responsável e autor.</p>	<p>negação das dimensões do responsável e do autor, com a permanência da projeção para estes mesmos papéis</p>	<p>Ambivalência</p> <p>Duplo vínculo</p>
<p><i>Pedido de informação</i></p> <p><i>Ataque</i></p>	<p>Projeção dos papéis de animador e autor para o adversário</p> <p>Negação do discurso adversário, nas dimensões de responsável e autor.</p>	<p>Negação da dimensão da autoria, adição do papel de responsável e negação da dimensão de responsável, com a permanência da projeção de autor e animador</p> <p>OU</p> <p>Adição do papel de responsável e negação da dimensão de responsável, com a permanência da projeção de autor e animador</p>	<p>Ambivalência</p> <p>Duplo vínculo</p>

QUADRO IV: INDETERMINAÇÕES NO DEBATE POLÍTICO-ELEITORAL
TELEVISIONADO (CONT.)

<i>Ações</i>	<i>Footing</i>	<i>Tipo de transposição</i>	<i>Tipos de indeterminação</i>
<p><i>Legitimação</i></p> <p><i>deslegitimação</i></p>	<p>Sustentação dos papéis de animador e autor para o outro</p> <p>Negação do discurso do adversário, nas dimensões da animação e da autoria</p>	<p>intensificação da dimensão de animação e</p> <p>mitigação da dimensão de autoria</p>	<p>Ambivalência</p> <p>Duplo vínculo</p>
<p><i>concordância</i></p> <p><i>discordância</i></p>	<p>Sustentação dos papéis de autor, animador e responsável para o outro</p> <p>Negação do discurso do adversário, nas dimensões de autor e responsável</p>	<p>Intensificação da dimensão da animação e negação do discurso do adversário, nas dimensões de autor e responsável</p>	<p>Duplo vínculo</p>

Conclusão

O presente trabalho teve como objeto os processos de construção da indeterminação pragmática em um debate político-eleitoral televisionado.

O capítulo 1 demonstrou que a indeterminação pragmática vem sendo apontada como um objeto central à análise do discurso. Este fenômeno apresenta múltiplas causas, passíveis de serem agrupadas em quatro dimensões relacionadas à natureza da língua: a dimensão estratégica, a interpretativa, a negociada e a metafórica. Dentre estas quatro dimensões, apontamos a metafórica como a menos explorada pelos estudos sócio-pragmáticos.

Ainda neste primeiro capítulo, identificamos a ambigüidade, a vagueza, a ambivalência e o duplo vínculo como os principais conceitos que traduzem a indeterminação. Tais conceitos nos indicaram diferentes perspectivas sobre o fenômeno. A ambigüidade está vinculada à concepção de falante como portador de uma única intencionalidade, não decodificada ou inferida pelo ouvinte. Já a ambivalência e o duplo vínculo estão relacionados à multiplicidade de objetivos do participante no evento de fala e à possibilidade da simultaneidade de significados. Por fim, a vagueza está localizada na fronteira do fenômeno comunicativo, pois implica na própria dúvida se há indeterminação ou não. As diferentes perspectivas sobre o fenômeno da indeterminação foram analisadas com mais profundidade no capítulo seguinte.

No capítulo 2, portanto, identificamos duas concepções de indeterminação, a partir dos modelos de Grice e de Searle, de um lado, e da perspectiva sócio-interacional, de outro lado. As contraposições teóricas foram resumidas a três divergências fundamentais, relativas aos conceitos de contexto, comunicação e significado. A primeira divergência consiste na visão idealizada de contexto e de falante, característica dos estudos de Grice e de Searle, em oposição a uma noção de contexto como práxis, predominante na tradição sócio-interacional. A segunda divergência está localizada na visão de comunicação: para Grice e Searle, a comunicação é uma troca harmoniosa; para a sócio-interacional, a comunicação é um fenômeno com

múltiplas variáveis, que podem estar em conflito. Por fim, a terceira divergência é relativa à abordagem do significado literal: Grice e Searle enfatizam o literal como dado, enquanto a sócio-interacional preocupa-se com o estudo da construção e identificação deste mesmo significado.

Ainda neste segundo capítulo, apontamos que estas três divergências implicam em diferentes concepções do fenômeno da indeterminação.

Indicamos que as teorias de Grice e Searle implicam em um conceito de indeterminação como um problema a ser resolvido, seja por mecanismos inferenciais, seja pela dissolução do mal-entendido. Estas tradições não consideram a possibilidade de múltiplas intenções, descartando a concomitância efetiva de dois significados. Assim, embora estes autores considerem o significado da sentença e o do falante, um destes não é considerado válido na interação.

Já a sociolinguística aponta a possibilidade de focalizar a indeterminação como um fenômeno que revela os múltiplos contextos lingüístico-interacionais, os conflitos de objetivos entre os falantes e as vulnerabilidades das fronteiras entre os enquadres. Tal visão de indeterminação possibilita à sócio-interacional considerar as concomitâncias de significados, até mesmo as paradoxais, como a ambivalência e o duplo vínculo.

A tradição sócio-interacional de análise do discurso nos apontou, portanto, os princípios teórico-metodológicos para a abordagem do fenômeno da indeterminação pragmática no debate político-eleitoral televisionado. Em primeiro lugar, a indeterminação não se restringe a uma “falha” na codificação, por parte do falante, tampouco a uma “falha” na decodificação, por parte do ouvinte. Em segundo lugar, consideramos a possibilidade da simultaneidade efetiva de significados (“um e outro”). Em terceiro lugar, não consideramos a “indeterminação” um impedimento à comunicação. Por fim, consideramos que as indeterminações podem ser resultantes de processos concretos de construção de significado na experiência.

No capítulo 3, revisamos a literatura sobre debates políticos televisionados. Constatamos que esta literatura, apesar de abrangente, apresenta relativamente poucos estudos sobre o fenômeno da

indeterminação. Observamos, ainda, que os estudos sobre este fenômeno não relacionam processos de enquadre e indeterminações de tipo paradoxal. Por fim, apontamos a necessidade de implementar tais estudos, no sentido de aprofundar, no campo da sócio-pragmática, a descrição do evento “debate político televisionado”.

No capítulo 4, apresentamos a metodologia aplicada à análise da indeterminação pragmática no evento referido. A interação estudada – um debate político-eleitoral televisionado ocorrido na eleição presidencial brasileira de 1989 - foi definida como “política”, “argumentativa” e “mediática”. Tais dimensões impõem aos participantes objetivos interacionais específicos, com o fito de construir uma determinada imagem pública. Concluímos que tal imagem deve se equilibrar entre os enquadres “luta” e “diálogo”, necessidade que potencializaria a ocorrência da indeterminação entre os enquadres referidos.

Consideramos o enquadre e o *footing* como categorias analíticas básicas da indeterminação pragmática em nossos dados. Definimos o enquadre como os princípios interacionais e organizacionais pelos quais as situações de fala são definidas e sustentadas como experiências. A categoria “*footing*” refere-se ao alinhamento que os falantes projetam para si mesmos e para os outros, em relação à estrutura de participação e aos formatos de produção da fala. Como unidade de análise, definimos a ação verbal enquadrada. A indeterminação pragmática, em nossos dados, se traduziu, portanto, como “indeterminação entre ações verbais”.

Dada a complexidade da organização do *footing* nas interações, nossa hipótese principal consistiu em investigar se a indeterminação pragmática entre ações poderia ser analisada à luz dos processos de transposição de *footing*: a permanência, a negação, a mitigação, a intensificação e a adição de elementos, a partir das ações básicas em um debate político-eleitoral televisionado.

Sugerimos, ainda, que a conjunção de ações poderia ser explicada pelo caráter antagônico dos objetivos interacionais dos participantes, expressos nos enquadres “luta” e “diálogo”. Por um lado, os participantes buscam preservar o debate, construindo uma imagem de senso de coletividade ou de

neutralidade. Por outro lado, os participantes almejam construir ações agressivas, como a de questionar o compromisso do adversário.

Ainda no capítulo de metodologia, limitamos a indeterminação pragmática a dois tipos, ambos de natureza paradoxal: a ambivalência e o duplo vínculo. A ambivalência foi definida como a indeterminação que opera com duas ações simultâneas e paradoxais; o duplo vínculo foi considerado como uma ambivalência acompanhada de metamensagens que impedem a vítima de optar por uma das ações.

Estes princípios e categorias definiram quatro procedimentos de investigação: a descrição da organização de *footing* nas ações de cada enquadre e sua vinculação com a construção de uma imagem pública; a análise das transposições de *footing* vinculadas à indeterminação; a classificação das indeterminações em termos de ambivalência e duplo vínculo; e a relação entre indeterminação e objetivos interacionais dos participantes do evento.

O capítulo 5 apresentou o resultado do primeiro procedimento. Identificamos quatorze tipos de ações enquadradas como “diálogo”: a citação, a auto-citação, a verdade universal, o consenso, a voz do eleitor, a experiência, o pedido de posicionamento, o pedido de informação, o posicionamento, a informação, a opinião, a legitimação, o comentário e a concordância. Encontramos quatro tipos de ações enquadradas como “luta”: o ataque, a deslegitimação, a discordância e a defesa.

De forma genérica, demonstramos que cada ação pode ser definida em função de uma organização de *footing* particular, em termos de projeções de animação, autoria, responsável e figura. A análise indicou ainda que estas organizações de *footing* se vinculam à construção de uma imagem pública favorável. Em cada ação, portanto, esta imagem pública foi definida em termos da mitigação e da ênfase de traços de “neutralidade”, “senso de coletividade”, “compromisso” e “originalidade”. Os processos de mitigação e ênfase destes traços constroem as identidades e as relações do debate político-eleitoral televisionado e, em última instância, contribuem para definir o evento como uma prática discursiva específica.

No capítulo 6, apresentamos os resultados dos três últimos procedimentos. Assim, identificamos, em

nossos dados, quatro instâncias de indeterminação pragmática entre ações, expressas nas polaridades: “pedido de posicionamento” e “ataque”; “pedido de informação” e “ataque”; “legitimação” e “deslegitimação”; e “concordância” e “discordância”. A investigação confirmou a possibilidade de analisar tais indeterminações em termos de processos de transposição de *footing*.

A indeterminação entre “pedido de posicionamento” e “ataque” foi descrita a partir dos processos de permanência e negação de elementos de *footing* do pedido de posicionamento. O traço que permanece do pedido de posicionamento é a projeção do perguntado para as posições de responsável e de autor. São duas as transposições possíveis: negar a competência do candidato em ocupar os papéis de autor e de responsável projetados ou negar a possibilidade do mesmo ocupar tais papéis.

A primeira transposição cria uma ambivalência, pois, ao mesmo tempo que se projeta para o adversário os papéis de autor e responsável se deslegitima, *a priori*, estes mesmos papéis. A segunda transposição constrói uma indeterminação de tipo duplo vínculo. Neste caso, é enquadrado como negativo exatamente o enunciado com o qual o adversário deveria se alinhar como autor e responsável e é negativo quaisquer dos enunciados com os quais o adversário possa se alinhar como autor ou responsável. Uma injunção (terciária) impede que a vítima se recuse a assumir um posicionamento.

A indeterminação entre “pedido de informação” e “ataque” foi analisada com base na permanência, negação e adição de elementos, a partir da organização de *footing* da primeira ação. Mantêm-se, do pedido de informação, as projeções do papel de autor e de animador para o perguntado. São duas as transposições possíveis: negar a capacidade ou negar a possibilidade do candidato em ocupar o papel de autor projetado. Em ambas, ocorre uma adição do papel de responsável, não previsto no pedido de informação, adição que permite negar a capacidade do candidato nesta dimensão.

No primeiro tipo de transposição, cria-se uma indeterminação estruturada nos seguintes termos: requisita-se que o adversário assuma o papel de autor, o qual, *a priori*, ele não teria competência de exercer. Além disso, adiciona-se a projeção de responsável, o que permite que se negue a capacidade do adversário

também nesta dimensão. O resultante é uma indeterminação de tipo ambivalência.

No segundo tipo de transposição, a indeterminação se organiza da seguinte forma: projeta-se o papel de autor para o candidato, mas, ao mesmo tempo, impossibilita-se que o mesmo assuma tal papel. A projeção de autor contribui para ameaçar o candidato como responsável. Assim, ocorre também uma adição do papel de responsável e uma negação da capacidade do candidato em exercer este papel. O resultante é uma indeterminação de tipo duplo vínculo. Uma injunção (terciária) impede a vítima de não desenvolver uma ação de informação.

A indeterminação entre “legitimação” e “deslegitimação” foi descrita em termos de processos de permanência, intensificação e mitigação de elementos de *footing* da legitimação. Neste caso, o candidato mantém o adversário como animador, intensificando-o neste papel. Por este processo, o candidato também mitiga o adversário como autor. Gera-se, assim, uma ambivalência entre as duas ações referidas.

Por fim, a indeterminação entre as ações de concordância e discordância foi analisada a partir de processos de permanência e intensificação de elementos de *footing*. Há uma intensificação do papel de animador da concordância, mas nega-se o discurso do adversário nas dimensões de responsável e de autor, característico da discordância. Este processo criou, em nossos dados, um duplo vínculo.

Quanto aos objetivos dos participantes em termos de identidade pública, observou-se que as três primeiras indeterminações podem estar vinculadas à necessidade de se equilibrar entre os enquadres de luta e diálogo. Por um lado, os participantes buscam preservar o debate, ou seja, uma imagem de senso de coletividade ou de neutralidade. Por outro lado, os participantes almejam construir ações agressivas, como a de questionar o compromisso do adversário com um discurso passado, colocar em dúvida o senso de coletividade do adversário em relação ao eleitor e transformar o senso de coletividade do adversário em falta de originalidade. Assim, as indeterminações descritas estão vinculadas à negociação entre os enquadres referidos.

Contudo, observamos também que a indeterminação entre concordância e discordância não se vincula

à necessidade de negociar com os dois enquadres. Na verdade, esta indeterminação apenas se relaciona a um dos objetivos: a construção de uma ação agressiva.

Assim, nossa análise apontou quatro questões centrais, relativas à construção do significado das ações verbais do debate político-eleitoral televisionado, especificamente no que concerne ao fenômeno da indeterminação pragmática.

Em primeiro lugar, nossa análise revelou que a indeterminação pragmática é constituída pelo contexto do evento. As indeterminações descritas se originam da organização das formas de participação e das identidades que dão significado a um debate político-eleitoral televisionado. Ou seja, as indeterminações podem ser explicadas pelos processos de construção dos enquadres “diálogo” e “luta”.

Em segundo lugar, nossa análise também apontou que os processos de indeterminação pragmática são constitutivos do contexto. A indeterminação pragmática contribui para criar as estratégias interacionais em um debate político-eleitoral televisionado. Em última instância, a indeterminação é dos fatores que dá significado a esta situação de fala. Criar, interpretar e negociar as indeterminações pragmáticas é, assim, inerente à práxis do evento. Nossa análise indicou, inclusive, que uma das ações verbais que caracterizam este evento – o “desafio” – é resultante de processos de construção da indeterminação pragmática.

Em terceiro lugar, nossa análise indicou que os mesmos processos que constroem as ações básicas podem também criar a indeterminação. Por exemplo, os processos de mitigação e intensificação de papéis característicos da “opinião” ocorrem também na indeterminação entre “legitimação e deslegitimação”. Por esta razão, as indeterminações pragmáticas podem ser consideradas um resultado da própria natureza dinâmica e negociada dos *footings*.

Em quarto lugar, a análise sugeriu que o processo metafórico pode ser aplicável ao estudo das indeterminações pragmáticas, pois a investigação confirmou a viabilidade de descrever o fenômeno em termos de permanência e transposição de elementos. Neste sentido, a análise corroborou a pertinência das observações de Goffman e Bateson sobre as razões da vulnerabilidade discursiva: o discurso é

“indeterminado” também pelos processos de permanência e transformação inerentes à constituição dos enquadres.

Em suma, nosso trabalho apontou a indeterminação pragmática como um fenômeno inerente ao discurso. Neste sentido, nosso trabalho reforçou a concepção corrente, entre os estudos pragmático-discursivos, de que a indeterminação se constitui como um fenômeno sistematizável, mesmo em contextos concretos e não-idealizados. A indeterminação, assim, revela os processos de construção da língua, do discurso e da interação verbal.

As conclusões de nosso trabalho apontam a necessidade de aprofundar as investigações da indeterminação pragmática em três direções fundamentais.

Uma primeira questão seria a necessidade de investigar, com mais profundidade, a relação entre indeterminação e objetivos interacionais do debate político-eleitoral televisionado. Nossa análise indicou que uma das indeterminações não se relaciona à realização de objetivos antagônicos: a indeterminação entre concordância e discordância sugere, na verdade, uma intensificação de uma ação agressiva. Assim, seria relevante analisar, com mais rigor, a dimensão estratégica da indeterminação em debates político-eleitorais televisionados.

Uma outra questão consiste na necessidade de ampliar e aprofundar o estudo dos tipos de indeterminação pragmática. Nossa análise enfocou apenas a concomitância de significados de natureza paradoxal. Assim, seria relevante também analisar, inclusive em outras interações, a vagueza e as concomitâncias de caráter não-paradoxal.

Uma terceira questão diz respeito ao *status* da indeterminação pragmática na constituição de outros eventos de fala. A análise da indeterminação em outros contextos – inclusive os que se supõe não conflituosos – pode contribuir para explicitar o papel deste fenômeno no discurso e na cultura.

Por fim, uma última questão concerne às motivações lingüístico-discursivas da indeterminação pragmática. A literatura tem indicado as dimensões interpretativa, estratégica e negociada como causas deste

fenômeno, mas ainda não explorou plenamente a dimensão metafórica. Assim, a potência explicativa da metáfora no âmbito do discurso, sugerida pelo presente trabalho, só pode ser provada, com mais rigor, a partir da análise dos processos de indeterminação pragmática em outros eventos.

BIBLIOGRAFIA

- ATKINSON J. M. Public speaking and audience responses: some techniques for inviting applause. In: ---- e HERITAGE, J. (eds.) Structures of social action: studies in conversation analysis. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- e HERITAGE, J. Structures of social action: studies in conversation analysis. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- ATTARDO, S. Are socio-pragmatics and (neo)-Gricean pragmatics incompatible? Journal of Pragmatics, 30, 1998, 627-636.
- ALWOOD, J. (1980) On the distinction between semantics and pragmatics. In: KLEIN, W. e LEVELT, W. (eds.) Crossing the boundaries in linguistics. Reidel Publishing Company.
- BATESON, G. Steps to an ecology of mind. New York: Ballentine, 1972.
- BENNET, A. Strategies and counterstrategies in the use of yes-no questions in discourse. In: GUMPERZ, J. Language and social identity. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.
- BEBCHUK, Jose. Veinticinco años de la teoría del doble vínculo. Acta Psiquiátrica y Psicológica de América Latina, v. 28, nº 2, 1982, 159-164.
- BLUM-KULKA, S. Indirectness and politeness in requests – same or different. Journal of Pragmatics. v. 11, n. 2, abr 1987, 131-146.
- . The dynamics of political interviews. Text, 3, nº2, 1983, 131-153.
- e WEIZMAN, E. The inevitability of misunderstandings: discourse ambiguities. In: Text 8 (3), 1988, 219-241.
- BROWN, Penelope and LEVINSON, Stephen. Universals in language usage: politeness phenomena. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- . Universals in language usage: politeness phenomena. In: GOODY, Esther. Questions and politeness: strategies in social interaction. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.
- BROWN, Gillian e YULE, George. Discourse Analysis. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- BUTTON, G. et al. Computadores, mentes e conduta. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.
- BYBEE, J., PERKINS, R. e PAGLIUCA, W. Theoretical background. In: ----. The evolution of grammar: tense, aspect, and modality in the languages of the world. Chicago: University of Chicago Press, 1994.

- e TRAUGOTT, E. Some preliminaries. In: ----. Grammaticalization. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- CHANG, H. The 'well-defined' is "ambiguous" – indeterminacy in chinese conversation. Journal of Pragmatics, 31, 1999, 535-556.
- COLSTON, Herbert. Salting a wound or sugaring a pill: the pragmatic functions of ironic criticism. Discourse Processes, 23, 1997, 25-45.
- CLAYMAN, S. Footing in the achievement of neutrality: the case of news-interview discourse. In: DREW, P. e HERITAGE, J. Talk at work: interaction in institutional settings. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- . Displaying neutrality in television news interviews. Social Problems, 35, 1988, 474-492.
- CRYSTAL, D. The Cambridge Encyclopedia of Language. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- DASCAL, M. Introduction: some questions about misunderstanding. Journal of Pragmatics, 31, 1999, 753-762.
- . Defending literal meaning. Cognitive Science. 11, 1987, 259-281.
- . Fundamentos metodológicos da lingüística: pragmática. São Paulo: ed. do autor, 1980.
- DEEMTER, K. van e PETERS, S. Semantic ambiguity and underspecification. California: CSLI, 1996.
- DEWS, Shelly, KAPLAN, Joan, WINNER, Ellen. Why not say it directly? The social functions of irony. Discourse Processes, 19, 1995, 347-367.
- DREW, P. e HERITAGE, J. Talk at work: interaction in institutional settings. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- DURANTI, A. e GOODWIN, C. Rethinking context: language as na interactive phenomenon. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- ERICKSON, F. e SHULTZ, J. The counsellor as gatekeeper. New York: Academic Press, 1982.
- FERREIRA, Maria Cristina Leandro. A resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso: da ambigüidade ao equívoco. Campinas: UNICAMP, 1994. Tese de Doutorado.
- FIGUEROA, Esther. Sociolinguistic meta theory. Pergamon Press, 1984.
- FREDSTED, Elin. On semantic and pragmatic ambiguity. Journal of pragmatics, 30, 1998, 527-541.
- GODDARD, C. Semantic analysis: a practical introduction. New York: Oxford, 1998.

- GOFFMAN, E. Felicity's condition. American Journal of Sociology, v. 89, nº 1, 1983, 1-53.
- . Forms of talk. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1981.
- . Frame analysis: an essay on the organization of experience. New York: Harper and Row, 1974.
- . On face-work. In: Interactional ritual: essays on face-to face behavior. New York: Doubleday Anchor, 1967.
- . The neglected situation. American Anthropologist, v. 66, nº 6, parte 2, 1964, 133-136.
- . Encounters: two studies in the sociology of interaction. Indianapolis: Bobbs-Merril, 1961.
- GOODWIN, C. e GOODWIN, M. H. Assessments and the construction of contexts. In: DURANTI, A. e GOODWIN, C. Rethinking context: language as an interactive phenomenon. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- GREATBATCH, D. On the management of disagreement between news interviewees. In: DREW, P. e HERITAGE, J. Talk at work: interaction in institutional settings. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- . A turn-taking system for news interviews. Language in Society. 17, 1988, 401-30.
- GREEN, G. Ambiguity resolution and discourse interpretation. In: DEEMTER, K. van e PETERS, S. Semantic ambiguity and underspecification. California: CSLI, 1996.
- . Pragmatics and natural language understanding. Hillsdale: N.J. Lawrence Erlbaum Associates, 1979.
- GRIMSHAW, A.D. (ed.) Conflict Talk: sociolinguistic investigations of arguments in conversation. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- GRICE, H. P. Lógica e conversação. In: DASCAL, M. Fundamentos metodológicos da linguística: pragmática. São Paulo: ed. do autor, 1980.
- . Meaning. Philosophical Review. 67, 1957, 377-88.
- GUMPERZ, J. e LEVINSON, S. Rethinking linguistic relativity. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- GUMPERZ, J. Discourse strategies. Cambridge: Cambridge University Press, 1982a.
- . Language and social identity. Cambridge: Cambridge University Press, 1982b.
- HAVILLAND, J. Projections, transpositions and relativity. In: GUMPERZ, J. e LEVINSON, S. Rethinking linguistic relativity. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

- HEINE, B., CLAUDI, U. e HÜNNEMEYER, F. Introduction. In: ----. Grammaticalization: a conceptual framework. Chicago: University of Chicago Press, 1991.
- HERITAGE, J. e GREATBATCH, D. On the institutional character of institutional talk: the case of news interviews. In: D. Boden and D. Zimmerman (eds.) Talk and Social Structure. Cambridge: Polity Press, 1991, 93-137.
- HIRST, G. Semantic interpretation and the resolution of ambiguity. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- HOPPER, P. On some principles of grammaticalization. In: ----. Approaches to grammaticalization. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1991.
- HOYLE, Susan. Participation frameworks in sportscasting play: imaginary and literal footings. In: TANNEN, D. (ed.) Framing in discourse. New York: Oxford University Press, 1993, 114-46.
- HUTCHBY, I. Building alignments in public debate: a case study from British TV. Text, v. 17, nº 2, 161-179, 1997.
- ILLARI, R. A noção semântica de ambigüidade. In: Veredas: revista de estudos lingüísticos. v. 1, nº 1., Juiz de Fora: EDUFJF, 1997.
- e GERALDI, J. W. Semântica. São Paulo: Ática, 1987.
- ILLIE, C. Question-response argumentation in talk shows. In: Journal of Pragmatics, 31, 1999, 975-999.
- JACKENDOFF, R. Semantics and cognition. In: LAPPIN, S. (ed.) The handbook of contemporary semantic theory. Oxford: Blackwell Publishers, 1997.
- JORGENSEN, Julia. The functions of sarcastic irony in speech. Journal of Pragmatics, v.26, 1996, 613-634.
- KANGASHARJU, H. Aligning as a team in multiparty conversation. Journal of Pragmatics, v.26, 1996, 261-319.
- KATZ, J. Semantics in linguistics and philosophy: na intensionalist perspective. In: LAPPIN, S. (ed.) The handbook of contemporary semantic theory. Oxford: Blackwell Publishers, 1997.
- KEMPSON, R. Semantics, pragmatics, and natural-language interpretation. In: LAPPIN, S. (ed.) The handbook of contemporary semantic theory. Oxford: Blackwell Publishers, 1997.
- LABOV, W. , FANSHEL, D. Therapeutic Discourse. New York: Academic Press, 1977.
- LAKOFF, G. e JOHNSON, M. Metaphors we live by. Chicago: University of Chicago Press, 1980.
- LAPPIN, S. (ed.) The handbook of contemporary semantic theory. Oxford: Blackwell Publishers, 1997.

- LEE, D. Frame conflicts and competing construals in family argument. Journal of Pragmatics, v. 27, 1997, 339-360.
- e PECK, J. Troubled waters: argument as sociability revisited. Language in Society, v. 24, 1995, 29-52.
- LEVINSON, S. Pragmatics. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- LYONS, John. Semantics. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.
- . Language, meaning and context. Fontana Paperback, 1981.
- MALUFE, J. R. A retórica da ciência: uma leitura de Goffman. São Paulo: EDUC, 1992.
- MAO, Robert LuMing. Beyond politeness theory: “face” revisited and renewed. Journal of Pragmatics, 21, 1994, 451-486.
- MARQUES, M. H. Introdução à semântica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.
- MARTINS, Carla. Os políticos e a negociação da palavra: a tomada de turno no debate da eleição presidencial de 1989. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, 1996. Dissertação de Mestrado.
- MUNTIGL, P. e TURNBULL, W. Conversational structure and facework in arguing. Journal of Pragmatics, 29, 1998, 225-256.
- MYERS, G. Displaying opinions: topics and disagreement in focus groups. Language in Society, v. 27, 85-111, 1998.
- OCHS, Elinor. “Transcription as theory”. In: ---- e SCHIEFFLIN, Bambi. (ed.) Developmental Pragmatics. NY, Academic Press.
- ORLANDI, Eni P. As formas do silêncio: no movimento dos sentidos. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.
- POMERANTZ, A. Agreeing and disagreeing with assessments: some features of preferred/dispreferred turn shapes. In: ATKINSON J. M. e HERITAGE, J. Structures of social action: studies in conversation analysis. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- QUENTAL, L. Comunicações paradoxais e o conceito de duplo vínculo. Revista Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 117, abr.-jun., 1994, 91-106.
- RAJAGOPALAN, K. e ARROJO, Rosemary. Searle e a noção de literalidade. In: O signo desconstruído: implicações para a tradução, a leitura e o ensino. Campinas: Pontes, 1992.
- RIBEIRO, Branca T. Framing in psychotic discourse. In: TANNEN, D. (ed.) Framing in discourse. New York: Oxford University Press, 1993.

- . "Analysing discourse: frame and topic". UFRJ, 1993 (mimeo).
- ROSSEN-KNILL, D., HENRY, R. The pragmatics of social parody. Journal of Pragmatics, 27, 1997, 719-752.
- SACKS, H., SCHEGLOFF, E. e JEFFERSON, G. A simplest systematics for the organization of turn taking in conversation. In: SCHEINKEIN, J. Studies in the organization of conversational interaction. New York: Academic Press, 1974.
- SEARLE, J. Expressão e significado: estudos da teoria dos atos de fala. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- . Speech acts. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.
- SCHEGLOFF, E. On some questions and ambiguities in conversation. In: ATKINSON, J. e HERITAGE, J. Structures of social action: studies in conversation analysis. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- SCHIFFRIN, D. Theory and method in discourse analysis: what context for what unit? Language & Communication. v. 17, n. 2, abr. 1997, p. 75-92.
- . Approaches to discourse. Massachusetts: Blackwell Publishers, 1994.
- . The management of a co-operative self during argument: the role of opinions and stories. In: GRIMSHAW, A.D. (ed.) Conflict Talk: sociolinguistic investigations of arguments in conversation. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- . Discovering the context of an utterance. Linguistics. v. 25, n. 1, 1987b, p. 11-32.
- . Discourse markers. Cambridge: Cambridge University Press, 1987a.
- . Functions of and in discourse. Journal of Pragmatics. v. 10, n. 1, fev 1986, p. 41-66.
- . Jewish argument as sociability. Language in Society, v. 13, 1984, 311-335.
- SMITH, Frances Lee. The pulpit and woman's place: gender and the framing of the "exegetical self" in sermon performances. In: TANNEN, D. (ed.) Framing in discourse. New York: Oxford University Press, 1993.
- SIMON-VANDENBERGEN, Anne-Marie. Image-building through modality: the case of political interviews. Discourse & Society, v. 7, nº 3, 1996, 389-415.
- SMITHSON, J. e DÍAZ, F. Arguing for a collective voice: collaborative strategies in problem-oriented conversation. Text, v. 16, nº 2, 1996, 251-268.
- SPERBER, D. e WILSON, D. Irony and the use-mention distinction. In: COLE, P. Radical pragmatics. New York: Academic Press, 1981.

TANNEN, D. (ed.) Framing in discourse. New York: Oxford University Press, 1993.

----. What's in a frame? Surface evidence for underlying expectations. In: Freedle, R. (ed.). New Directions in Discourse Processing. Norwood, NJ: Ablex Publishing, 1979, 137-81. Republicado em Tannen, D. (ed.). Framing in discourse. New York: Oxford University Press, 1993.

----. You just don't understand! New York: William Morrow, 1990.

---. That's not what I meant! How conversational style makes and breaks relationships. New York: Ballantine Books, 1986.

----, WALLAT, C. Interactive frames and knowledge schemas: examples from a medical examination interview. Social Psychology Quarterly, v. 50, n° 2, 1984, 205-216.

----. Indirectness in discourse – ethnicity as conversational style. Discourse Processes. v. 4, n. 3, 1981, p. 221-238.

TRAUGOTT, E. e HEINE, B. Introduction. In: ----. Approaches to grammaticalization. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1991.

TRAUGOTT, E. C. e KÖNIG, E. The semantics-pragmatics of grammaticalization revisited. In: TRAUGOTT, E. C e HEINE, B. Approaches to grammaticalization. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1991.

ULLMANN, S. Semântica: uma introdução à ciência do significado. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1964.

VERSCHUEREN, J. Whose discipline? Some critical reflections on linguistic pragmatics. Journal of Pragmatics, 31, 1999, 869-879.

WAJNRYB, Ruth. Telling it like it isn't – exploring an instance of pragmatic ambivalence in supervisory discourse. Journal of Pragmatics, 29, 1998, 531-544.

WEIGANG, Edda. Misunderstanding: the standard case. Journal of Pragmatics, 31, 1999, 763-785.

ZHANG, Q. Fuzziness – vagueness – generality – ambiguity. In: Journal of Pragmatics 29, 1998, 13-31.

MARTINS, Carla Macedo. A indeterminação pragmática: processos de enquadre em um debate político-eleitoral televisionado. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, 2001. 164 fl. mimeo. Tese de Doutorado em Linguística-Filologia.

RESUMO

O trabalho tem como objeto a indeterminação pragmática em um debate político-eleitoral televisionado realizado na eleição presidencial brasileira de 1989. A análise considera três conceitos: o “enquadre”, o *footing* e a ação verbal. O enquadre refere-se a princípios que definem e sustentam uma situação como experiência; o *footing* é relativo ao alinhamento dos participantes expresso nas formas de produção e recepção de fala; a ação verbal é resultado e componente de processos de enquadre. Inicialmente, o trabalho descreve, em função de organizações de *footing*, as ações verbais do debate político-eleitoral televisionado, vinculados à construção de uma imagem pública de “neutralidade”, “originalidade”, “senso de coletividade” e “compromisso”. São dezoito as ações constitutivas deste evento: a citação, a auto-citação, a verdade universal, o consenso, a voz do eleitor, a experiência, o pedido de posicionamento, o pedido de informação, o posicionamento, a informação, a opinião, a legitimação, o comentário, a concordância, o ataque, a deslegitimação, a discordância e a defesa.. A partir desta descrição, o trabalho analisa, no debate, quatro indeterminações pragmáticas de caráter paradoxal: “pedido de posicionamento” e “ataque”, “pedido de informação” e “ataque”, “legitimação” e “deslegitimação” e “concordância” e “discordância”. Tais indeterminações são construídas a partir da permanência, mitigação, intensificação, negação e adição de elementos de *footing*. A análise classifica, ainda, tais indeterminações em dois tipos distintos de indeterminação pragmática: a ambivalência e o duplo vínculo. A tese demonstra, assim, que a indeterminação pragmática pode ser explicada a partir do caráter negociado e dinâmico das organizações de enquadres e *footings*.

MARTINS, Carla Macedo. A indeterminação pragmática: processos de enquadre em um debate político-eleitoral televisionado. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, 2001. 164 fl. mimeo. Dissertação de Mestrado em Linguística-Filologia.

ABSTRACT

This work discusses pragmatic indeterminacy in a television political debate that has taken place during 1989 Brazilian Presidential election. The analysis considers three concepts: frame, footing and action. The first refers to principles by which situations are defined and sustained as experiences. Footing concerns the alignments participants take expressed in the production and reception of utterances. Actions are results and components of frames. First, considering footing organization, the analysis describes the debate actions, which project public images of neutrality, originality, social sense, and commitment. There are eighteen actions in the event: quoting, self-quoting, universal truth, consensus, electorate voice, experience, position request, information request, opinion, legitimacy, comment, agreement, attack, deslegitimacy, disagreement, and defending. Then, the analysis focuses on four paradoxical pragmatic indeterminacies: “position request and attack”; “information request and attack”; “legitimacy and deslegitimacy”; and “agreement and disagreement”. The indeterminacies are constituted from the maintenance, mitigation, intensification, negation and addition of footing elements. Furthermore, the analysis classifies the indeterminacies in two types: ambivalence and double bind. This work demonstrates that pragmatic indeterminacy can be explained from the dynamic and negotiated character of frame and footing organization.